



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ARIADNA THALIA ZORTÉA BRAZ

**O PESSOAL É POLÍTICO: as estratégias
político-comunicativas da mobilização #ExposedCG**

Campo Grande - MS
AGOSTO / 2023

**O PESSOAL É POLÍTICO: as estratégias
político-comunicativas da mobilização #ExposedCG**

ARIADNA THALIA ZORTÉA BRAZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Katarini Giroldo Miguel

ARIADNA THALIA ZORTÉA BRAZ

**O PESSOAL É POLÍTICO: AS ESTRATÉGIAS
POLÍTICO-COMUNICATIVAS DA MOBILIZAÇÃO #EXPOSEDCG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos.

Campo Grande - MS, 16 de agosto de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Katarini Giroldo Miguel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr.^a Rose Mara Pinheiro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Tamires Ferreira Coelho
Universidade Federal de Mato Grosso

Às mulheres que tiveram a coragem de falar e expor momentos íntimos de suas vidas e a todas àquelas que colaboraram para que eu me tornasse a pesquisadora que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Teresinha e Vieira, por sempre me mostrarem a importância dos estudos e por me ensinarem a olhar para as pessoas com mais empatia, para os lugares com mais zelo e para os desafios com mais persistência. Não poderia deixar de agradecer também a todas as mulheres dessa família, em especial minha mãe, minha tia Edna e minha prima Lilian, que me ensinaram a não só lutar pelos meus sonhos, mas também ser uma mulher forte e determinada.

Sou grata também aos meus amigos, que estiveram na torcida e me acompanharam nessa trajetória. Obrigada Bruna, Crislaine, Jéssica, João, Julisandy, Laura, Lidiane, Rúbia, Thayná e Thalya, por serem pessoas maravilhosas e por segurarem a minha mão com tanto amor. Não tenho dúvidas que vocês foram fundamentais para que eu me tornasse uma jornalista e pesquisadora melhor. Faço também um agradecimento direto a duas pessoas que dividiram inúmeros momentos comigo ao longo dos últimos anos, por terem sido meu suporte emocional e por me incentivarem a ter coragem para enfrentar os desafios que surgiram no meio do caminho. Obrigada, Mylena e Rafaela.

Além disso, faço uma menção especial à Lynara Ojeda, por me ensinar a sonhar com um jornalismo mais justo e engajado desde o início da graduação e por me auxiliar para que eu seguisse com o mestrado, por meio de suas contribuições.

Ao meu psicólogo, Paulo Canezin, que tem me ajudado a olhar para mim mesma com mais gentileza e a respeitar o meu tempo e a minha história.

Aos professores do curso de Jornalismo e do mestrado em Comunicação da UFMS, por me incentivarem a ter senso crítico e por todas as preciosas contribuições para a minha formação. De modo particular e nominal, faço um agradecimento à professora Dr^a. Rafaella Lopes Pereira Peres, por ter me inspirado a seguir nesta jornada acadêmica, e à professora Dr^a. Rose Mara Pinheiro, por ter acreditado no meu trabalho e ter me dado a oportunidade de me desenvolver profissionalmente na Agência de Comunicação Social e Científica da Universidade.

Agradeço também à minha banca de qualificação, composta pelas professoras Dr^a. Rose Mara Pinheiro e Tamires Ferreira Coelho, por suas sugestões, que muito me ajudaram a concluir este trabalho.

Por fim, e não menos importante, não poderia deixar de agradecer imensamente à professora Dr^a. Katarini Giroldo Miguel, por ter confiado no meu projeto e por

compartilhar essa jornada comigo. Obrigada por ser mais do que uma orientadora, mas também uma amiga e por ter me recebido tão bem no universo da pesquisa. Torço para que o mundo ganhe mais professoras e pesquisadoras como você!

*quando o mundo desaba a seus pés
não tem problema deixar que as
pessoas
ajudem a recolher os pedaços
se estamos presentes para partilhar
a plenitude
quando o momento é próspero
somos mais do que capazes
de compartilhar seu sofrimento*

- comunidade

Rupi Kaur

*A solidariedade requer um
compromisso constante e contínuo.
Se queremos crescer, é necessário
que haja diversidade, desacordo e
diferença no movimento feminista.*

bell hooks

RESUMO

Esta pesquisa investiga as estratégias político-comunicativas para incentivo à participação de mulheres relatoras de violência sexual em mobilizações voltadas para o compartilhamento de experiências na internet, bem como as potencialidades e as limitações dos sites de redes sociais como meios de empoderamento para os feminismos contemporâneos. A partir de uma base epistemológica feminista (SAFFIOTI, 2011; BIROLI, 2014; ARAÚJO, 2018; BOGADO, 2018; COSTA, 2018; AKOTIRENE, 2019; BANDEIRA, 2019; CARNEIRO, 2019; hooks, 2019; LUGONES, 2019; COLLINS, BILGE, 2021; GONZALEZ, 2022), o presente trabalho contribui para o mapeamento de aspectos presentes em manifestações no *Twitter* que favoreçam a adesão e que podem ser utilizados para a formulação de novas campanhas que visem o enfrentamento da violência contra a mulher, considerando os diferentes marcadores sociais que afetam a vivência dessas mobilizadoras. Para tanto, levantamos 1.705 tweets indexados à *#ExposedCG* nos dias 1º e 2 de junho, quando a *hashtag* alcançou o *Trending Topics* da plataforma. Posto isso, utilizando a interseccionalidade como práxis crítica, além de técnicas da Análise de Conteúdo (AC) complementadas com entrevistas semi-estruturadas em profundidade com duas mobilizadoras, verificamos a importância da construção de narrativas perante as opressões e violências que atravessam as experiências de diferentes mulheres e da construção da solidariedade política, de modo a politizar questões antes vinculadas à esfera privada, e elencamos nove sugestões que corroboram com o desenvolvimento de uma cultura ativista no que se refere a criação de mobilizações com a perspectiva feminista por meio dos sites de redes sociais.

Palavras-chave: Comunicação; feminismos; movimentos sociais; ativismos; redes sociais.

ABSTRACT

This research investigates political-communicative strategies to encourage the participation of women reporting sexual violence in mobilizations aimed at sharing experiences on the internet, as well as the potentialities and limitations of social networking sites as means of empowerment for contemporary feminisms. Based on a feminist epistemological basis (SAFFIOTI, 2011; BIROLI, 2014; ARAÚJO, 2018; BOGADO, 2018; COSTA, 2018; AKOTIRENE, 2019; BANDEIRA, 2019; CARNEIRO, 2019; hooks, 2019; LUGONES, 2019; COLLINS, BILGE, 2021; GONZALEZ, 2022), the present work contributes to the mapping of aspects present in manifestations on Twitter that favor adherence and that can be used for the formulation of new campaigns aimed at confronting violence against women, considering the different social markers that affect the experience of these mobilizers. To this end, we raised 1,705 tweets indexed to #ExposedCG on June 1st and 2nd, when the hashtag reached the platform's Trending Topics. That said, using intersectionality as a critical praxis, in addition to Content Analysis (CA) techniques complemented with in-depth semi-structured interviews with two mobilizers, we verified the importance of building narratives in the face of oppression and violence that cross the experiences of different women and the construction of political solidarity, in order to politicize issues previously linked to the private sphere, and we list nine suggestions that corroborate the development of an activist culture with regard to the creation of mobilizations with a feminist perspective through social networking sites .

Keywords: Communication; feminisms; social movements; activism; social media.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de <i>tweets</i> por tipo de conteúdo	86
Tabela 2: Perfil comparativo entre as entrevistadas e as personagens Merida e Elena	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Publicação de poema indexado à <i>#ExposedCG</i> no <i>Instagram</i>	41
Figura 2: Publicação de ilustração indexada à <i>#ExposedCG</i> no <i>Instagram</i>	41
Figura 3: Exemplo de utilização de memes na <i>#ExposedCG</i>	42
Figura 4: Exemplo de utilização de memes na <i>#ExposedCG</i>	42
Figura 5: Registros de violência sexual no Mato Grosso do Sul e no Brasil em 2021	67
Figura 6: <i>#ExposedCG</i> nos <i>Trending Topics</i> Brasil em 2 de junho de 2020	79
Figura 7: Teor das matérias publicadas em relação a <i>#ExposedCG</i> por veículo	81
Figura 8: Publicações indexadas na <i>#ExposedCG</i> em 2020 por data	84
Figura 9: Variação de palavras no conteúdo visual dos <i>tweets</i> indexados à <i>#ExposedCG</i>	85
Figura 10: Variação de palavras no conteúdo textual dos <i>tweets</i> indexados à <i>#ExposedCG</i>	85
Figura 11: Merida	91
Figura 12: Elena	92
Figura 13: Quantidade de <i>tweets</i> por categoria	93
Figura 14: Quantidade de <i>tweets</i> por subcategoria	94
Figura 15: Uso de recursos extras como imagens, comentários e <i>retweets</i> por categoria	95
Figura 16: Uso de imagens por categoria	96
Figura 17: Materiais vinculados à categoria Convocação	97
Figura 18: Materiais vinculados à subcategoria “Apoio ao Movimento”	98
Figura 19: Materiais vinculados à subcategoria “Críticas ao Movimento”	101
Figura 20: Materiais vinculados à subcategoria “Relatos Pessoais”	102
Figura 21: Materiais vinculados à subcategoria “Expressão do desejo em participar do movimento”	104
Figura 22: Materiais vinculados à subcategoria “Visibilidade do Movimento”	108
Figura 23: Materiais vinculados à subcategoria “Agendamento da mídia convencional”	108
Figura 24: Materiais vinculados à subcategoria “Discordância dos enunciados jornalísticos”	109
Figura 25: Reportagem publicada na <i>Revista Badaró</i>	111
Figura 26: Matéria publicada no ciberjornal <i>Campo Grande News</i>	111
Figura 27: Materiais vinculados à subcategoria “Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia”	113
Figura 28: Materiais vinculados à subcategoria “Aprofundamento de pautas do	

movimento feminista”	114
Figura 29: Figuras políticas e organizações realizam transmissões ao vivo sobre a <i>hashtag</i>	118
Figura 30: Marcadores sociais presentes nos <i>tweets</i>	121
Figura 31: Marcadores sociais presentes nos <i>tweets</i> da categoria Experiência	122
Figura 32: Marcadores sociais presentes nos <i>tweets</i> da categoria Opinião	122
Figura 33: Identificação das estratégias políticas empregadas na <i>#ExposedCG</i> a partir da aplicação do conceito de arena pública de Daniel Cefaï (2017)	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

Agecom - Agência de Comunicação Social e Científica

APIs - *Application Programming Interface* (Interfaces de Programação de Aplicação)

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CRC - *Combahee River Collective*

Deam - Delegacia de Defesa da Mulher

Expocom - Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

MPL - Movimento Passe Livre

Nudem - Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública

OAB-MS - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PwC - *PricewaterhouseCoopers*

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	24
1.1 Movimentos sociais em rede	27
1.2 Novos ativismos e comunicação	35
1.3 Potencial das TICs: Marcha das Vadias, Jornadas de Junho e Primavera Feminista	43
2 FEMINISMOS EM REDE	52
2.1 Ativismos feministas e os estudos interseccionais	54
2.2 O pessoal é político: pautas do movimento feminista em rede	64
2.3 Nova geração política e campanhas feministas virais	74
3 JUNHO OUTRA VEZ: A CONSTRUÇÃO DOS ATIVISMOS FEMINISTAS E AS ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS EMPREGADAS NA #EXPOSEDCG	83
3.1 Mapeando o cenário: dados e inferências sobre os <i>tweets</i> indexados à <i>#ExposedCG</i>	93
3.1.1 Convocação	97
3.1.2 Opinião	98
3.1.3 Experiência	101
3.1.4 Miatização	106
3.1.5 Pedagogização	112
3.2 O que os números revelam?	119
3.2.1 Marcadores sociais	119
3.2.2 Desenhando novas campanhas e mobilizações para o enfrentamento da cultura do estupro	123
4 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICES	139

INTRODUÇÃO

A disseminação do movimento feminista contemporâneo está associada, em grande parte, ao fenômeno das redes sociais com a popularização do acesso à internet que proporcionou diferentes tipos de conteúdos para os grupos sociais, ainda que o habitat digital seja uma atividade privilegiada. No sentido do debate e da mobilização feminina, esses espaços trouxeram transformações importantes para a organização política dos movimentos sociais, além do desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, seja para divulgação de suas pautas ou para criação de um ambiente seguro¹ para atuação ativista.

Com a partilha pública acerca de suas realidades, percebemos que o que se pensava ser individual, é, na verdade, um problema comum, com uma causa social e uma solução política (hooks, 2019). Trata-se do compartilhamento e compreensão conjunta de características e condições estruturais da sociedade, atravessadas pelo cruzamento de distintos marcadores - tais como gênero, raça, classe social, faixa etária, sexualidade, entre outros-, que modelam e delimitam as experiências de diferentes mulheres.

“O ciberfeminismo² permitiu que as mulheres se reafirmassem como uma comunidade por novos meios, estando dispostas a se ouvir e se fazer ouvidas”, o que gera não só uma gama de possibilidades para os ativismos feministas, como também o “contato com os dramas vividos por outras mulheres que estão dentro e fora do seu círculo social cotidiano, e muitas vezes puderam se identificar (ou identificar mulheres próximas de si) dentro dessas experiências compartilhadas” (MALCHER; SOARES, 2017, p. 360).

A divulgação de relatos pessoais por meio das tecnologias digitais - como é o caso do nosso objeto de pesquisa, a *hashtag* #ExposedCG -, integra uma estratégia para assumir o controle das narrativas perante as opressões e as violências que lhes são cotidianas, sejam elas físicas, morais, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou simbólicas.

Vale lembrar, conforme aponta Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 74), que narrar “é uma técnica de enunciação dramática da realidade, de modo a envolver o ouvinte na estória narrada. Narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente”. No mais,

¹ Vera Sirlei Martins destaca que os recursos das mídias sociais fazem circular saberes de outras formas de ser mulher no mundo, atuando como um “espaço seguro”, por meio das chamadas “bolhas” para a manifestação de mulheres, como um primeiro passo para conferir-lhes a legitimidade de sujeitos históricos com capacidade de tomar a palavra e agir como cidadãs. Ou seja, “o uso das mídias sociais como espaço de aprendizado permite que as mulheres transitem no universo on-line entre diversos grupos e se manifestem sobre diversos temas, se deslocando dos espaços restritos aos lugares de debater opressões e violências” (MARTINS, 2019, p. 143).

² Neste trabalho, o termo “ciberfeminismo” é utilizado para indicar as manifestações feministas nativas digitais.

como estratégia, significa que o narrador quer, nem sempre conscientemente, produzir efeitos de sentido através dos relatos. Ou seja, “é um dispositivo argumentativo de linguagem para convencer, provocar efeitos, mudar o estado de espírito de quem ouve, lê ou vê uma história” (MOTTA, 2013, p. 74).

São os sujeitos que fazem isso, conforme suas intenções e desejos. Ao estabelecer seqüências dramáticas de continuidade (ou descontinuidade), eles integram ações no passado, presente e futuro, dotando-as de sequenciação, criando o tempo do relato no relato, mas fazem isso em razão de seus interesses comunicativos. Agem, assim, em decorrência das circunstâncias situacionais e históricas. O relato perspectiva os estados e as ações em momentos históricos (mudanças evolutivas), mas isso obedece a interesses e desejos dos sujeitos narradores e narratários, em uma correlação comunicativa e de poder (MOTTA, 2013, p. 81).

Dito isso, a mobilização estudada reuniu milhares de histórias sobre relacionamentos abusivos e relatos de abuso e assédio sexual, sofridos por mulheres campo-grandenses, publicados em 2020, durante a primeira e segunda onda da Covid-19 no Mato Grosso do Sul, período este que, em tese, refletiu em alguns dos resultados obtidos pela iniciativa. A *hashtag* alcançou o *Trending Topics* do então *Twitter* e agora *X*³ em 2 de junho desse mesmo ano, junto a movimentos de protesto a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, como é o caso da campanha *Black Lives Matter*⁴ (vidas negras importam) e atos do grupo hacker ativista *Anonymous Brasil*⁵, como a divulgação de dados confidenciais do ex-presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e ministros.

É muito importante destacar que, ao longo desta dissertação, as *hashtags* são entendidas como uma ferramenta de comunicação. Isso porque, apesar de serem populares em diversos *sites* de redes sociais, como o *Instagram*, elas se diferenciam no *X/Twitter* em virtude da existência do *Trending Topics*, uma lista atualizada com frequência que reúne as *hashtags* mais populares do dia, de forma a envolver e estimular a participação do usuário nos assuntos mais comentados de uma localidade. Sendo assim, diante de casos com repercussão nacional e internacional, o alcance dos assuntos mais comentados na plataforma pela *#ExposedCG* é de suma importância para a construção do debate acerca da violência sexual na cidade, onde o

³ A partir de 24 de julho de 2023, a plataforma *Twitter* passou a se chamar *X*, como parte da série de mudanças implementadas por Elon Musk.

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55387003>. Acesso em: 3 out. 2022.

⁵ Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/anonymous-brasil-divulga-dados-de-bolsonaro-filhos-e-ministros-2/>. Acesso em: 3 out. 2022.

ex-prefeito Marquinhos Trad foi denunciado por 16 mulheres por assédio sexual, tentativa de estupro e favorecimento à prostituição⁶.

Por isso, é importante também contextualizarmos o *X/Twitter*, um serviço de microblogging adaptado pelos atores (usuários) como site de rede social (RECUERO, 2009), onde desenvolveu-se a mobilização. O sistema, fundado por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams em 2006, permitia que fossem escritos textos de até 140 caracteres por *tweet*, a partir da pergunta “O que está acontecendo?”. De acordo com Raquel Recuero e Gabriela Zago (2009, p. 83), por meio do *X/Twitter* é possível formar uma rede de contato por meio da conversação, sem qualquer tipo de interação recíproca e com um baixo custo para o ator ou atriz social. Neste sentido, no que nos diz respeito a *hashtag* estudada, as autoras pontuam que esse site de rede social é considerado um importante recurso para que as e os usuários alcancem seus interesses, isto é, no caso da *#ExposedCG*, ampliar a visibilidade da temática em Campo Grande. Para elas, as conversações “são formas de capital social relacionadas com a criação e o aprofundamento de laços sociais. Elas podem auxiliar a gerar empatia, intimidade e suporte social para os atores envolvidos” (RECUERO; ZAGO, 2009, p. 87).

Ainda sobre o *X/Twitter*, em virtude da demanda de usuários, desde 2018, o site de rede social permite textos de até 280 caracteres. Comprada pelo bilionário Elon Musk em 2022, a plataforma possui 217 milhões de usuários ativos em todo o mundo, sendo 9,05 milhões de brasileiros⁷ e está passando por uma série de alterações, como a mudança de nome.

O *Twitter* é estruturado com seguidores e pessoas a seguir, onde cada twitter pode escolher quem deseja seguir e ser seguido por outros. Há também a possibilidade de enviar mensagens em modo privado para outros usuários. A janela particular de cada usuário contém, assim, todas as mensagens públicas emitidas por aqueles indivíduos a quem ele segue. Mensagens direcionadas também são possíveis, a partir do uso da “@” antes do nome do destinatário. Cada página particular pode ser personalizada pelo twitter através da construção de um pequeno perfil (RECUERO, 2009, p. 74).

Ademais, como diz bell hooks (2019, p. X), se nós queremos construir um movimento feminista ou subverter os discursos que estão autorizados a serem reproduzidos, é necessário romper com a ideologia da supremacia masculina, que “encoraja as mulheres a acreditarem que não têm qualquer valor e que só obterão valor ao relacionarem-se com os homens ou ao unirem-se a estes. Ensinam-nos que a nossa relação umas com as outras desvaloriza a nossa experiência, em vez de a enriquecer”. Sendo assim, quando o conceito de lugar de fala

⁶ As informações foram amplamente divulgadas nos principais jornais do estado como *Campo Grande News*, *Midiamax* e *Correio do Estado*, mas o caso segue em sigilo na Justiça.

⁷ Disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2022/04/25/brasil-tem-a-quarta-maior-base-de-usuarios-do-twitter-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2022.

converte-se em uma ferramenta que interrompe vozes hegemônicas, é porque ele está sendo utilizado a favor das vozes historicamente silenciadas e será por meio da solidariedade política e da união de mulheres que poderemos ver quaisquer mudanças e transformações na sociedade. “Para que possamos experienciar a solidariedade, temos de ter uma comunidade de interesses, crenças partilhadas e objetivos em torno dos quais nos possamos unir e construir a Sororidade” (hooks, 2019, p. 52).

Assim posto, é importante destacar a necessidade de tomada de consciência da condição e das vulnerabilidades que atravessam diferentes grupos de mulheres para o rompimento com o regime de autorização discursiva e a hegemonia de fala característica de grupos privilegiados, algo percebido a partir dos relatos indexados à *#ExposedCG*. Soma-se a isso também a necessidade do desenvolvimento de uma consciência política acerca das experiências pessoais e do agendamento de um debate, no qual o que se passa na esfera privada e doméstica é reflexo das diferentes relações de poder que atravessam as realidades femininas, uma noção difundida como "o pessoal é político" que vem a dar nome a esta dissertação.

Segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 69-70), o conceito de lugar de fala, um dos temas discutidos pelos feminismos contemporâneos, pretende refutar uma visão universal de mulher e de negritude, dentre outras coisas. “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”. Dessa forma, precisamos discutir o conceito a partir da localização dos grupos, com suas intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade, nas relações de poder. Para a autora, “não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet” (RIBEIRO, 2019, p. 64).

Mais do que problematizar a obra “Pode o subalterno falar?”, publicada em 1985 por Gayatri Chakravorty Spivak, Djamila Ribeiro (2019, p. 75) relembra que as mulheres negras vem historicamente produzindo saberes e insurgências que não podem ser esquecidos. Não se trata de construir um discurso branco que dê luz para as opressões de grupos considerados subalternos, é preciso nos lembrarmos das contribuições de Grada Kilomba ao dizer que “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar” (RIBEIRO, 2019, p. 78).

Spivak nos ensina sobre como grupos subalternos não têm direito a voz, por estarem num lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas. Por pertencerem à categoria “daqueles que não importam”, para usar uma expressão da filósofa

estadunidense Judith Butler. Mas, ao mesmo tempo, Spivak enxerga a necessidade da tarefa intelectual e política para a mulher. Para a autora, o postulado subalterno evidencia um lugar silenciado. No entanto, será que o subalterno nunca rompe o silêncio? Tanto Patricia Hill Collins quanto Grada Kilomba consideram problemática essa afirmação de Spivak do silêncio do subalterno se esta for vista como uma declaração absoluta. Para as duas pensadoras, pensar esse lugar como impossível de transcender é legitimar a norma colonizadora, pois atribuiria poder absoluto ao discurso dominante branco e masculino. Collins acredita que validar esse discurso como absoluto significaria também acreditar que grupos oprimidos só podem se identificar com o discurso dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos (RIBEIRO, 2019, p. 74).

Em contrapartida, José Luiz Braga (2000, p. 164) debate que os lugares de fala são potencialmente infinitos, visto que envolvem situações muito locais e recortes específicos do espaço social. Diferente das visões de mundo que “correspondem a uma situação geral da realidade social que pretende justificar que o mundo, como um todo”, o lugar de fala é construído pelo discurso em um contexto, um ângulo proposto estruturalmente para “ver” a realidade (BRAGA, 2000, p. 168). Assim, “toda fala é uma interpretação interessada de uma situação-problema, complexamente composta de fatos de natureza social, fatos físicos, questões psicológicas” (BRAGA, 2000, p. 170), em articulação com os diferentes intertextos disponíveis na sociedade.

Tendo em mente a perspectiva comunicacional do lugar de fala proposta pelo autor no contexto da *#ExposedCG*, podemos inferir que o ato de denúncia é atravessado por diferentes intertextos. Isto significa que a fala é vinculada com a descredibilização e culpabilização das relatoras, preocupações com a exposição e medo de represálias, entre outros discursos frequentes relacionados a temática da violência sexual.

Somado a isso, Marcia Tiburi (2020, p. 54-56) acrescenta que o lugar de fala nasce em um contexto em que a politização de grupos é realizada por meio de marcadores opressivos e, por meio dele, encontramos o lugar de escuta. “A escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detêm o privilégio da fala [...] A hegemonia da fala gera uma obrigação de escuta - uma escuta dócil - que precisa ser pensada”.

Sendo assim, como pesquisadora branca, jornalista e sul-mato-grossense, compartilho da responsabilidade frente à perspectiva feminista e antirracista na pesquisa e, como sugere a epistemologia do feminismo interseccional, acredito ser importante esclarecer a leitora e ao leitor de que lugar falamos. Como jornalista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2019 e social media da Instituição por meio da Agência de Comunicação Social e Científica (Agecom), desenvolvi um interesse em produções científicas e jornalísticas relacionadas aos Direitos Humanos, em específico, pautas relacionadas à

perspectiva de gênero. Sensibilizada pela temática, participei de algumas ações desenvolvidas pelo Coletivo Margarida Marques, que nasceu com objetivo de gerar acolhimento às vítimas de assédio (moral, sexual e sexista) dos cursos de Comunicação da UFMS e debater sobre o papel da imprensa no combate à violência contra mulheres no Mato Grosso do Sul. Além de retratar tais temáticas nas minhas pautas durante a graduação - como a maternidade compulsória, a objetificação do corpo feminino no marketing de casas noturnas em Campo Grande, o assédio no ambiente dos jogos virtuais, etc. -, meu trabalho de conclusão de curso também esteve vinculado com os estudos de gênero. Intitulada “Corpos prescritos: infografia multimídia sobre a construção social da identidade de gênero”⁸, a produção foi a vencedora nas etapas regional e nacional na categoria Projeto Experimental em Jornalismo da Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom) e a terceira colocada no 10º Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design da Informação.

Tendo em vista meu histórico pessoal com temas feministas e a minha relação com a pesquisa, esta investigação seguiu em direção às “formas de apropriação da internet e das novas tecnologias numa direção não androcêntrica, não racista e decolonizada” (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 509), expressas em quatro dos 16 princípios reivindicatórios para a decolonização da internet, propostos no 2º Encontro Internacional Ciberfeminista em 2018:

2) Direito ao acesso amplo, irrestrito, igualitário à internet. O acentuado uso do celular não pode ser a única forma de acesso massivo à internet, pois implica na redução de investimentos em infraestruturas de internet e permite uma apropriação estreita e pouco criativa dos recursos disponíveis na rede; [...] 6) Compreensão ampla, interseccional e não androcêntrica das brechas (exclusões) digitais de gênero, raça, classe, nacionalidade, religião, idade, etc. e das estratégias para superá-las; [...] 7) Não à misoginia, assédios, racismo e contra a proliferação das violências cometidas contra mulheres; articular estratégias para a defesa com menor risco (redução de danos digitais); [...] 12) Pela garantia de uma liberdade de expressão descolonizada, que não esteja exclusivamente em benefício de grupos historicamente dominantes; [...] (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 484-486).

Considero necessário um olhar consciente e crítico perante os fenômenos comunicacionais e os diferentes movimentos de mulheres no estado, sobretudo na internet. Mais do que isso, como um diferencial desta pesquisa, a utilização de lentes analíticas interseccionais nesta dissertação perpassa o próprio histórico de violência sexual empregado em nosso país, que revela impossibilidade de se pensar no Brasil sem nos atentarmos para a herança colonial. Heranças essas que colocam as mulheres latino-americanas como “sexualmente hiperativas” e trazem marcas profundas para a construção das relações de poder atuais. No caso da *#ExposedCG*, a articulação entre gênero e o território também ganha

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/corposprescritos>. Acesso em: 4 jul. 2023.

extrema importância, sobretudo quando reconhecemos as diversas opressões e silenciamentos empregados para as localidades fora do eixo Sul-Sudeste. O ato da fala e a ocupação do *Trending Topics* Brasil do *X/Twitter* pela mobilização “não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 64).

Para Heloisa Buarque de Hollanda (2020, p. 12), a potencialização política e estratégica dos diversos grupos ativistas, atravessada por múltiplas configurações identitárias, unifica o pessoal e o coletivo, parte do local e demanda seus locais de fala. Dessa forma, os feminismos vêm sendo revisitados, desconfiando de saberes e poderes considerados universais e que, muitas vezes, reproduzem um imaginário social marcado pelos efeitos da colonização. “O feminismo decolonial, privilegiando a contestação à colonialidade do saber, também aponta caminhos de avanço político agora na chave latino-americana” (HOLLANDA, 2020, p. 16).

No campo da produção de conhecimento, a interpelação das epistemologias heteronormativas e coloniais entram como agenda feminista prioritária. Categorias e questões consolidadas pela comunidade acadêmica feminista tornam-se arenas de disputa e invenção. Como construir um feminismo sem levar em conta as epistemologias originárias? Sem absorver as gramáticas das lutas e dos levantes emancipatórios que acompanham nossas histórias? Como podemos reconsiderar as fontes e conceitos do feminismo ocidental? Uma nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos impõem urgência em ser sonhados (HOLLANDA, 2020, p. 16).

Diante deste cenário, reiterando a interseccionalidade como uma categoria analítica e dentro dos estudos decoloniais, nossa proposta é investigar as estratégias político-comunicativas para engajamento⁹ de mulheres relatoras de violência sexual em mobilizações voltadas para o compartilhamento de experiências e relatos na internet, em específico a *#ExposedCG*, para responder à pergunta de pesquisa: “quais são as potencialidades e limitações que as redes sociais oferecem para os movimentos ativistas e como a comunicação em rede favorece a participação de mulheres campo-grandenses em mobilizações feministas no *X/Twitter*?”.

Sendo assim, partimos dos seguintes pressupostos: (1) as tecnologias de informação e comunicação (TICs) reconfiguram os movimentos sociais e as iniciativas, como a *#ExposedCG*, permitem que as redes sociais sejam compreendidas pelas ativistas como um

⁹ Nesta dissertação, o termo engajamento faz referência ao sentido denotativo do vocábulo, correspondendo aos diferentes níveis de participação em rede em mobilizações acerca de assuntos de relevância social e política, por meio da utilização de *hashtags*, curtidas, comentários, intervenções em debates; ações que, no nosso entendimento, refletem a identificação das usuárias com as causas em disputa.

instrumento para empoderamento feminista e de enfrentamento da cultura do estupro. Mais do que isso, (2) esses meios, especialmente o *X/Twitter*, ampliam a participação de mulheres em movimentos desinstitucionalizados, por meio de estratégias comunicativas que garantem o anonimato e os tornam virais de curta duração. E (3), uma das estratégias comunicativas planejadas pelas mobilizadoras da *hashtag* estudada foi o uso das mídias sociais para o compartilhamento e socialização de experiências íntimas, compreendendo a quebra de silêncio como uma ação política do movimento feminista visto que consolidam a máxima de que “o pessoal também a é político”.

Para responder a questão de pesquisa, foram planejados três capítulos teóricos-metodológicos, com a análise temática dos *tweets* para verificação dos aspectos presentes que possam favorecer ou dificultar o debate político e estimular a adesão à mobilização, e a discussão dos resultados das entrevistas em profundidade com diferentes participantes para identificação dos objetivos, da repercussão e dos aspectos comunicacionais inerentes à *hashtag*, perpassadas pela discussão dos aspectos interseccionais que regem a participação de diferentes mulheres na *#ExposedCG*. Tais procedimentos estão detalhados no capítulo 3 desta dissertação.

No capítulo 1, buscamos apresentar as investigações sobre as potencialidades democráticas da comunicação em rede e a sua relação com os ativismos contemporâneos, especialmente em manifestações que ocuparam as redes e as ruas, como a Marcha das Vadias (2011), as Jornadas de Junho (2013) e a Primavera Feminista (2015). Para isto, utilizamos autores como José Luiz Braga (2000), Eduardo Vizer (2007), Maria da Glória Gohn (2011), Manuel Castells (2013), Henrique Antoun e Fábio Malini (2013), Ivana Bentes (2015), Rousiley Celi Moreira Maia (2017) e Rayza Sarmiento (2021), com intuito de discutir as formas de experimentação política na atualidade, por meio do caráter viralizante e de estratégias comunicacionais voltadas para a agregação de valor e pertencimento para os participantes.

Já no capítulo 2, propomos uma reflexão, a partir de uma base epistemológica feminista, sobre a construção da consciência política por diferentes grupos de mulheres, lembrando conceitos muito caros para esta pesquisa, como a interseccionalidade e os estudos decoloniais, por meio das contribuições de Lélia Gonzalez (2011), María Lugones (2019), Sueli Carneiro (2019), bell hooks (2019), Carla Akotirene (2019) e Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Ainda discorreremos sobre a violência de gênero e a trajetória de mobilizações virtuais voltadas para o compartilhamento de experiências na internet, utilizando

autoras como Adriana Piscitelli (2009), Heleieth Saffioti (2011), Flávia Biroli (2014), Júlia Silveira de Araújo (2018), Maria Bogado (2018), Cristiane Costa (2018) e Lourdes Maria Bandeira (2019).

No capítulo 3, nos dedicamos a apresentar os procedimentos metodológicos e os resultados das entrevistas em profundidade com as mobilizadoras para compreensão dos aspectos comunicativos presentes na *#ExposedCG*, combinados com a análise de conteúdo dos *tweets* para entendimento da efetivação das estratégias empregadas pelos ciberfeminismos. Para aplicação de tais técnicas, reunimos 2.060 *tweets* indexados à *hashtag*, dos quais 1.705, publicados entre os dias 1º e 2 de junho, foram compilados em cinco categorias analíticas com base na análise de protocolos de pesquisa utilizados no estudo de outras mobilizações, contabilizando 1.113 *tweets* na categoria Opinião (65,3%), 353 *tweets* na categoria Experiência (20,7%), 146 *tweets* na categoria Mídiação (8,6%), 55 *tweets* na categoria Pedagogização (3,2%) e 38 *tweets* na categoria Convocação (2,2%). Tais resultados revelam a importância de chamadas de ação; a incitação da empatia e da solidariedade; o papel da criação de narrativas contra-hegemônicas e de um jornalismo de subjetividade; e a apropriação de produtos midiáticos, como séries, filmes, livros e podcasts, com intuito de popularizar o movimento feminista.

Ao final desta pesquisa, elucidamos as potencialidades e as limitações dos sites de redes sociais para as mobilizações feministas e contribuimos para o mapeamento de nove aspectos presentes em manifestações no *X/Twitter* que estimulam a adesão das participantes. Nossa proposta é que essas sugestões possam ser utilizadas para a formulação de novas campanhas para o enfrentamento da violência contra a mulher, de modo a potencializar os movimentos sociais em rede.

1. INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo inicial, discorreremos sobre a popularização do acesso à internet e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) que vêm transformando as formas de organização política e articulação dos movimentos sociais, além das estratégias político-comunicativas que favorecem a multiplicação de mobilizações ativistas, como a Marcha das Vadias (2011), as Jornadas de Junho (2013) e a Primavera das Mulheres (2015).

Conforme José Luiz Braga (2012), a crescente mediatização dos processos têm promovido a aceleração e diversificação das formas em que os sujeitos interagem com a mídia - esta que já não pode mais ser considerada como um corpo estranho na sociedade -, algo que não está restrito ao campo das mobilizações. Trata-se não só da disponibilização e redirecionamento das ações comunicativas mediatizadas em larga escala, como também a inserção de novas atrizes e atores sociais em práticas e processos que antes estavam restritos à indústria cultural, seja por causa de crítica social, reivindicações de regulação da indústria, ocupação de espaços de produção e difusão ou pela “ativação crítica e intencionada das mediações culturais, por apropriações ‘em desvio’ das interpretações preferenciais da produção” (BRAGA, 2012, p. 34).

Por isso, antes de mais nada, precisamos contextualizar as investigações sobre as potencialidades democráticas da comunicação em rede. As pesquisas sobre internet e democracia foram marcadas, em um primeiro momento, pela euforia ou ceticismo em relação a essas possibilidades de propagação das informações e troca de ideias e saberes pelos mais diversos grupos sociais. O afastamento do campo especulativo e o aprofundamento teórico vieram em um segundo momento, quando os fenômenos da política digital passaram a ser examinados empiricamente (GOMES; MAIA; MARQUES, 2017). Dessa forma, enxergamos, ao longo dos anos, a utilização de diversas estratégias comunicativas por parte das mobilizações para incentivo ao diálogo, interação e momentos de esfera pública (MIGUEL, 2014), como é o caso do objeto de estudo deste trabalho, a *#ExposedCG*.

Rousiley Celi Moreira Maia (2017, p. 66) aponta que as características da comunicação digital, como o baixo custo, a descentralização, a horizontalidade e a simultaneidade em que inúmeros usuários são atingidos pela informação foram essenciais para a construção das perspectivas mais entusiastas entre a internet e a participação política. Segundo a autora, destaca-se entre as contribuições a ampliação das redes de contato e das formas de convivência, a criação de comunidades virtuais, o encontro de pessoas com os mesmos interesses, o incentivo a novas associações voluntárias e o arranjo de manifestações

coletivas. Entretanto, apesar de concordarmos com as características mais democráticas deste processo midiático de formação política em relação a mobilização e deslocamento de lugares de poder, saberes e de produção de conteúdo, é importante nos atentarmos a dois aspectos problemáticos: 1) a utilização da internet por grupos que abraçam ideias ultraconservadoras, fundamentalistas e antidemocráticas e 2) os problemas das barreiras digitais, ambos igualmente elencados pela autora.

Críticos se apressaram em demonstrar que, se a infraestrutura da comunicação digital podia fortalecer a democracia e servir a práticas de participação cívicas, ela podia igualmente sustentar regimes ditatoriais e servir a grupos da “má sociedade civil” para que eles se tornassem mais potentes, com ações mais coordenadas e eficazes (Schmidtke, 1989). Ademais, vários autores exploraram os problemas das barreiras digitais, apontando que a utilização da internet também podia criar novas assimetrias entre os cidadãos ou ampliar e aprofundar algumas das injustiças sociais existentes (MAIA, 2017, p. 66)

Autoras como Ivana Bentes (2015, p. 65) também dedicam a sua atenção em relação às barreiras digitais. Para ela, “um computador pessoal de baixo custo e acesso à internet são bens culturais essenciais no capitalismo cognitivo, pois o trabalho se tornou comunicacional e relacional”. A autora destaca a necessidade de implantação de uma política pública de banda larga a baixo custo no Brasil e o incentivo a uma cultura digital. “Não é uma questão de consumo simplesmente, de inserção da classe C ou de novos grupos sociais no consumo de internet ou das redes: isso é decisivo para a construção de uma nova democracia participativa” (BENTES, 2015, p. 41). Entretanto, essa não é a realidade que vivenciamos no país.

Segundo o estudo “O abismo digital no Brasil: como a desigualdade de acesso à internet, a infraestrutura inadequada e a educação deficitária limitam nossas opções para o futuro”, realizado pela *PricewaterhouseCoopers* (PwC) Brasil em parceria com o Instituto Locomotiva, 33,9 milhões de brasileiros encontram-se desconectados em 2022, em especial homens, não-alfabetizados, idosos e indivíduos das classes C, D e E. Outros 41,8 milhões de brasileiros estão na faixa dos subconectados, com média de apenas 19 dias com acesso a rede ao longo de um único mês. Além disso, o levantamento indica que 68% dos domicílios sem acesso à internet apontam o alto preço dos serviços como um dos motivos para não os contratar e 13,5 milhões dos que possuem - sendo 9 em cada 10 das classes C, D e E - têm uma conexão de banda larga móvel via modem ou chip, que é mais lenta do que as demais. Se focarmos nos dispositivos, a pesquisa identifica que 58% dos usuários no país têm o celular como único meio de acesso à internet, principalmente entre os indivíduos de renda mais baixa e a população autodeclarada negra.

Contudo, apesar desse acesso não ser pleno, tornou-se cada vez mais evidente que as transformações provocadas pela internet não podem mais ser destacadas do conjunto da vida, como se constituíssem um mundo paralelo, como explica Rousiley Celi Moreira Maia (2017). Nesse sentido, as pesquisas que envolvem a comunicação em rede, como a desta dissertação, são cada vez mais urgentes. “Compreender as características da informação que é replicada na Internet é também parte da compreensão das motivações através das quais os atores sociais as difundem” (RECUERO, 2009, p. 129) e os estudos das redes sociais são capazes de investigar como as interações mediadas pelo computador geram fluxos de informações e trocas que impactam as estruturas sociais (RECUERO, 2009, p. 24). Inclusive, entendendo que a comunicação e a cultura se tornaram estratégicas para a sociedade civil, as possibilidades oferecidas pela internet, promovem a geração do capital social, entendido aqui como “as relações de proximidade no espaço físico (geográfico), sustentadas e perpetuadas por indivíduos que compartilham, de forma direta e diária, opiniões, valores e objetivos que possibilitam a construção de redes e a colaboração recíproca” (MAIA, 2017, p. 67). E é com esse capital social que os sujeitos poderão reconhecer a proximidade e a afinidade entre seus interesses e coordenar ações efetivas.

Nesse sentido, pensando no processo de geração de capital social, relembramos o conceito habermasiano de esfera pública. O autor explica que à medida que o Estado moderno surgiu, houve paralelamente a separação entre as esferas pública e privada e é nessa esfera pública burguesa que as pessoas constituíam um público para discutir questões - relacionadas a troca de mercadorias e ao mundo do trabalho - com aqueles que são detentores de poder e de autoridade. Isto é, “a família se torna cada vez mais privada, enquanto que o mundo do trabalho e da organização se tornam cada vez mais públicos” (HABERMAS, 1984, p. 181). Enquanto a esfera pública passou a ser utilizada como um meio de influência política e econômica, o âmbito privado tinha como tarefa a reprodução social e manutenção, multiplicação e transmissão do status quo. Ou seja, é importante salientar que até mesmo esse “espaço social das decisões privadas é prejudicado por fatores objetivos como o poder de compra e a participação em grupos, sobretudo pelo status sócio-econômico” (HABERMAS, 1984, p. 209). Entretanto, cabe salientarmos não só caráter androcêntrico dessa dupla distinção entre público e privado traçada por Habermas, como também os equívocos que podemos incorrer a partir deste entendimento da esfera pública burguesa.

Dessa forma, diante da ampliação do acesso à rede, os ativismos contemporâneos reconheceram a internet como um espaço privilegiado, onde emergem constantemente novas

formas de experimentação política na atualidade, com a participação intensiva de jovens. Juntamente com a geração vinculada aos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, trata-se de uma geração comprometida a buscar meios mais eficazes para a diminuição das desigualdades e a desconstruir discursos ainda naturalizados na esfera social (PIRES; CASTRO, 2020, p. 158).

1.1 Movimentos sociais em rede

Antes mesmo de destacarmos as características do ativismo digital e das mobilizações em rede, é importante demarcarmos a compreensão de movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335). Segundo a socióloga e cientista política, essas ações variam entre denúncias, pressões diretas (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações) e pressões indiretas, seja de forma local, regional, nacional, internacional ou transnacional, com atuação dentro e fora das redes sociais¹⁰. Gohn (2011) ainda elenca algumas características básicas acerca dos movimentos sociais, importantes para ressaltarmos o caráter ativo de luta por uma sociedade democrática e pelo rompimento de padrões hegemônicos:

(...) possuem uma identidade, tem um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade. Historicamente observa-se que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Atualmente suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos (GOHN, 2011, p. 336)

São esses movimentos que realizam diagnósticos da realidade social, constroem ações coletivas como forma de resistência à exclusão e desenvolvem o fortalecimento dos sujeitos sociais, realizando parcerias com entidades da sociedade civil e política e redefinindo a esfera pública (GOHN, 2011, p. 336 -337).

¹⁰ Segundo Raquel Recuero (2009, p. 24), “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)”, constituindo-se como “uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2009, p. 24). É importante mencionar que não se deve levar em conta apenas os aspectos tecnológicos, mas também a interação entre as pessoas.

Para Daniel Cefaï (2017, p. 208), essa arena - organizada por “acomodamentos e competições, negociações e arranjos, protestos e consentimentos, promessas e engajamentos, contratos e convenções, concessões e compromissos, tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados, formalizados e codificados” - configura territórios, instituições, conhecimentos e organizações e coloca em jogo o interesse público, contando com o apoio de cenas públicas, sejam elas científicas, midiáticas, judiciárias ou políticas. Essa arena pública gera novas conexões, impulsiona e fecunda contatos, “contribui para processos transformação, desintegração e recomposição, de segmentação e intersecção, de denegação e legitimação” (CEFAI, 2017, p. 208), além de transformar relações de produção, propriedade e poder ao estabelecer repertórios de definições e respostas típicas a situações problemáticas.

De acordo com o autor, esse processo nasce a partir de distúrbios de ordem afetiva, sensível e normativa que perturbam a vida cotidiana e que, por meio da ecologia da experiência pública - isto é, a forma em que as pessoas vivem e mantêm as inquietações, agitações, angústias, confusões ou obsessões em seus ambientes -, serão problematizados e publicizados, de modo em que os membros saibam com o que estão lidando e o que fazer.

Tentam converter o distúrbio em problema a respeito do qual dispõem de informações, sobre cujo sentido podem se entender ou brigar, e sobre o qual dão a si mesmas oportunidades de ação. Em outras palavras, geram um campo de experiência coletiva com modos de ver, dizer e fazer de sentido comum, articulados por uma rede de números, categorias, tipos, relatos e argumentos disponíveis que permitem apreender um estado de coisas como um problema identificável e reconhecível (CEFAI, 2017, p. 192)

A partir disso, os grupos, organizações e instituições se mobilizam para reconhecer, identificar e definir esses distúrbios, atribuir causas e razões, determinando-os como problemas e formulando hipóteses, explicações e interpretações. “Trata-se simultaneamente de imputar responsabilidades, denunciar negligências ou infrações, eventualmente designar vítimas e culpados, em suma, fazer julgamentos de ordem estética, moral, legal ou política a fim de reparar os danos ou punir os erros” (CEFAI, 2017, p. 189).

Segundo o autor (2017, p. 190), assim que essa dinâmica ultrapassa o círculo de pessoas envolvidas, ela passa a ser chamada de processo político e sua operacionalização requer a sensibilização, o envolvimento e a mobilização de outras pessoas. Como problema público, a aprovação dos poderes públicos, do público mais geral e de certos “públicos específicos” é fator primordial para o ganho de credibilidade e legitimidade, visto que “só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva” (CEFAI, 2017, p. 194).

uma mobilização coletiva emerge quando os membros de uma coletividade (ainda indeterminada, e cujos contornos, tamanho e composição serão especificados durante o processo), sentindo-se concernidos, direta ou indiretamente, por um “distúrbio” com que são confrontados (primeiro de modo indistinto, difícil de captar e designar, ainda não admissível por um público), definem-no como uma situação problemática e resolvem passar à ação (de modo indissociavelmente conjunto e conflituoso, envolvendo-se em cooperações e competições de todo tipo) para resolvê-lo (CEFAI, 2017, p. 190)

Paralelamente, Eduardo Vizer (2007, p. 46) aponta que os movimentos sociais têm como característica fundamental o desenvolvimento de práticas e ações com intuito de transformar as relações de poder, instituídas por meio de mobilizações. Essas iniciativas de resistência, assim como o processo de problematização e publicização que transforma distúrbios em problemas políticos, apropriam-se de tempos e espaços públicos, motivados a criar vínculos e inspirados criativamente pela cultura, pela comunicação e pelas formas simbólicas.

Nesse sentido, de acordo com Manuel Castells (2013, p. 161), esses movimentos sociais “se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas” e são desencadeados por emoções que ajudam os participantes a superarem o medo e desafiar os poderes constituídos, visto que nascem de uma profunda desconfiança em relação às instituições políticas. “As pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprios e para a sociedade como um todo” (CASTELLS, 2013, p. 170). Portanto, para o autor, a mudança social envolve uma ação emocionalmente motivada:

No contexto das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos (medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva), a teoria da inteligência afetiva em comunicação política argumenta que o gatilho é a raiva, e o repressor, o medo. A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. O medo desencadeia a ansiedade, associada à evitação do perigo. Ele é superado pelo compartilhamento e pela identificação com outros num processo de ação comunicativa. Então, a raiva assume o controle, levando ao comportamento de assumir os riscos. Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimulados por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação (CASTELLS, 2013, p. 162).

O autor expõe que os movimentos sociais em rede propõem a autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade e a internet seria uma plataforma privilegiada para construção social da autonomia. Como dispositivos para criação de narrativas e estratégias de

incentivo à participação e engajamento, as tecnologias apontam para o papel essencial da comunicação nas práticas dos movimentos sociais, criando condições para “mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir” (CASTELLS, 2013, p. 167). Entretanto, vale ressaltar que tais debates foram provocados em um momento de grande entusiasmo com os sites de redes sociais, antes mesmo do avanço das discussões acerca da influência e desenvolvimento dos algoritmos, reconhecendo-os como aspectos situados fora de uma neutralidade.

Ainda assim, ressaltamos a compreensão da internet para além da instrumentalidade, isto é, criando novas formas de convivência entre os interessados e gerando condições para a manutenção e expansão de um movimento informal. “O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões” (CASTELLS, 2013, p. 177).

A partir do pressuposto que a prática do *#ExposedCG* enquadra-se como uma prática ativista, elencamos algumas características identificadas a partir da repercussão da *hashtag* e que são apresentadas por Manuel Castells (2013) para descrever os movimentos sociais em rede. Segundo o autor, esses movimentos são simultaneamente locais e globais. Ou seja, começam, se constituem e se conectam às redes da internet em contextos específicos, mas também estão conectados com o mundo inteiro e aprendem com outras experiências (CASTELLS, 2013, p. 130). Além disso, são desencadeados pela indignação relacionada a um evento específico (CASTELLS, 2013, p. 131), como o silenciamento da vítima e a impunidade dos agressores no caso da *hashtag*. Apesar de apresentar forte apelo local, a mobilização sul-mato-grossense, que atingiu o *Trending Topics* Brasil, faz referência a campanhas anteriores como o *#MeToo*, *#MeuPrimeiroAssédio* e *#MeuAmigoSecreto*, além de estar conectada em rede com outros movimentos, a exemplo das *#ExposedFloripa* e *#ExposedSaoPaulo*.

O autor também elenca o caráter viral, tanto pela difusão das mensagens quanto pela multiplicação de novos movimentos. “Temos observado essa capacidade viral de um país para outro, de uma cidade para outra, de uma instituição para outra. Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização” (CASTELLS, 2013, p. 131). Por fim, tanto a horizontalidade das redes, quanto a espontaneidade das mobilizações atuais são características elencadas pelo autor perante a efervescência de movimentos, como os Indignados na Espanha e as Jornadas de Junho no

Brasil. Para ele, a ausência de lideranças formais favorece a cooperação e a solidariedade, “uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança” (CASTELLS, 2013, p. 131). Na *hashtag* estudada, esse aspecto ficou evidente quando notamos a presença de posicionamentos como “Se eu sou amiga do seu agressor, me avise! *#exposedcg*” dentro do próprio movimento.

Apesar de serem visões otimistas e entusiastas, as inserimos neste trabalho devido a constatação de que a *hashtag* estudada - por mais que seja nativa de grandes corporações à frente de um site de rede social projetado para o consumo, monetização e vigilância constante - nasceu de forma espontânea, isto é, sem a instituição de lideranças formais. Essa particularidade reforça a proposta de que os ativismos on-line incidem nas plataformas e interfaces públicas digitais como parte de uma estratégia política, ainda que esses espaços sejam “marcados por suas origens militares, masculinas, brancas, norte-americanas e europeias” (SARMENTO, 2021, p. 26). Posteriormente, assim como demais coletivos que discutem os feminismos, violência e racismo na internet, essas participantes projetaram adequações para aumentar a visibilização dos problemas, as quais estão detalhadas no capítulo metodológico desta dissertação.

Paralelamente, Ivana Bentes (2015) acredita que não sejam mobilizações sem liderança. Para a autora, trata-se de “ativar uma multidão de lideranças distribuídas, miríades de lideranças, ativadores, ativistas, organizadores e mobilizadores. Multilideranças que emergem e desaparecem a qualquer momento, dependendo dos acontecimentos e dos territórios” (BENTES, 2015, p. 57). Essa característica se comprova na *#ExposedCG* quando notamos a proporção tomada pelo movimento, deixando de ser a indignação da mobilizadora inicial e tornando-se uma questão pública, com diversas ativistas.

Ainda segundo a autora, estamos vivendo a emergência de novos atores e discursos organizados nos sites de redes sociais em um momento intenso de potencialização política. Diga-se de passagem, considera-se a afirmação ainda mais pertinente ao visualizarmos as transformações vivenciadas no país após o *impeachment*¹¹ da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 e as eleições presidenciais de 2018. Trata-se da reinserção dos corpos nas manifestações, seja como *outdoors* ou como parte da reivindicação por liberdade. Mais do que isso, a comunicação é uma das formas de mobilizar, organizar e expressar esses corpos na

¹¹ É importante salientarmos que o processo de *impeachment* foi marcado por diferentes práticas misóginas direcionadas à ex-presidenta, tal como salienta diversos estudos a respeito da polarização política no país, como a dissertação “Enquadramento jornalístico do *impeachment* de Dilma Rousseff em revistas semanais brasileiras: gênero como quadro de referência primário”, defendida em 2019 pela mestra Raquel de Souza Jeronymo no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS.

multidão (BENTES, 2015, p. 14). “Olhando para as imagens produzidas, cartazes, memes na internet, *hashtags*, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos” (BENTES, 2015, p. 44).

Estamos falando de um esforço para construir o que é comum dentro das demandas desses grupos sociais, potencializar as diferenças e criar autonomia. Diante dessa nova estética dos ativismos contemporâneos, a autora evidencia o conceito de midiativismo, em que, diferente do jornalismo convencional, “cada ‘matéria’ traz uma causa, um afeto, um horizonte de mundos em torno da ‘notícia’. Essa comunicação por afetação e não por discurso de verdade é uma distinção” (BENTES, 2015, p. 16). Isto é, as “causas se transformam em pautas e vice-versa” (BENTES, 2015, p. 18).

Essas narrativas colaborativas mais do que “difundir as lutas, são as próprias lutas” (BENTES, 2015, p. 22). Sejam associadas a posts, memes e *hashtags*, as emissões em tempo real criam ondas de intensa participação do público e potencializam o contato entre as redes e as ruas (BENTES, 2015, p. 20).

Expressar o “grito”, como escreveu Jacques Rancière, tanto quanto tomar posse da palavra são modos de desestabilizar a partilha do sensível e produzir um deslocamento dos desejos e constituir o sujeito político multidão. Trata-se de política como comoção, catarse, mas também negociação e mediação. Pela importância das mídias on-line, mídias livres e midiativistas nesse grito desestabilizador, elas são decisivas na constituição de outras estéticas, do fluxo e do ao vivo, que se apropriam das figuras de linguagem do próprio cinema, da televisão e das redes sociais. Estamos vendo surgir nas ruas uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas, distribuídas, atravessadas por poderes e potências muitas vezes em violento conflito, mas que constituem uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos sistemas midiáticos e políticos tradicionais (BENTES, 2015, p. 21).

No geral, para Rousiley Celi Moreira Maia (2017), os movimentos coletivos na era da internet “buscam desestabilizar consensos existentes da cultura majoritária que podem ser opressivos nas relações íntimas, nas relações sociais ou, ainda, nas relações legais, e politizá-los como questões de interesse comum, no reino público” (MAIA, 2017, p. 48). E, com essa capacidade de desestabilização que reacomoda as forças, a comunidade ativista conseguiu, de fato, transformar o sentido da palavra resistência, através de suas redes de luta. “Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 142).

Como ações coletivas sociopolíticas e culturais, as populações podem expressar suas demandas, revelando-se tal qual “‘um corpo multivozes metamorfoseando-se’, implicando

para a democracia, presencial e virtual, a necessidade de sustentar a interação ou a solidariedade das ‘vozes’ do seu corpo e, ao mesmo tempo, de respeitar sua heterogeneidade” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 78).

No passado, a indignação das populações acabava capturada por golpes de estado de grupos ideológicos intolerantes e violentos. Hoje as populações reunidas nos movimentos sociais e ações coletivas não precisam que os intermediários falem por elas através das mídias de massa e instituições políticas. A Internet gerou uma mídia livre impulsionada por milhões de blogueiros e fermentada pelas redes sociais. A internet se revelou um megaespaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 174).

Motivados por propósitos comuns, os novos sujeitos políticos podem expandir as possibilidades de cooperação entre si e promover ações organizadas que ganhem a esfera pública, especialmente quando se relacionam a assuntos referentes à política, conforme explicam as autoras Luciane Leopoldo Belin, Carla Candida Rizzotto e Aléxia Silva Saraiva (2021). “A integração entre os interesses das participantes de ações engajadoras nas redes sociais on-line pode ou não se tornar ação concreta fora das redes – um encontro pessoal, uma passeata, ou a simples aproximação das participantes, que se tornam amigas” (BELIN; RIZZOTTO; SARAIVA, 2021, p. 11).

Assim, ao se potencializaram no espaço público em rede, os movimentos sociais originaram o que conhecemos por ativismo digital ou ciberativismo, uma prática que utiliza as “tecnologias digitais ou de informação e comunicação para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural” (MILHOMENS, 2009 *apud* QUEIROZ, 2017, p. 3), onde são necessárias quatro condições para a apropriação social da tecnologia (GERMANO *et. al.*, 2019). São elas:

a) o domínio técnico e cognitivo do artefato; b) a integração significativa do objeto técnico na prática cotidiana do(a) usuário(a); c) o uso repetido que possibilite a criação (de novas práticas ou de novos usos); d) a participação de usuários(as) no estabelecimento de políticas públicas e nos processos de desenho e inovação industrial e comercial (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 488)

No contexto global, o conceito ganhou força com a onda de protestos que passou pelo Norte da África e no Oriente Médio em 2010, conhecida como Primavera Árabe¹². “Os ativistas usavam técnicas de resistência civil combinadas com greves, manifestações e passeatas, com amplo uso das redes sociais para difusão das ideias revolucionárias”

¹² A Primavera Árabe refere-se a uma onda de protestos no Norte da África e no Oriente Médio, que começou no final de 2010, marcada pelo amplo uso das redes sociais e suas características transnacionais. “As revoltas e protestos começaram com o suicídio de Mohammed Bouazizi por causa do confisco, pelo governo da Tunísia, de seu único meio de sobrevivência, uma barraca de legumes” (QUEIROZ, 2017, p. 2). Em seguida, o Egito viveu a Revolução Egípcia, enquanto a Líbia e a Síria viveram uma guerra civil. Posteriormente, “grandes protestos ocorreram na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen. Manifestações de menor porte aconteceram no Kuwait, Líbano, Maurítânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental” (QUEIROZ, 2017, p. 2).

(ROSINY, 2012 *apud* QUEIROZ, 2017, p. 2). Já no Brasil, considera-se as Jornadas de Junho, realizadas em 2013, como o marco para a utilização da internet voltada para o recrutamento de ativistas, organização, divulgação e transmissão de informações em tempo real sobre o movimento e serão trabalhadas ao final deste capítulo. Segundo Idilva Germano *et. al.* (2019, p. 505), essas manifestações desempenham um papel importante na socialização política de jovens e representam “um caminho promissor nesse cenário de crescente uso das mídias sociais tanto pelos movimentos quanto por jovens”.

Entretanto, diferente do que as visões entusiastas previram, “os movimentos de contestação, ao invés de levarem a uma derrocada de governos e elites neoliberais, levaram ao efeito inverso” (MARIE; ANDRADE, 2019, p. 164). O resultado desses movimentos, especialmente as Jornadas de Junho, foi marcado pelas tensões entre os grupos marcados por diferentes marcadores sociais - como é o caso do movimento *#EleNão*, “criticado por intelectuais e políticos autodeclarados progressistas, sendo considerado ora como simples guerra de memes, ora como involuntariamente favorável à vitória eleitoral da direita” (MARIE; ANDRADE, 2019, p. 169) -, e pelo crescente projeto neoliberal que contabilizou uma virada autoritária da extrema direita em diversos lugares do mundo. Uma vez que o conservadorismo se instalou em países como o Brasil durante o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022), Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2017-2021) e Itália diante da liderança da primeira-ministra Giorgia Meloni (2022-atualmente), a questão de gênero tornou-se ainda mais latente na crise política atual, versada pela contestação de direitos garantidos e pela censura do debate de gênero nas escolas. A exemplo das tensões dentro dos próprios grupos progressistas, autores como Angela Cristina Salgueiro Marques e Ricardo Fabrino Mendonça (2018) argumentam que os protestos contemporâneos não podem ser definidos “como uma luta do proletariado, da classe média, das mulheres, das pessoas LGBT, de coletivos fascistas ou anarquistas” ou como uma agregação de identificações plurais (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 51). Isto porque a prática da política permite que as sujeitas e sujeitos envolvidos possam repensar suas ações e formas de agenciamento, se desencaixar de lugares pré-definidos ou designações outorgadas e se desconstruir, por meio de práticas comunicacionais e conflitivas. “As desidentificações produzem transformações individuais e coletivas: produzem formas de emancipação que não se reduzem à autonomia individual, mas valorizam a produção de relações, cenas e enunciação e articulações entre forças e indivíduos desidentificados” (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 51).

O tópico a seguir apresenta o investimento em linguagens e estratégias de comunicação específicas em diferentes sites de redes sociais, por parte destes ativismos, para informar, interagir e pautar os meios de comunicação convencionais.

1.2 Novos ativismos e comunicação

Uma das primeiras orientações do “Caderno de comunicação para o ativismo”, desenvolvido em 2013 pelo coletivo independente e multidisciplinar Escola de Ativismo¹³, trata a comunicação não mais como uma ação unidirecional onde o emissor envia e o receptor recebe. É necessário conversar, envolver e mobilizar, pois é a rede de conversação que conecta atores a uma determinada causa, potencializa a influência do movimento e fortalece o discurso, ainda mais quando se entende bem as motivações das pessoas (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 4). De acordo com a definição de Boyd & Ellison (2007) *apud* Recuero (2009), os sites de redes sociais são aqueles sistemas que permitem “I) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; II) a interação através de comentários; e III) a exposição pública da rede social de cada ator” (RECUERO, 2009, p. 102)

De fato, para José Luiz Braga (2006, p. 27-28), a midiaticização inclui “resistências pontuais, vigilantes, de multidão” em relação ao processo midiático em si e aos usos dominantes, usando a expressão para nomear procedimentos interacionais que subtraíam-se à lógica sistêmica. Nesse sentido, o autor insere a midiaticização como um processo social gerador de tecnologia, devido aos “deslocamentos de processos tecnológicos para fora de sua ação prevista nesse desenvolvimento - o que ocorre constantemente, a partir de expectativas e motivações sociais outras, estranhas ao momento da invenção” (BRAGA, 2006, p. 15).

E é neste âmbito onde ocorre as relações comunicativas que a política aparece, se dando pela formação e configuração de sujeitas e sujeitos, atravessados por forças e dinâmicas imprevisíveis e inadministráveis, ao longo de suas ações para criação de uma coletividade e da constituição de experiência como fundamento para a geração de “autonomia e emancipação, e na qual lutas políticas são vividas tanto do ponto de vista coletivo quanto individual, uma vez que as interações são, em maior ou menor medida, baseadas em relações de poder” (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 43).

Especialmente se tratando das estratégias político-comunicativas dos movimentos em rede, a noção de participação ganha relevos importantes e complexos. Para autores como

¹³ Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/escola/>

Wilson Gomes (2017) e Rousiley Celi Moreira Maia (2017), a participação é apenas uma das formas de ação.

Acompanhar o noticiário político on-line, ler blogs de político, ver vídeos de política no YouTube, por exemplo, é ação, mas não literalmente uma participação política; já escrever um blog de política, fazer campanha on-line, escrever petições eletrônicas, manifestar-se num fórum eletrônico ou numa consulta orçamentária digital e postar vídeos políticos são formas de participação na vida pública e/ou no jogo político (GOMES, 2017, p. 35).

Essa participação ganha contornos relevantes na medida em que produz algum benefício para a comunidade política (GOMES, 2017, p. 22). Portanto, uma democracia saudável é “aquela que todos os concernidos pelas decisões que afetam a comunidade política possam se tornar participantes, se e quando quiserem, e, ainda, no que queiram” (GOMES, 2017, p. 36). De acordo com Rousiley Celi Moreira Maia (2017), as pessoas ficam mais propensas a participar das questões políticas quando sabem que suas opiniões e posições serão levadas em consideração pelo grupo. Mais do que isso, “participar faz diferença; as pessoas, no âmbito local, têm que viver com as consequências de suas ações e, logo, elas têm boas razões para exercer o poder de forma responsável” (MAIA, 2017, p. 55).

Então, com o intuito de fazer com que as iniciativas sejam vistas como oportunidades vantajosas, o papel dos ativistas digitais ou ciberativistas neste sistema de produção da democracia digital é, justamente, “criar meios de participação, oferecer oportunidades para que estes meios possam ser usados e esperar que características incluídas nas oportunidades (constrangimentos ou recompensas) sejam suficientes para motivar a participação” (GOMES, 2017, p. 38-39).

Segundo Katarini Giroldo Miguel (2015, p. 101), “são distintos os fatores que podem levar as pessoas a participar de movimentos sociais e ações coletivas, em especial na internet hoje”. Entre eles, estão a atuação nos sites de redes sociais, que facilitam formas de participação *on-line* e são determinantes para o engajamento, além dos marcos emocionais, capazes de influenciar na conquista de maior apoio. “As emoções são parte da dinâmica dos movimentos. Os sentimentos de indignação, injustiça, medo, esperança, vergonha e até mesmo a euforia são fatores de empoderamento dos movimentos” (MIGUEL, 2015, p. 103). Outro aspecto importante de ser mencionado é ressonância cultural:

Segundo Johnston *et. al.* (2001), as investigações sobre as motivações da participação mostram que, para produzir uma ação coletiva, primeiro é necessário identificar uma situação como injusta e, gerar um sentimento de mal-estar com as injustiças, um inconformismo, uma vontade de mudar uma realidade insatisfatória (MIGUEL, 2015, p. 102).

O manual desenvolvido pela Escola de Ativismo (2013, p. 7) também dispõe sobre a necessidade da comunicação ativar valores que fazem parte do universo referencial de grupos específicos, atuando em todas as dimensões do ser humano, sejam elas políticas, econômicas, psicológicas, *etc.* “Essa ativação de valores é capaz de criar um diálogo com a sociedade, estimulando ações e reações diversas que, por si só, demonstram o sucesso de uma comunicação bem feita. Para isso, não basta apenas definir um público, é preciso enxergar o mundo pelo olhos do outro” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 8). Nesse sentido, a tomada de decisão, seja para o compartilhamento de um relato, a assinatura de uma petição na internet ou ir às ruas, leva em conta o nível de interesse dos sujeitos envolvidos. Esse, por sua vez, é entendido pela somatória da relevância cultural da ação, valor de experiência gerado e custo de execução (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 9).

Para o coletivo independente, a relevância cultural refere-se aos valores que fazem parte da construção de cada indivíduo e das suas relações sociais, fruto da interação das pessoas com a realidade em que vivem. “As campanhas que trabalham com a mudança do fator ‘relevância cultural’ tendem a buscar mudanças culturais que só podem ser feitas a partir de um longo trabalho de comunicação e conscientização” (ESCOLA DE ATIVISMOS, 2013, p. 10).

Isso porque esses processos de socialização estão relacionados com a nossa percepção do mundo que nos rodeia, formando uma verdadeira ecologia social, afetiva e simbólica, conforme explica Eduardo Vizer (2007, p. 50). Segundo o autor, as lutas dos movimentos sociais “se desenvolvem nas mentes e nos corpos, mas fundamentalmente buscam intervir na formação dos universos de sentido da sociedade e da cultura (crenças e mitos sobre a natureza, a sociedade, o sujeito, a cultura e a técnica)” (VIZER, 2007, p. 46).

De acordo com Morgani Guzzo e Cristina Scheibe Wolff (2020, p. 2), as emoções atravessam e movem os corpos conforme o contexto social e as experiências vividas pelas pessoas afetadas. Dessa forma, os afetos determinam práticas e podem ser uma das razões pelas quais os participantes se engajam, seja pela identificação com a pauta, pelo sentido suscitado durante a manifestação ou pela afinidade com a forma de organização. Sendo assim, a compreensão dos marcos motivacionais que atravessam a participação de mulheres em mobilizações voltadas para o compartilhamento de relatos pessoais serão debatidos no capítulo metodológico, a partir das entrevistas em profundidade realizadas com as mobilizadoras.

Outro fator apresentado pelo “Caderno de comunicação para o ativismo” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013) que mede o nível de interesse dos indivíduos é o valor da experiência proporcionada pelas ações executadas, o que remete ao conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu (2004). Na luta para produzir e reproduzir maneiras de ver e fazer o mundo, é necessário investir em poder simbólico para congregar ou estabelecer grupos de ação, o que não é “outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido” (BOURDIEU, 2004, p. 163). Esse poder pode ser oficialmente sancionado, garantido ou instituído juridicamente por meio da nomeação oficial, como é o caso da outorga de um título ou qualificação socialmente reconhecida, a exemplo dos títulos escolares.

O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo (BOURDIEU, 2004, p. 166)

Assim como o poder simbólico, o conceito de “campo”, elencado por Daniel Cefaï (2017), trata da relação da existência e natureza dos problemas sociais e as relações de força e os conflitos de interesse entre diferentes campos e subcampos sociais.

De um lado, os “dominados”, despossuídos de capitais, penam para ser ouvidos nos subcampos da economia, da política, da administração, da informação; de outro, os “dominantes” controlam o jogo, detêm os meios de pesquisar e informar, ocupam os postos de decisão política e têm o necessário poder de fogo para mobilizar. Mais além de uma cumplicidade objetiva entre as elites dos diferentes subcampos, podem existir tensões entre elas; mas resta que os “dominantes” fixariam para todos a natureza dos problemas e das soluções. [...] E se os “dominados” parecem ter reencontrado um pouco de sua capacidade de pensar e agir, estão longe de formar públicos: a lógica de reprodução dos campos e dos habitus não dá espaço para essas dinâmicas coletivas (CEFAÏ, 2017, p. 202-203)

Nesse sentido, assim como as pesquisas de Manuel Castells (2013) e Katarini Giroldo Miguel (2015) explicitam, a geração de mobilizações envolve os marcos emocionais, como a frustração, alegria, euforia, indignação e a raiva, fazendo com que sejam marcadas pela sensação positiva ou negativa destas manifestações. O caderno de instruções aos ativistas também disponibiliza orientações sobre as formas de agregar valor na experiência do público e, de certa forma, investir na constituição do capital social. Entre elas estão o humor, o pertencimento, o aprendizado, a interação, a presença de atores influentes, a adrenalina, o desafio ou gamificação, a empatia ou solidariedade, o status e o legado. Falaremos a seguir

sobre duas delas, próprias das mobilizações feministas nos sites de redes sociais e observadas na *#ExposedCG*.

A primeira dessas formas de agregação de valor é o senso de pertencimento, considerado uma ferramenta poderosa de mobilização social por ser intrínseco aos seres humanos, que se veem “a todo momento buscando grupos de afinidade com o qual possam criar intimidade e se aproximar” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 12). Enquanto agentes de comunicação, trata-se de visualizarmos a multidão não como uma massa amorfa ou um conjunto de diferentes grupos de pertencimento exclusivo. Para Tarde *apud* Bentes (2015, p. 14), “o público se compõe de indivíduos que podem pertencer ‘simultaneamente a diferentes públicos’, caracterizando um multipertencimento”. Na *hashtag*, isso fica evidente quando as usuárias abrem espaço, por meio das mensagens diretas (DM) da plataforma, para o envio de relatos por quaisquer pessoas e, sobretudo, quando identificamos a incidência de *tweets* orgulhosos pela repercussão do movimento.

A segunda estratégia faz referência ao legado. Utilizá-lo como motivação para o envolvimento de um grupo de pessoas em favor de uma causa é algo difícil de acontecer, tanto pela necessidade de um contexto que possibilite que essa mobilização seja histórica, quanto pela percepção dos participantes em relação ao momento em que estão vivendo (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 13). Segundo Manuel Castells (2013, p. 179), a produtividade histórica e social das práticas e o efeito causado nos participantes como pessoas e como sociedade é o único aspecto relevante para avaliação do significado de uma manifestação. “O legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com a sua ação”, seja por meio da representatividade na política, pela adesão a alguns de seus temas e demandas por partidos ou líderes políticos ou pelo agendamento de pautas nas discussões de gerações mais novas e ativas. No caso da *hashtag*, mais do que o encaminhamento das situações expostas para órgãos competentes e responsáveis para a geração de denúncias, a *#ExposedCG* tem como legado a construção de um debate sobre o enfrentamento da cultura do estupro, evidenciado pela realização de *lives* envolvendo a 1ª Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul (OAB-MS)¹⁴ e líderes políticos, além de uma maior visibilidade do tema da violência sexual na imprensa local, algo que discutiremos mais amplamente no capítulo 3.

¹⁴ Comissões da Mulher Advogada da OAB - MS discutiram as denúncias de crime sexual em live, durante o período de isolamento social devido a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://oabms.org.br/comissoes-da-mulher-advogada-de-ms-se-unem-para-debater-exposed>. Acesso em: 6 outubro 2022.

Para que um movimento seja influente, atores do Estado precisam vê-lo como potencialmente capaz de facilitar ou prejudicar seus próprios objetivos - ampliar ou solidificar novas coalizões eleitorais, ganhar a opinião pública, aumentar o apoio às missões das agências governamentais. Em outras palavras, a influência dos movimentos sociais depende amplamente de sua contribuição potencial para as agendas pré-estabelecidas dos atores políticos (CASTELLS, 2013, p. 176)

Já em relação às estratégias propriamente comunicativas, os ativismos digitais tendem a fazer uso da narratividade, do *seeding* - prática que semeia um conteúdo em diversas redes e grupos sociais específicos visando aumentar a visibilidade da ação ou da causa -, do *marketing* de influência especialmente com grupos, atrizes e atores de referência para o público interessado pela manifestação e dos memes, tanto pelo humor quanto pelo intuito de informar através de imagens engraçadas com alta capacidade de replicação, imitação, cópia e viralização na internet. “Na prática, um meme pode ser uma ideia, som, ícone, valores, ou qualquer outra coisa que possa ser apreendida e transmitida facilmente” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 18).

Sua característica mínima, carregando informação cultural, é uma das coisas o que faz com seja fácil de reter e repassar a mensagem, mas não só: a relevância cultural dessa informação para a pessoa também influencia na retenção e replicação do meme. A mensagem pode carregar felicidade, medo, senso de pertencimento e muitas outras características, mas seu conteúdo deve se conectar com o universo referencial da pessoa que recebe esse meme, caso contrário a informação não terá tanta efetividade na sua replicação (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 19).

Para Ivana Bentes (2015, p.12), a conversação e a memética fazem parte do modelo de comunicação pós-mídia de massas que estamos vivendo. “A memética interessa [...] por explicitar o potencial multiplicador e viralizante de ideias ou parte de ideias, imagens, sons, desenhos, valores estéticos e morais, línguas, que possam ser transmitidas, duplicadas, remixadas de forma autônoma”.

A respeito da prática do *seeding* no objeto de estudo desta dissertação, observa-se a semente da *hashtag* em outras redes sociais, como o *Instagram*, já adaptada para os formatos orientativo em relação ao que é assédio e abuso sexual e artístico, por meio do compartilhamento de ilustração (Figura 1) e poema autorais (Figura 2).

Figura 1: Publicação de poema indexado à #ExposedCG no Instagram



Fonte: *Printscreen* de publicação do perfil @poemasqueavidameinspira no Instagram, 2023.

Figura 2: Publicação de ilustração indexada à #ExposedCG no Instagram



Fonte: *Printscreen* de publicação do perfil @maroaart_ no Instagram, 2023.

Já em relação a memética, observou-se a presença de cinco *tweets* contendo memes ou GIFs a respeito do compartilhamento da *#ExposedCG* no *X/Twitter*, como são os casos exemplificados nas figuras 3 e 4.

Figura 3: Exemplo de utilização de memes na *#ExposedCG*



Fonte: *Printscreen* de publicação de @KelvenGoulart, 2020.

Figura 4: Exemplo de utilização de memes na *#ExposedCG*



Fonte: *Printscreen* de publicação de @jesicaoliveir11, 2020.

No tópico a seguir, serão apresentados alguns exemplos de movimentos sociais que projetaram os sites de redes sociais como meios eficazes para divulgação de informações e

como uma ferramenta para criação de uma nova geração política, que vemos como mais conectada e participativa.

1.3 Potencial das TICs: Marcha das Vadias, Jornadas de Junho e Primavera Feminista

Com o fim do regime militar e a ascensão de sujeitos políticos defensores de causas trabalhistas, ambientais e femininas a cargos no poder, os anos de 1990 mudaram a composição política do país. O início do milênio marcou, de fato, a desmobilização de muitos movimentos sociais e o enfraquecimento dos sindicatos (GOHN, 2011, p. 348). Daí surge a importância da juventude e dos novos ativismos mediados pelas crescentes transformações tecnológicas para a multiplicação e adesão a diferentes bandeiras por um público heterogêneo.

Assim como elencado por Manuel Castells (2013, p. 164) e Eliani de Fátima Covem Queiroz (2017), mesmo com suporte dos sites de redes sociais, as mobilizações precisam do lastro presencial e isso se faz na ocupação de ruas e praças. Para a autora, esses ativismos ocorrem em um mundo híbrido, com estratégias organizadas para a internet e para o espaço público físico. “A luta se dá no espaço público, muitas vezes em confronto com o poder estatal, político e financeiro, luta que depende não somente da troca de mensagens nas redes sociais, mas da construção de projetos que delineiam reivindicações e desejos de mudanças reais na sociedade” (QUEIROZ, 2017, p. 4).

Dessa forma, com as palavras de Ivana Bentes (2015, p. 50), “estamos diante de uma mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes”, onde nasceram novas formas políticas de afeto. Tanto para a autora como para Manuel Castells (2013), a série de protestos conhecida como "Indignados", realizada na Espanha, é considerada referência em relação ao uso de diferentes ferramentas e linguagens para criar ondas de mobilização.

De acordo com o documentário "*Claves para entender el movimiento 15-M¹⁵*", com direção de Adriano Morán, o 15M espanhol reuniu mais de 40 mil pessoas que exigiam “Democracia Real Já”, desencadeados pela insatisfação política, econômica e social, causada tanto pelo binarismo partidário, quanto pelos altos índices de desemprego do país. Vale ressaltar que as mobilizações começaram em Madrid em 15 de maio de 2011 – próximas às eleições municipais-, com concentração na praça *Puerta del Sol*, e resultaram em mais de 140 assembleias, mais de 25 comissões, 10 grupos de trabalho e 41 subgrupos de discussão.

Este ambiente, portanto, era propício para o surgimento e proliferação de novos protagonistas nas transformações sociais que ocorreram nos últimos anos e que expressam a

¹⁵ Documentário produzido pelo portal <https://www.lainformacion.com> e Medina Media. Atualmente, encontra-se replicado em plataformas como o *YouTube*. Disponível em: <https://youtu.be/8Ds7b3pboW4>.

diversidade atual da sociedade civil (VIZER, 2007, p. 31). Reunidos em torno de uma situação injusta, um dos maiores marcos motivacionais do 15M foi gerado pela vontade e esperança em mudar uma realidade insatisfatória para diversos grupos sociais.

Ainda segundo o documentário, o reconhecimento da mobilização, possibilitada pelas facilidades das tecnologias, também foi um dos aspectos que reuniu tantas pessoas durante semanas, de forma a ser capaz de fertilizar transformações político-culturais na juventude. Além disso, a ecologia afetiva - da família e dos amigos - e as tentativas de contenção por parte das autoridades políticas agiu como prova social para expandir a participação pública. As pessoas foram convocadas a formar uma multidão e construir esse acontecimento político, que emergiu em ações e resultados diversos, sem o intuito de ser permanente e estável como uma organização. Como acontecimento midiático teve um começo e um fim, exigiu e deu visibilidade para indivíduos comuns se tornarem atores sociais e proporcionou para a imprensa tanto imagens espetacularizadas sobre ações violentas em manifestações pacíficas quanto um espaço para manipulações dos fatos, como forma de conquistar a audiência. Esta deslegitimação do jornalismo, que antes tinha capacidade de influenciar de forma direta na construção da agenda pública, fez com que o 15M descobrisse novas formas de participação nos movimentos sociais, pois saíram dos meios de comunicação de massa tradicionais e adentraram as mídias sociais, como forma de manter meios próprios para divulgação de suas ideias e políticas. Ao final da série de protestos de 2011, o movimento se dissipou em diversas mobilizações que ocuparam bairros e refloresceram em mobilizações políticas e artísticas.

Em outras palavras, as mídias sociais ampliaram o exercício da militância, fazendo com que o movimento fosse amplamente fundamentado na internet para coordenar e expandir suas ações. Nesta perspectiva, os cartazes dos Indignados da Espanha percorreram o mundo, sem a intenção de alcançar reconhecimento e, sim, de intervir no espaço público ao trazer luz às suas denúncias, tais como meios radicais¹⁶, conceituados por Eduardo Vizer (2007, p. 33). Segundo Manuel Castells (2013, p. 93), mais de cem cidades espanholas seguiram o exemplo de Madrid com múltiplos e ricos discursos contra o sistema político e, em poucos dias, a força mobilizatória se espalhou para cerca de 800 cidades do mundo.

¹⁶ De acordo com Eduardo Vizer (2007), alguns autores estabelecem três categorias de relação entre ativismos e os meios de comunicação: meios de informação, de organização e mídias radicais. A primeira delas refere-se aos meios de massa convencionais, que se apresentam como mediadores entre a realidade e o público, guiados pela noção de objetividade. Os meios de organização são aqueles que colocam abertamente a representação de entidades de defesa do meio ambiente, da mulher ou das crianças e que “constroem simbolicamente o sujeito social que representam (por meio do discurso e de imagens)” (VIZER, 2007, p. 32). Já os meios radicais são aqueles que atuam “em função da crítica do status quo, na denúncia dos dispositivos de poder e das condições de criação de injustiças” (VIZER, 2007, p. 33).

Vale ressaltar também que, conforme Ivana Bentes (2015, p. 50), o 15M tornou-se decisivo “ao transmitir ao vivo durante centenas de horas ininterruptas, e com milhões de visitas e acampados virtuais, utilizando ferramentas de georreferenciamento para fincar bandeiras e cartografar acampamentos em praças reais e virtuais por toda a Espanha e depois pelo mundo”.

Como esses movimentos são autorreflexivos e aprendem profundamente com experiências anteriores de outras localidades, apresentaremos na sequência três mobilizações brasileiras que culminaram na consciência e dinâmica feminista que temos hoje baseada em protestos virtuais.

Iniciaremos pelo Levante Popular de 2013, considerado um marco sócio-histórico entre as manifestações brasileiras. Sem sombra de dúvidas, as Jornadas de Junho modificaram o cenário político do país. Coordenada pelo Movimento Passe Livre (MPL), a série de mobilizações em massa é considerada a maior onda de protestos desde o movimento que pedia o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992. As ações ocorreram, inicialmente, em defesa da redução da tarifa do transporte público em São Paulo e, entre palavras de ordem como "Não são só 20 centavos" e “O gigante acordou”, as manifestações espalharam-se para mais de 500 cidades do país de forma simultânea, ampliando suas reivindicações. Rayza Sarmiento, Stephanie Reis e Ricardo Fabrino Mendonça (2017) indicam uma série de acontecimentos gerados após a onda de protestos no país:

No que se refere às consequências das Jornadas de Junho, é importante compreender que elas não terminam em junho, mas continuam reverberando nos processos políticos que o sucedem. Elas se manifestaram de forma mais imediata em uma pressão exercida sobre o poder público, expresso não apenas na queda do preço das tarifas em 2013, mas na votação de uma série de medidas, como a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, a destinação de 75% dos royalties da exploração de petróleo para a educação e a definição da corrupção como um crime hediondo. As consequências de tais Jornadas, todavia, vão além dessas mudanças mais visíveis e envolvem a geração de debates públicos, a rearticulação de coletivos políticos, a maior visibilidade pública de grupos conservadores, o declínio na popularidade de diversos políticos e partidos, sobretudo de Dilma Rousseff e do PT (Feres Júnior, Miguel e Barbarela, 2014) e a articulação dos protestos massivos de 2015 (SARMENTO; REIS; MENDONÇA, 2017, p. 108)

Os autores também destacam a ambivalência das Jornadas de Junho e dos demais protestos contemporâneos e as tensões acerca da questão de gênero, como um complexo caso de opressão estrutural, dentro dos próprios movimentos. Em diferentes situações, como a divisão de tarefas dentro das mobilizações baseadas em estereótipos de gênero, o cerceamento da fala de mulheres em assembleias (causado por interrupções ou diferentes tempos de fala), a violência e repressão policial focada em grupos de mulheres por as considerarem mais frágeis

ou o abuso sobre o corpo de mulheres, “tem-se a atualização de uma sociedade patriarcal que atrela os privilégios da existência pública a homens, mantendo o ônus desta existência sobre as mulheres” (SARMENTO; REIS; MENDONÇA, 2017, p. 115).

De acordo com Tainá Mendes Jara (2019, p. 31), as mobilizações ocorridas no Brasil em 2013 apresentam referências às manifestações ocorridas nos países árabes anteriormente, como Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Argélia, Síria, Marrocos, Omã, Bahrein, Jordânia, Sudão, Iraque, e que também geraram uma série de consequências no Oriente Médio.

Entre as táticas de comunicação presentes na Primavera Árabe, elencadas por Ivana Bentes (2015), ressaltamos a forte presença nos sites de redes sociais para convocação popular, o midiativismo praticado por grupos como a Mídia Ninja¹⁷, cartazes e faixas escritos à mão, a atuação dos *Black Blocs*¹⁸ e o ataque a símbolos do capitalismo, como é o caso das agências bancárias.

A publicação de fotos, textos e vídeos dos protestos, feita com o uso de celulares pelos ativistas, trouxe uma versão diferente da que estava sendo divulgada nas mídias tradicionais (QUEIROZ, 2017, p. 3), em que os manifestantes constantemente eram apresentados como vândalos.

De acordo com Campi (2013), em 2013, mais de 2 milhões de menções foram feitas nas redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *YouTube* e *Google*, e que mais de 132 milhões de pessoas foram impactadas por estas postagens, criadas por 941.295 usuários únicos. Somente no dia 17 de junho de 2013, meio milhão de mensagens foram publicadas nas redes sociais, superando em 8,5 vezes as postagens da semana anterior. Nesse dia, o *Twitter* e o *Facebook* foram as redes mais usadas pelos ativistas das 17 às 21 horas. No intervalo entre 17 e 18 horas, momento do início das manifestações, a média de menções dos protestos foi de 51,2 mil. Entre 20 e 21 horas o número quase duplicou, chegando a 87,8 mil (QUEIROZ, 2017, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Ivana Bentes (2015, p. 19) acredita que um dos fenômenos mais impactantes foi a explosão dos coletivos, redes, agentes e iniciativas de midiativismo em todo o país, construindo um sentido próprio para as manifestações de forma inédita. Por meio das produções dos manifestantes, sejam elas transmissões ao vivo, memes, posts, cartazes, fotos e textos, vimos nascer uma disputa narrativa, que inscreveu corpos no espaço público e nas ruas, atuou como forma de sobrevivência e segurança em relação a violência policial, deixou rastros e constituiu-se como uma mídia-multidão em processo. “O confronto com o poder e as instituições produziram e vêm produzindo ‘pontos de existência’, enunciados

¹⁷ <https://midianinja.org/>

¹⁸ Tática que vem sendo utilizada por manifestantes, grupos políticos e ativistas desde os anos 1980 na Alemanha e 1990 em Seattle, nos Estados Unidos, para protestar com ataques a símbolos do capitalismo. “A estetização e a linguagem começam nas roupas pretas, coturnos, máscaras cobrindo o rosto, que criam um ‘bloco negro’ de proteção entre os manifestantes e a polícia” (BENTES, 2015, p. 53-54).

políticos, gritos de dor e euforia e politizam as sensações, deixando imagens-rastrros, criando rotas e signos que delimitam e dissolvem territórios” (BENTES, 2015, p. 19).

Apesar dos desdobramentos dos protestos em 2013, que culminaram na apropriação das manifestações e da conquista de mais espaço nas ruas pela extrema direita, as Jornadas de Junho deixaram seu legado para as mobilizações futuras, como é o caso das ocupações das escolas por estudantes secundaristas em São Paulo (2015), a Primavera Feminista (2015) e o movimento Ele Não (2018).

Na sequência, não podemos deixar de falar da Marcha das Vadias, realizada primeiramente em 2011, e considerada um marco das mobilizações que articulam os feminismos e as novas tecnologias no Brasil. Devido ao alcance e popularização dos ideias feministas, o movimento ganhou visibilidade nos meios de comunicação a partir do uso recorrente dos sites de redes sociais. A ação surgiu em Toronto, no Canadá, com o nome de *SlutWalk*, a partir de uma onda de protestos contra discursos institucionais que propagam a culpabilização das vítimas de abuso sexual.

Numa universidade, um policial palestrava sobre segurança no campus e afirmou que as estudantes do sexo feminino deveriam evitar se vestir como “vagabundas” ou “sluts”, para não serem vítimas de assédio sexual. As estudantes então resolveram protestar contra essa declaração. Pois o que está implícito é a cultura que responsabiliza a vítima feminina pela agressão e o conceito de mulher estuprável (CARDOSO, 2011, *on-line*).

De acordo com Tainá Mendes Jara (2019, p. 81), nesta ocasião, as mulheres “foram às ruas, com roupas íntimas, para dizer que nada, muito menos as roupas usadas, justificam a violência. Nesses casos, o corpo é utilizado como artifício de provocação”. E foi exatamente pelo nome e pelas vestes das manifestantes que o protesto ganhou destaque nos meios de comunicação, espalhando-se rapidamente para mais de 200 cidades em todo o mundo (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 2)

Segundo Morgani Guzzo e Cristina Scheibe Wolff (2020), as marchas brasileiras foram realizadas entre 2011 e 2017 em várias cidades - como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), *etc.* - “com características muito distintas entre si, considerando o contexto de desigualdade social fundado em uma estrutura de opressão interseccional que mescla classe, raça, gênero, sexualidades, entre outros” (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 2). De acordo com a pesquisa realizada pelas autoras com o grupo de mobilizadoras das Marchas das Vadias, o processo de vivenciar opressões, compreender suas dores, nomeá-las e indignar-se foi o que as levou a aderirem à luta. “O reconhecimento da dor, da discriminação e das violências contra as mulheres como algo estrutural e não individual tem sido fundamental para a política

feminista, não só para a formação de sujeitos feministas, mas também de coletivos” (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 4).

No Brasil, a denúncia da cultura do estupro é articulada com a reivindicação pela autonomia dos corpos femininos e o enfrentamento das diversas formas de violência de gênero as quais mulheres, cis ou trans, passam cotidianamente em diferentes espaços e camadas sociais.

A frase mais conhecida da manifestação, “meu corpo, minhas regras”, demonstra este segundo aspecto e atualiza um dos slogans mais famosos do feminismo desde 1970. A reivindicação da autonomia se evidencia pelas performances “provocativas”: com roupas curtas, seios à mostra ou fantasiadas das mais diferentes formas, as/os manifestantes ampliam o repertório da expressividade de gênero durante o protesto. As frases escritas sobre a pele também fazem do corpo a própria bandeira, provocando olhares curiosos de quem passa (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 5).

Ivana Bentes (2015) também chama atenção para as estratégias comunicativas dessas manifestações, seja pelos cartazes escritos à mão, de forma colaborativa e nas ruas momentos antes dos protestos, pelas postagens de fotos de forma simultânea em diferentes localidades nos sites de redes sociais, pela multidão conectada e chamando outras pessoas para as mobilizações pelo *X/Twitter*. “Os manifestos de 2011/2012 foram, em parte, um ensaio geral para 2013, inclusive em relação ao uso das redes sociais e transmissões ao vivo pela internet com a utilização de celulares e 3G nas mãos dos manifestantes” (BENTES, 2015, p. 45).

Ainda se tratando dos feminismos em rede, desde o reconhecimento do potencial das TICs e da importância do acesso das mulheres à comunicação como direito humano básico, os coletivos feministas vêm se multiplicando no país e “produzindo conteúdos que veiculam as pautas das mulheres, convocam sua participação política e mantêm uma rede de comunicação ativa, solidária e heterogênea de grupos e comunidades” (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 480). Segundo Raysa Sarmiento (2021, p. 19), “a ‘novidade’ reside menos nas pautas – afinal, várias delas já irromperam e demandam solução há décadas – e mais na forma de circulação desses debates, nas estratégias de militância e no fato de suas atrizes se autodenominarem feministas cada vez mais cedo”. A autora destaca que essas transformações foram diretamente impactadas pela ampla incorporação de demandas sociais elencadas pelo ativismo de mulheres negras, como é o caso do ingresso de jovens de territórios periféricos e suburbanos nas universidades e a ocupação de lugares estratégicos nos âmbitos governamentais e acadêmicos.

Os espaços, objetivos e fenômenos em que podemos perceber a agência feminista on-line são distintos, mas têm uma principal característica em comum: trazem a público uma série de demandas, fatos, narrativas, histórias antes tidas como de foro

privado. A capacidade de coletivizar demandas que pareciam individuais e relacionar tais reivindicações com as dinâmicas desiguais que atravessam a vida das mulheres de forma amplificada e em rede é característica do feminismo em sua face digital (Hollanda, 2018). Há um grande “relato de si” que se espalha e encontra ressonância. “Não é só comigo!”, compartilharam os grupos brasileiros de enfrentamento à violência nos anos 1980 (Gregori, 1993) e compartilham hoje os grupos on-line (SARMENTO, 2021, p. 24)

Ainda segundo a autora, as narrativas em rede de maior visibilidade demandam temáticas específicas, como é o caso do aborto e da maternidade, e estão relacionadas a grupos e regiões do país singulares. A partir destas pautas e identidades diversas, Raysa Sarmiento reporta a construção de grupos de solidariedade e engajamento feminista no *Facebook*, *WhatsApp* e no *Telegram*, que podem ser específicos para uma ação ou duradouros. “É interessante observar como tais grupos se estruturam como redes de apoio (ajuda acadêmica, doações, apoio emocional, indicação de trabalho etc.) e também de embates, expondo a partir desse contato digital as intensas diferenças que marcam as vidas e trajetórias das mulheres” (SARMENTO, 2021, p. 28).

Ainda no contexto de efervescência proporcionado por esses ativismos, o ano de 2015 ficou marcado pelos diversos protestos ocorridos que levaram milhares de mulheres às ruas das principais capitais brasileiras e à internet diante das ameaças de retrocesso, como foi o caso do Projeto de Lei 5069/2013¹⁹ apresentado pelo ex-deputado federal Eduardo Cunha, que restringia o acesso à pílula do dia seguinte para vítimas de violência sexual e vetava o aborto em casos específicos. As manifestações nomeadas como “Primavera Feminista” ou “Primavera das Mulheres” fazem uma clara analogia à “Primavera Árabe”, também caracterizados pelo uso massivo das redes sociais (JARA, 2019).

Antes de mais nada, é importante ressaltar que as mulheres são a maioria nos movimentos feministas e em diferentes mobilizações populares de luta por melhores condições de vida, nas ruas, nas redes sociais e em fóruns de discussão transversais.

Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres se destacam por ser as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e masculina). As mulheres sustentam também, majoritariamente, as redes solidárias de protestos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas (educadores de escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas). Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas (GOHN, 2014, p. 133-134).

¹⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 2 jul. 2023.

De acordo com Idilva Germano *et. al.* (2019), desde a Primavera Feminista, as mulheres “vêm sendo convocadas a se posicionar nas redes sociais contra várias formas de violação aos seus direitos, derivadas da dominação patriarcal e da masculinidade hegemônica, que fazem (tristemente) parte do seu dia a dia”, desafiando a cultura da naturalização da violência de gênero (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 501). Destaca-se a Marcha das Mulheres Negras e a quinta marcha das trabalhadoras do campo, chamada Marcha das Margaridas, realizadas em Brasília (DF), além das campanhas autobiográficas de denúncia contra o assédio sexual denominadas *#MeuPrimeiroAssédio*, *#distratinglysexy* e *#MeuAmigoSecreto*, a *hashtag* *#AgoraÉQueSãoElas* que incentivava os homens a cederem seus espaços de fala para as mulheres e os atos *#MulheresContraCunha* que tomaram as ruas e as *timelines*.

As mobilizações com uso de *hashtags*, criadas exclusivamente para a internet e que não ocuparam espaços físicos, serão trabalhadas ao final do próximo capítulo. Agora, cabe-nos focar em grandes marchas, marcadas pela resistência ao cenário conservador que ameaça o país e que são consequência das transformações dos movimentos e da geração política pós-junho de 2013.

Em agosto de 2015, cerca de 70 mil mulheres reuniram-se na quinta marcha das trabalhadoras do campo, nomeada como Marcha das Margaridas em homenagem a Margarida Alves, “figura fundamental nas lutas das mulheres rurais, assassinada em 1983 ao reivindicar direitos das trabalhadoras do campo na Paraíba” (BOGADO, 2018, p. 31). O movimento nasceu a partir das articulações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), sendo realizado anteriormente em 2000, 2003, 2007 e 2011.

Conforme as informações do portal do Observatório da Marcha das Margaridas²⁰, cada edição da mobilização entrega um documento político para o Governo Federal com as pautas de reivindicações. Em 2015, foram sete eixos: As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Margaridas em defesa da Sociobiodiversidade e dos Bens Comuns; Margaridas em defesa da Autonomia Econômica, do Trabalho e da Renda para as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas; Margaridas em defesa da Educação Não-Sexista, da Educação Sexual e da Sexualidade vivida com Liberdade; As Margaridas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Margaridas em defesa do Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos; e Margaridas em defesa da Democracia, do Poder e da Participação das Mulheres.

²⁰ Disponível em: <https://transformatoriomargaridas.org.br>. Acesso em: 31 agosto 2021.

Já a Marcha das Mulheres Negras levou 50 mil ativistas de diversas regiões do país para as ruas da capital federal em novembro de 2015, poucos dias após o ato unificado *#ForaCunha* (BOGADO, 2018, p. 30). A convocatória²¹, publicada pelo Géledes - Instituto da Mulher Negra - uma organização civil em defesa dos direitos das mulheres e da população negra -, apresenta as seguintes reivindicações: o direito à vida e a liberdade; promoção da igualdade social; direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; direito à terra, território e moradia/ direito à cidade; justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social); direito à educação; direito à justiça; direito à cultura, informação e à comunicação; e segurança pública.

Segundo Maria Bogado (2018), a manifestação reuniu jovens, quilombolas, cotistas, feministas, militantes partidárias, lésbicas, bissexuais, mulheres trans, trabalhadoras domésticas, periféricas, refugiadas, idosas e diversos outros grupos de mulheres com diferentes marcadores interseccionais, favorecendo o diálogo entre mulheres negras e a formação de coletivos que defendem a luta feminista antirracista.

A autora destaca dois pontos em comum da organização dos ativismos contemporâneos que são marcas dos feminismos atuais: a busca pela horizontalidade e o uso do corpo como plataforma de expressão. “O que se vê é uma proliferação de microlideranças pontuais, que agem como pequenos vetores de força ou agência mobilizadora, além de uma série de ações marcadas pelo anonimato ou assinadas por nomes que recusam o individual em prol do movimento coletivo” (BOGADO, 2018, p. 32).

No próximo capítulo iremos aprofundar a respeito do potencial da comunicação para a mudança social e transformação do feminismo em rede, onde as manifestantes têm “contato com os dramas vividos por outras mulheres que estão dentro e fora do seu círculo social cotidiano, e muitas vezes puderam se identificar (ou identificar mulheres próximas de si) dentro dessas experiências compartilhadas” (MALCHER; SOARES, 2017, p. 360).

²¹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015>. Acesso em: 31 agosto 2021.

2. FEMINISMOS EM REDE

Nosso fio condutor deste capítulo é discutir a nova geração ativista dos feminismos em rede, buscando destacar a emergência das TICs para os movimentos sociais e traçar a trajetória de mobilizações virtuais voltadas para o compartilhamento de experiências de mulheres na internet, como é o caso da *#ExposedCG*, objeto de estudo desta dissertação. Antes mesmo de investigar as estratégias político-comunicativas para incentivo à participação, é necessário discorrer sobre conceitos que conquistaram espaço nas reivindicações feministas atuais e que se constituem como temas de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, resultado do avanço de trabalhos acadêmicos e de práticas políticas acerca da questão de gênero.

O tema da participação política mediada pelas tecnologias é um exemplo desses objetos de pesquisa que ganharam força nas últimas décadas. Mesmo integrando um processo de reconhecimento da área em que ocupa, entendemos aqui a teoria política feminista como “uma estratégia discursiva e de produção de conhecimento, que informa e é informada pela práxis do ativismo político e das múltiplas e diferentes experiências e relações entre as/os atrizes/atores dentro desse campo” (CYPRIANO, 2015 *apud* CYPRIANO, 2019, p. 61). Na verdade, é importante salientar que a perspectiva feminista na pesquisa é, em todas as formas, um ato político. “Trata-se de um engajamento acadêmico, científico, político e também epistemológico que desconfia de universalizações e generalizações sobre a humanidade”, pois ideais como a objetividade e neutralidade científica ocultam “determinados viés, esquecimentos e silenciamentos no processo de pesquisa e elaboração teórica” (ELIAS, 2019, p. 76).

Mais do que isso, conforme explica Sandra Harding (2019), o esforço inicial da teoria feminista é justamente entender e reinterpretar diferentes discursos teóricos criados para explicar a experiência não de homens no geral, mas de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. E, uma vez entendida a preocupação com o caráter universalizante dessas categorias, é necessário questionar também a mulher universal como sujeito ou objeto dessas pesquisas. “Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, com base na experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher” (HARDING, 2019, p. 90). Segundo a autora, é necessário salientar que o padrão histórico favoreceu que mulheres de camadas sociais mais privilegiadas dispusessem de tempo e de recursos para a formulação de teorias - o que, portanto, nos leva a fugir de

periodizações em ondas sistematicamente vistas em diversos trabalhos acerca dos feminismos.

Na busca de teorias que formulem a única e verdadeira versão feminista da história da experiência humana, o feminismo se arrisca a reproduzir, na teoria e na prática política, a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos, e que apenas são racionais as soluções desses problemas (HARDING, 2019, p. 90).

Conforme bell hooks (2019, p. XI), a teoria feminista carece de uma análise da totalidade, que abranja as diversas experiências humanas, isto porque “muitas teorias feministas foram criadas por mulheres privilegiadas que vivem no centro, cuja visão da realidade raramente inclui o conhecimento e a consciência das vidas de mulheres e homens que vivem na margem”. Além disso, embora atualmente entenda-se a necessidade, a formação dessas teorias será complexa e lenta.

Ainda nessa discussão, como coloca Patricia Hill Collins (2019, p. 276), as mulheres negras são praticamente forçadas a criar suas próprias estruturas e a resistir. Diferente das imagens controladoras e dos sistemas dados pelas autoridades para as mulheres brancas de classe média, as mulheres negras foram levadas a construir um conhecimento sobre si próprias, essencial para a sua sobrevivência. Foi nesse sentido que as mulheres racializadas também desenvolveram diversos pontos de vista politizados acerca das suas próprias condições, mesmo com mais empecilhos e obstáculos, e expressaram suas ideias em vários textos fundamentais do feminismo negro ou decolonial e resistiram por meio de iniciativas comunitárias locais, organizadas ou anônimas. “É importante ressaltar que a produção intelectual e o ativismo de mulheres negras, chicanas, asiático-americanas e indígenas não derivaram da chamada segunda onda do feminismo branco, mas eram originais em si” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 91)

Conforme as autoras, a incorporação institucional da interseccionalidade nos meios acadêmicos se deve, em grande parte, pela luta dos próprios movimentos sociais para a inclusão de pessoas negras - compreendidas pelas suas diversidades de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas - em faculdades e universidades. “No entanto, o movimento feminista não criou uma revolução feminista constante. Não acabou com o patriarcado nem erradicou o sexismo, nem a exploração nem a opressão sexista. E, como consequência, as conquistas feministas estão sempre em risco”²² (hooks, 2019, p. X).

²² É importante ponderar também a existência de um contexto neoliberal que sofisticou mecanismos de apreensão da pauta feminista e que esvazia lutas, conforme indica o estudo de Fhoutine Marie e Daniel Pereira Andrade (2019).

Ainda assim, a inserção da interseccionalidade, como ferramenta analítica e política, gerou mudanças positivas na nossa sociedade, no “sistema político de patriarcado capitalista, imperialista e de supremacia branca” (hooks, 2019, p. X), ganhando repercussão e alcance global, inclusive nas mídias digitais. Dessa forma, os movimentos sociais amplamente fundamentados na rede não só compõem um marco para as transformações na sociedade e na política, como também sustentam-se como objetos empíricos, visto que “pautam novos temas e formas de fazer política, e aderem amplamente à midiaticização” (MIGUEL, 2014, p. 49). Como ações coletivas sociopolíticas e culturais, diversos grupos de mulheres desde então podem expressar demandas, seja pela denúncia, pressões indiretas ou diretas, que até pouco tempo atrás pareciam revolucionárias. “Por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora são populares e fazem parte do imaginário social; por outro lado, eles ainda têm que ser colocados em prática” (FRASER, 2019, p. 25). Alguns dos exemplos citados pela autora são as críticas a respeito do assédio sexual, tráfico de mulheres e da desigualdade salarial.

Nesse sentido, buscamos seguir por um feminismo latino-americano (GONZALEZ, 2011), que fuja da visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade, e que apresente o caráter multirracial e pluricultural da região. Sendo assim, não podemos deixar de revisitar os conceitos da interseccionalidade e da decolonialidade²³, tão caros para essa pesquisa, e a sua relação com os feminismos em rede, especialmente se tratando das campanhas feministas virais que circulam em sites de redes sociais, como o *X/Twitter*.

2.1 Ativismos feministas e os estudos interseccionais

Os feminismos na internet, por seu caráter mais democrático e plural, oportuniza a difusão de diferentes ideias, atentando-se às intersecções de raça, classe, sexualidade e gênero, e atravessando as práticas diárias, a partir dos entendimentos críticos das mulheres de cor e do nosso Sul Global (LUGONES, 2019). Porém esse movimento que nos permite enxergar o cruzamento entre as avenidas identitárias e as suas interações com estruturas como

²³ Nesta dissertação, optaremos por utilizar o termo “decolonialidade”, conforme a denominação utilizada pelas teóricas aqui apresentadas. É importante mencionar que a supressão da letra ‘s’ refere-se a uma proposta de rompimento com a colonialidade, “um padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial”, diferenciando-se do processo histórico de descolonização (HOLLANDA, 2020, p. 16).

o racismo, o cisheteropatriarcado²⁴ e o capitalismo, começa muito antes das mobilizações em rede (AKOTIRENE, 2019).

É importante, então, recapitular a noção de interseccionalidade. Considerando os efeitos positivos da união entre práxis e investigação crítica, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15-16) definem os marcos interseccionais como uma ferramenta analítica, visto que “ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, [a interseccionalidade] adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 46). Ou seja, essa abordagem investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais e as experiências individuais do nosso dia a dia, sendo tanto uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo quanto de empoderar comunidades e indivíduos. As autoras consideram que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, colocando muitos grupos em desvantagem em relação às políticas neoliberais.

Portanto, antes de mais nada, é importante ressaltar que o termo foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, compreendendo o conceito como forma de investigação acadêmica e também de práxis crítica aprimorada para os próprios movimentos sociais e a criação de políticas públicas.

Onde os sistemas de raça, gênero e dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não-brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça de fundo serão de ajuda limitada para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes (CRENSHAW, 1993, *on-line*).

A pesquisa de Kimberlé Crenshaw aborda o contexto da violência contra as mulheres não-brancas, já que o discurso liberal dominante apresenta vestígios de preconceito e de dominação em estruturas como a raça, o gênero e outras categorias de identidade, “nas quais o poder social trabalha para excluir ou marginalizar aqueles que são diferentes” (CRENSHAW, 1993, *on-line*). A autora explica que essa diferença é problemática, considerando que as outras dimensões identitárias vão moldar a forma como essas mulheres experimentam o mundo, mas principalmente porque contribui para criar tensões dentro dos próprios grupos.

²⁴ Matriz de opressão baseada em um sistema sociopolítico no qual homens cisgêneros e heterossexuais têm privilégios em detrimento das demais identidades de gênero e orientações sexuais.

Especificamente no contexto da violência, essas mulheres racializadas, situadas economicamente, socialmente e politicamente de formas distintas, “são sobrecarregadas pela pobreza, responsabilidades de assistência à infância e a falta de habilidades de trabalho. Esses fardos, em grande parte, são consequência do gênero e da opressão de classe” (CRENSHAW, 1993, *on-line*). A situação é agravada pelo desemprego e as condições de moradia, que as tornam “vítimas de violência doméstica menos capazes de depender do apoio de amigos e parentes para abrigo temporário”, além de possuírem “menos probabilidade de ter suas necessidades atendidas do que as mulheres que são racialmente privilegiadas” (CRENSHAW, 1993, *on-line*).

Em resumo, para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, evidenciando como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. Isso porque as mulheres racializadas e de outros grupos marcados por múltiplas opressões “estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas as vias” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Ou seja, nesse contexto, as desvantagens interagem com as vulnerabilidades preexistentes e causam danos interseccionais.

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias ‘diferenças’ que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivas de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Tratando então das questões relativas a essas mulheres marginalizadas, a autora reconhece uma certa invisibilidade em relação a seus problemas ou condições de vida, gerando duas situações distintas. Enquanto “a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possam ter exercido” (CRENSHAW, 2002, p. 174), essas mulheres também podem ser atingidas por uma discriminação paralela. Na subinclusão, por um problema não

fazer parte da experiência de homens negros ou de mulheres de grupos dominantes, a dimensão de gênero “o torna invisível enquanto uma questão de raça ou etnia” (CRENSHAW, 2002, p. 175) ou vice-versa.

Desta mesma forma, as autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) explicam que, nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses fizeram uso da ferramenta analítica porque perceberam que seria necessário buscar estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. Dentro do movimento antirracista, feminista ou nos sindicatos, as necessidades de mulheres não-brancas em relação à educação, emprego ou acesso à saúde foram diversas vezes invisibilizadas.

Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam (COLLINS; BILGE, 2021, p. 17).

Já na década de 1990, colocando a diferença e a multiplicidade no centro das ações de ativistas e especialistas, o termo interseccionalidade passou a ser usado dentro e fora da academia. “De início, a investigação interseccional era inerentemente crítica porque desafiava corpos de conhecimento, teorias, epistemologias, metodologias e pedagogias existentes, em especial os que estavam relacionados à desigualdade social” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 51). Enquanto os marcos interseccionais produziram efeitos importantes no campo da pesquisa, gerando novas interpretações sobre o trabalho, a família, a reprodução e a construção social e fomentando novas áreas de investigação, eles também dialogaram a teoria com a prática.

Como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais [...] em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais. A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o status quo e visam a transformar as relações de poder (COLLINS; BILGE, 2021, p. 53)

Aliás, enquanto práxis crítica, a proposta é usar o “conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes na vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 66). Segundo as autoras (2021, p. 90), “as ideias centrais da interseccionalidade, como a desigualdade social, o poder, a relacionalidade, o contexto social, a complexidade e a justiça social, foram elaboradas no contexto de movimentos sociais”, tal como a luta de mulheres

negras e indígenas para superação não só da hegemonia masculina, como do racismo e do colonialismo.

Na condição de Outro, como coloca Carla Akotirene (2019, p. 30), as mulheres negras escolheram lutar pelo sufrágio e pela abolição e “propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma convivência subjetiva com a dominação masculina”. Elas depositaram “confiança na oferenda analítica da interseccionalidade, preparada por suas intelectuais além de, sucessivamente, oferecerem no espaço público o alimento político para os Outros” (AKOTIRENE, 2019, p. 23), amparando intelectualmente os acidentados durante a colisão. Assim sendo, a interseccionalidade é, sobretudo, uma ferramenta ancestral e não uma narrativa teórica de excluídos.

Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em termos como ‘problema negro’, ‘problema da mulher’ e ‘questão das travestis’. Aprendemos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão (AKOTIRENE, 2019, p. 50).

Para comprovar esse pioneirismo, relembramos de Sojourner Truth, mulher escravizada que tornou-se precursora do feminismo negro ao articular raça, classe e gênero em discurso improvisado “Eu não sou uma mulher?”, proferido durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, no ano de 1851.

No pensamento de vanguarda de Sojourner Truth, raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos - marido e patroa - querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica (AKOTIRENE, 2019, p. 26-27).

E não foi somente Truth. As mulheres de cor afetadas pela convergência entre os diversos sistemas de poder “criaram movimentos autônomos que expuseram as ideias centrais da interseccionalidade, embora usando vocabulários diferentes” (AKOTIRENE, 2019, p. 90). O mesmo ocorreu com as vivências específicas da mulher negra no Brasil. O reconhecimento dessas diferentes dimensões que afetam determinados grupos multiplamente oprimidos forma redes ou coalizões e molda a agenda política de organizações. “Como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 44) e as suas ações mostram “como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento

politicado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 44).

Portanto, assim como os feminismos, essas autoras defendem que a história da interseccionalidade “não pode ser precisamente organizada em períodos ou pontos geográficos”, sob o risco de cair em explicações simplificadas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 89). Quando nos deixamos levar por essa periodização, centrada nas contribuições de mulheres brancas de classe média como agentes históricas, muitas vezes não reconhecemos a história e o protagonismo de mulheres não-brancas em suas comunidades. Um bom exemplo disso, assim como uma contra-história, são as feministas indígenas, que contestam a divisão em ondas feministas e “argumentam que elas não apareceram subitamente na terceira onda para trazer diversidade ao feminismo convencional” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 101).

Mais do que isso, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 90) defendem também a necessidade de reconhecermos todas as outras ativistas e estudiosas que refletiram sobre as estruturas interseccionais antes mesmo da cunhagem do termo por Crenshaw. Um exemplo é “A Black Feminist Statement” [Declaração feminista negra], escrita pelo Combahee River Collective (CRC) em 1977. A comunidade foi criada em 1974, em Boston, como filial da Organização Nacional Feminista Negra, por um pequeno grupo de feministas socialistas lésbicas negras, e desenvolvia também uma análise interseccional dos movimentos sociais. “Como as histórias oficiais da interseccionalidade começam principalmente na década de 1990, ou seja, quinze anos após a declaração do CRC, elas excluem ideias importantes que foram apresentadas nesse texto fundamental da interseccionalidade” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 95). Segundo as autoras, esse foi “o primeiro documento a focar a identidade através de uma lente interseccional e apresentar a política identitária como uma ferramenta vital de resistência” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 95). Em complemento a essa proposta, Carla Akotirene sugere que “por identidade política, devemos mencionar a interseccionalidade como sugestão das feministas negras e não dizer feminismo interseccional, uma vez que este escamoteia o termo negro” (AKOTIRENE, 2019, p. 51-52).

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p. 43-44).

Ainda segundo Carla Akotirene (2019), foi somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, que o termo conquistou popularidade acadêmica. De acordo com Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 119), “o início do novo milênio estabeleceu um marco importante para o alcance da interseccionalidade no contexto social transnacional em que ela circula e é usada como ferramenta analítica e política”. Após os anos 2000, essas reflexões ganharam espaço nos meios digitais, ampliando a visibilidade para outras narrativas além das promovidas por mulheres brancas de classe média ou alta, como as causas de mulheres do nosso Sul. Isto é, reconhecendo as experiências e identidades de mulheres de diferentes marcadores sociais.

Em paralelo, as primeiras décadas do século XXI foram marcadas por um processo de transformação dos feminismos e a consolidação de uma lógica que valoriza as formas de resistência às diferentes estratégias de opressão coloniais. À medida que passamos metodologicamente para decolonialidade, começamos a pensar em um feminismo historicizado e que possibilita às mulheres entenderem suas próprias situações, “por meio da combinação de processos de racialização, colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade” (LUGONES, 2019, p. 363).

Na segunda metade do século XIX, diante da constituição do racismo “como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” e do colonialismo, a violência etnocida abateu os diversos povos latino-americanos de forma naturalizada. Agora, ao discutir a categoria político-cultural da Amefricanidade, Lélia Gonzalez identifica que tanto a violência quanto o racismo assumiram novos contornos, bastante sofisticados, chegando, às vezes, a não parecer violência (GONZALEZ, 2019, 345). Com o mito da superioridade branca e a ideologia do branqueamento, reproduzidos e perpetuados em crenças ocidentais pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, nega-se a própria raça e cultura, com a intenção de “manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (GONZALEZ, 2019, 345-346).

Nesse sentido, o feminismo latino-americano proposto pela autora, necessariamente, precisa reconhecer o caráter multirracial e as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais da América Latina. “Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias - a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada [...] E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME [Movimentos Étnicos] é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas (GONZALEZ, 2011, p. 18).

Sendo assim, a teoria decolonial nos apresenta um contexto histórico, político e social para as heranças coloniais presentes cotidianamente, denunciando as sistemáticas formas de dominação e violação existentes na América Latina e contribuindo para a atuação dos diversos feminismos praticados em um espaço geográfico miscigenado e desigual.

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem, e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade – sempre a serviço do homem branco, europeu, burguês. A imposição dessas hierarquias dicotômicas foi costurada à historicidade das relações, inclusive a das relações íntimas (LUGONES, 2019, p. 358)

Assim como a interseccionalidade, decolonizar os gêneros também é uma práxis. De acordo com a autora, trata-se de “colocar o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano, subjetivo/intersubjetivo da relação oprimir → ← resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão” (LUGONES, 2019, p. 363). Mais do que ter uma análise sobre a opressão de mulheres, o feminismo decolonial permite que elas sejam entendidas como seres vivos e históricos e que compreendam suas situações como parte da interação entre sistemas econômicos, raciais e com atribuição de gênero.

[A diferença colonial] é o espaço onde histórias locais que inventam e implementam os desígnios globais encontram histórias locais, o espaço onde tais designs precisam ser adaptados, adotados, rejeitados ou ignorados. [A diferença colonial] é, finalmente, a localização física e imaginária onde a colonialidade do poder está em funcionamento no confronto entre dois tipos de histórias locais alocadas em espaços e tempos diferentes ao redor do mundo. Se a cosmologia ocidental é o ponto de referência historicamente inevitável, os múltiplos confrontos entre dois tipos de histórias locais desafiam as dicotomias (LUGONES, 2019, p. 369)

Dessa forma, o diálogo é necessário para “aqueles que resistem à desumanização em locais diferentes e interligados”. De acordo com María Lugones (2019, p. 371), “a tarefa da feminista decolonial começa por ver a diferença colonial, resistindo enfaticamente a seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela enxerga o mundo com novos olhos e então deve abandonar seu encantamento com a ‘mulher’, com universal”.

Nesse mesmo sentido, para Glória Anzaldúa (2019), a identidade *mestiza* deve mover-se “constantemente para fora das formações cristalizadas – do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental)” (ANZALDÚA, 2019, p. 325). A teórica mestiça, lésbica e chicana estimula uma ruptura consciente com os saberes ocidentais, “com todas as tradições opressivas de todas as culturas e religiões” (ANZALDÚA, 2019, p. 328). Assim como a proposta de María Lugones, a autora instiga a reinterpretação da história, usando novos símbolos e adotando novas perspectivas sobre as mulheres não-brancas.

Já no Brasil, Sueli Carneiro ressalta a violência colonial como “‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”, permanecendo viva a negação da mulher negra como parte da formação nacional e a erotização feminina no imaginário social (CARNEIRO, 2019, p. 313). A experiência histórica das mulheres negras é diferenciada do discurso relacionado à opressão da mulher, a exemplo do mito da fragilidade feminina. Segundo a autora, as mulheres negras fazem “parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis” (CARNEIRO, 2019, p. 314). Ela ainda propõe um novo olhar feminista e antirracista, enegrecendo as pautas do atual movimento de mulheres e promovendo a feminilização das reivindicações do movimento negro.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2019, p. 316)

Para avançar nessa luta, Patrícia Hill Collins (2019, p. 276) discorre sobre a necessidade de criação e manutenção de espaços mais ou menos seguros, mesmo que restritos, como “condição necessária para a resistência de mulheres negras” dos Estados Unidos. A

partir da autodefinição, conhecimento essencial para a sobrevivência dessas mulheres, elas podem se opor e substituir imagens controladoras, “reproduzidas por escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação” (COLLINS, 2019, p. 277). Mais do que isso, essas organizações da comunidade afro-americana e redes familiares as ajudam “a resistir à ideologia dominante disseminada não apenas fora da sociedade civil negra, mas dentro das instituições afro-americanas” (COLLINS, 2019, p. 277).

Com a popularização da TICs, o espaço digital cria novas questões para os feminismos contemporâneos, bem como para a interseccionalidade, e desempenha um papel proeminente na mediação de questões de interesse público. “Plataformas como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube* criam públicos feministas *on-line* e desempenham um papel importante na introdução do feminismo entre as novas gerações de meninas e adolescentes, mudando, assim, o perfil e a idade média das feministas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 148).

Ainda segundo Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 147), o aumento da participação de jovens no ativismo feminista digital e a notável presença digital da interseccionalidade - tanto como ferramenta analítica como tópico de discussão - nas mídias sociais demonstra “como usuárias e usuários digitais, com uma variedade de experiências e em várias configurações, entendem diferentemente, interpretam e usam a interseccionalidade para uma variedade de fins políticos”.

Durante a expansão do público feminista *on-line*, até o início dos anos 2000, o feminismo digital era amplamente percebido como um conjunto de práticas iniciadas na mídia digital por “leitores e leitoras de formação superior, brancos, de classe média alta, falantes de língua inglesa e culturalmente sofisticados”, com referências à interseção de gênero e raça “extremamente raras tanto nas práticas ciberfeministas quanto nas críticas a elas”. Os debates feministas digitais partiam do pressuposto de que, em grande parte, “‘gênero’ é uma categoria unificada e, por conseguinte, as tecnologias digitais significam o mesmo para todas as mulheres em todas as diferenças de raça, classe e sexualidade”. Esse pressuposto facilitou a manutenção da dinâmica de poder racializada. Mais recentemente, essa perspectiva passou por um exame cuidadoso, em especial pela presença *on-line* constante de feministas de cor que se tornaram as principais defensoras e promotoras da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 148-149)

Essa nova rede - que também buscamos esmiuçar neste trabalho -, composta por ativistas, intelectuais, representantes eleitas e eleitos por voto, advogadas, lideranças comunitárias e artistas, e reunida nas plataformas digitais lança uma luz acerca da demografia das usuárias, seus propósitos e da elaboração dos debates digitais. Entre os esforços, questões sociais como a sexualização do corpo de meninas, assédio sexual, pornografia, justiça

reprodutiva, estupro e a politização da violência contra as mulheres são alguns dos temas amplamente retratados.

No caso da violência, ainda em 1993, Crenshaw já afirmava que as mulheres vinham se organizando contra as violências que moldavam suas vidas nos últimos 20 anos. Por meio do compartilhamento de experiências, elas reconheciam as demandas políticas e transformava a forma em que entendiam suas pautas. “Agressão e estupro, antigamente visto como de âmbito privado (questão de família) e aberracional (agressão sexual errante), agora são amplamente reconhecidos como parte de um sistema de dominação em ampla escala que afeta mulheres enquanto classe” (CRENSHAW, 1993, *on-line*).

Segundo Collins e Bilge (2019, p. 77), os “movimentos contra a violência sexual e doméstica têm sido fundamentais para romper o silêncio em torno da violência contra as mulheres”. Essa mudança na compreensão de mundo é resultado do ativismo político e resulta na criação de políticas públicas, visto que “em diferentes contextos, o uso ou a ameaça de violência é central nas relações de poder que produzem desigualdades sociais” (COLLINS; BILGE, 2019, p. 79)

Nesse sentido, após discorrer sobre interseccionalidade e decolonialidade, constatamos, a partir da socialização de vivências, que algumas das reivindicações do movimento feminista são problemas sociais enfrentados por diversos grupos de mulheres, ainda que afetados de formas distintas. Por isso, no tópico a seguir, debateremos sobre a violência de gênero e o importante papel do slogan “o pessoal é político” para construção das pautas do movimento feminista.

2.2 O pessoal é político: pautas do movimento feminista em rede

A violência contra as mulheres - seja psicológica, patrimonial, física, moral, simbólica ou sexual - constitui-se como uma das principais temáticas levantadas pelos feminismos contemporâneos, especialmente com a proliferação de conteúdos e mobilizações na e a partir da internet, e este trabalho, inclusive, investiga a difusão e nomeação dessas violências como pauta reivindicatória. Segundo a pesquisadora Lourdes Maria Bandeira (2019, p. 295-296), ao trazer a violência de gênero para a agenda do movimento feminista brasileiro, foi possível ampliar o diálogo entre a militância, academia e a sociedade civil, considerando o patriarcado e a dominação simbólica masculina como um dos pilares para a persistência das discriminações contra as mulheres. “A atuação da militância feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias para o

reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas” (BANDEIRA, 2019, p. 296).

É importante ressaltar que, independente da forma assumida, essas agressões não ocorrem isoladamente ou aleatoriamente. Isso porque elas “derivam de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2011, p. 85) e ocorrem motivadas “pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas” (BANDEIRA, 2019, p. 293-294), fazendo com que sejam “muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos” (SAFFIOTI, 2011, p. 79-80).

O patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2011, p. 57).

Ainda que devamos considerar as diferenciações baseadas em raça e classe na separação entre público e privado, Adriana Piscitelli explica que a atribuição de características consideradas inatas para homens e mulheres é utilizada para delimitar seus espaços de atuação. “A capacidade de conceber filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação” (PISCITELLI, 2009, p. 118). Entende-se, então, que a constituição de mulheres e homens enquanto sujeitos compreende o compartilhamento de crenças sobre os papéis de gênero e perpassa por relações de poder historicamente desiguais em diversos níveis. Dessa forma, ainda que a gênese da desigualdade não possa ser reduzida ao patriarcado, muitas correntes feministas atribuem a violência contra as mulheres às formas de dominação e expropriação dos corpos e da autonomia feminina.

Estereótipos sexistas que fundamentam desigualdades de gênero têm sido encontrados em diversas configurações familiares. Sobretudo em famílias marcadas por relações de violência, a hierarquia e a obediência do grupo familiar à figura masculina, característicos das organizações patriarcais, são naturalizados e legitimam diversas formas de abusos masculinos, inclusive os sexuais (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 52).

Sendo assim, consideramos pertinente afirmar que “esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador”

(BANDEIRA, 2019, p. 293-294). Ademais, Heleieth Safiotti, ao utilizar o conceito de violência formulado por Marilena Chauí, completa explicando que a violência de gênero se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. “A violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida” (SAFIOTTI, 2004, p. 154).

Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos (BANDEIRA, 2021, p. 295).

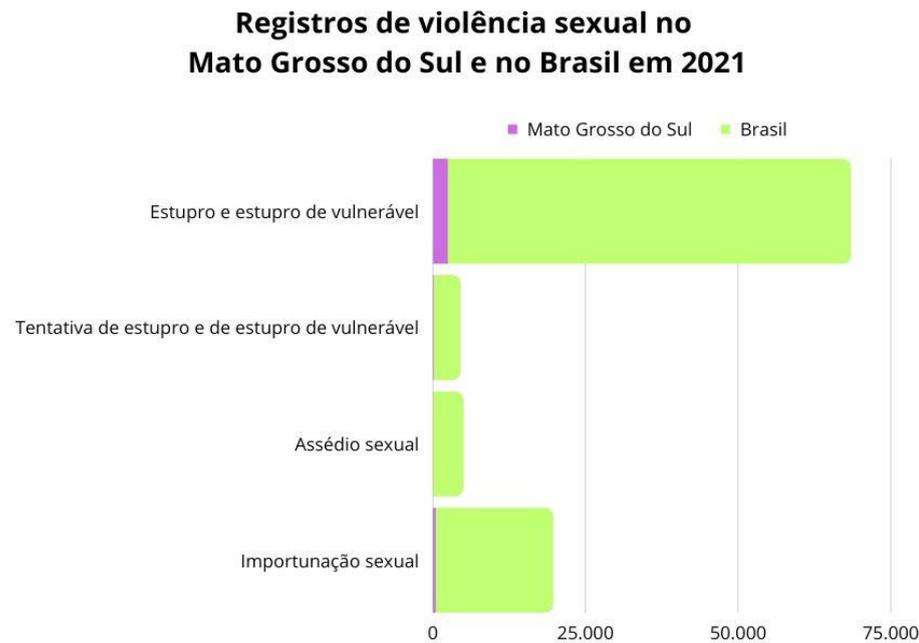
Nesse sentido, as violências são produzidas em um cenário social e histórico em que “as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2011, p. 112). Outras autoras já alertam que uma parte essencial de ser mulher “é vivenciar a possibilidade sempre presente que alguém vai contemplá-la como um mero corpo, como forma e carne que se apresenta como o objeto potencial das intenções e manipulações de outro sujeito” (YOUNG, 1990 [1980], p. 155 *apud* CYPRIANO, 2019, p. 57). Portanto, “se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia” (BANDEIRA, 2019, p. 302), sobretudo em relação a violência sexual, aqui compreendida como:

Todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho (OPAS/OMS, 2018, *on-line*).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, em 53.726 dos 66.041 estupros que ocorreram no Brasil as vítimas eram mulheres. No Mato Grosso do Sul, neste mesmo ano, foram registrados 1.934 casos e destes, em cerca de 1.640 casos as vítimas eram do gênero feminino. Em 2021, registrou-se um aumento de 4,2% na violência sexual contra meninas e mulheres no país em relação a 2020, conforme o Anuário de 2022, sendo que 75,5% das vítimas eram vulneráveis e incapazes de consentir com o ato sexual. Ao todo, foram contabilizados 66.020 estupros e estupros de vulnerável no país, sendo 2.455 casos no Mato Grosso do Sul; 4.365 registros de tentativa de estupro e de estupro de vulnerável em todo território nacional e 153 denúncias no estado; 4.922 casos de assédio sexual no Brasil e

49 registros no estado; além de 19.209 casos de importunação sexual no país, diante de 462 registros no estado.

Figura 5: Registros de violência sexual no Mato Grosso do Sul e no Brasil em 2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda conforme o texto de apoio “Uma década e mais de meio milhão de vítimas da violência sexual”, disponibilizado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, entre 2012 e 2021, 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil e oito em cada 10 casos registrados no último ano foram de autoria de um conhecido. Deste total, 88,2% das denunciadas são mulheres e as vítimas do sexo masculino são, majoritariamente, crianças. Além disso, 52,2% das vítimas eram negras, 46,9% brancas, e amarelos e indígenas somaram pouco menos de 1%. Quanto à faixa etária, o grupo com o maior percentual de denúncias é o de 10 a 13 anos, seguido de crianças de 5 a 9 anos.

Para o estado, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, divulgada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2019, são ainda mais alarmantes. Campo Grande (MS) ocupa a 5ª posição entre as capitais do Brasil com maior taxa de violência sexual contra adolescentes juntamente com Porto Velho (RO) e é a

segunda com maior incidência de estupro, ficando atrás apenas de Macapá (AP). De acordo com a pesquisa, 16% dos adolescentes que cursam o 9º ano do Ensino Fundamental em Campo Grande já foram tocados, manipulados, beijados ou tiveram seus corpos expostos contra sua vontade, ficando atrás de Fortaleza (20,3%), Macapá (19,5%), Rio Branco (18,5%) e Natal (17,9%). Além disso, 9,2% das respostas dos estudantes campo-grandenses indicam que eles já foram ameaçados, intimidados ou obrigados a ter relações sexuais ou qualquer outro ato sexual contra a sua vontade.

Segundo a campanha “UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”²⁵, “há muitas razões pelas quais as mulheres não denunciam a violência sexual: falta de apoio; vergonha; medo de represálias; sentimento de culpa; receio de que não acreditem nela; temor de ser maltratada ou socialmente marginalizada” (OPAS/OMS, 2018, *on-line*). A culpabilização é algo que Safiotti (2004, p. 23) também evidencia quando diz que “as mulheres são treinadas para sentir culpa”. Portanto, a baixa notificação à polícia expõe o enorme problema da invisibilidade da violência sexual, ainda mais porque “no seio das camadas abastadas, forma-se uma cumplicidade dos membros da família, estabelecendo-se o sigilo em torno dos fatos. O nome da família não pode ter mácula” (SAFIOTTI, 2004, p. 27).

Os danos psicológicos podem ser tão mais graves do que os danos físicos. Em alguns casos, a ausência de marcas físicas da violência sofrida impede o reconhecimento da agressão, colocando em dúvida a palavra da vítima. Na sociedade em geral, incluídos os equipamentos públicos responsáveis pelo acolhimento e registro dos estupros, ainda existe uma moral conservadora que culpabiliza a vítima pela violência sofrida, reflexo de uma visão estereotipada e machista do que deveria ser o comportamento feminino. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas” (BUENO; LIMA, *et. al.*, 2019, p. 114).

É importante ressaltar que este tipo de violência não se restringe ao crime de estupro. O debate proposto pelos feminismos em rede também discute as práticas de assédio sexual nas ruas, transportes, festas, escolas, universidades e no ambiente profissional, além do abuso sexual infantil - fortemente relatado em *hashtags* como a *#ExposedCG* - e a violência de gênero *on-line*, que abrange a disseminação de imagens íntimas, sextorsão e o *stalking*, por exemplo.

Se por um lado a internet multiplica as possibilidades de atuação das mulheres na defesa de seus direitos, por outro também se transformou em um espaço de produção e disseminação de discursos de ódio misóginos, por meio de conteúdos de insulto e humilhação que provocam intimidação e constrangimento (SANEMATSU, 2019, *on-line*).

²⁵ Campanha realizada anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, em parceria com a ONU Brasil, com mais de três décadas de mobilização internacional. A iniciativa apoia ações como “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas” e “Pinte o mundo de laranja”.

Conforme o Dossiê Violência Sexual (2019), idealizado pelo Instituto Patrícia Galvão, ofender, falar ou fazer gestos inapropriados e ofensivos, tocar, apalpar ou passar a mão, encoxar, se esfregar, forçar um beijo, impedir a saída e segurar o braço, lambe ou enjacular na vítima sem consentimento são comportamentos considerados como assédio sexual, ainda que dissimulados como “gentilezas”. “São situações que não têm a ver com desejo sexual ou com paquera, mas sim com uma manifestação de poder, intimidação e desrespeito em relação à vontade e aos corpos femininos” (SANEMATSU, 2019, *on-line*).

Já o abuso sexual infantil é compreendido como qualquer ato sexual que envolva crianças ou adolescentes, com ou sem contato físico, tais como carícias, toques íntimos, masturbação, exibicionismo e voyeurismo (observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, com o objetivo de obter satisfação sexual) ou penetração vaginal, anal ou oral. “Na maioria das vezes, o abuso é cometido por familiares ou pessoas do círculo de confiança da criança/adolescente, em ambiente doméstico e de forma contínua e reiterada” (SANEMATSU, 2019, *on-line*). O “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”, publicado em 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que a grande maioria das vítimas de violência sexual, especialmente de abuso sexual infantil, são meninas. Dentre as vítimas de 0 a 9 anos, as meninas representam 46.213 (77%) do total das vítimas e os meninos, 13.435 (23%). Já entre as vítimas de 10 a 19 anos, o gênero feminino responde por 89.799 (91%) dos registros, e o masculino, por 8.933 (9%). Entre todos os anos analisados pelo estudo, de 2017 a 2020, o estado de Mato Grosso do Sul foi o que apresentou a pior taxa de estupro de vulnerável do país, correspondendo a 186 vítimas a cada 100 mil habitantes.

Ainda de acordo com o Dossiê Violência Sexual, menos de 10% destes crimes sexuais são denunciados. Isso se deve, em grande parte, porque “a definição formal de estupro, bem como as regras de provas aplicáveis em um julgamento de estupro discriminam as mulheres, medindo a vítima de estupro contra uma norma restrita de conduta sexual aceitável para as mulheres” (CRENSHAW, 1993, *on-line*), assim como o caso da influenciadora Mariana Ferrer²⁶.

Historicamente, as regras legais ditavam, por exemplo, que as vítimas de estupro deveriam ter resistido a seus agressores para que suas reivindicações fossem aceitas.

²⁶ Mariana Ferrer denunciou ter sido dopada e estuprada em 2018 e, durante o julgamento, a defesa do acusado fez menções à vida pessoal de Mariana, inclusive se valendo de fotografias íntimas. O caso inspirou a Lei 14.245/21, conhecida como Lei Mariana Ferrer, que protege vítimas de crimes sexuais de atos contra a sua integridade moral e psicológica durante o processo judicial. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/23/sancionada-lei-mariana-ferrer-que-protege-vitimas-de-crimes-sexuais-em-julgamentos>

Qualquer redução da luta foi interpretada como o consentimento da mulher para a relação sexual sob a lógica de que uma verdadeira vítima de estupro protege sua honra virtualmente até a morte. Embora a maior resistência já não seja formalmente exigida, a lei de estupro continua a pesar a credibilidade das mulheres contra os padrões normativos restritos do comportamento feminino. A história sexual de uma mulher, por exemplo, é frequentemente explorada por advogados de defesa como uma forma de sugerir que uma mulher que consentiu sexo em outras ocasiões provavelmente teria consentido no caso em questão. A conduta sexual passada, bem como as circunstâncias específicas que levaram ao estupro, costumam ser usadas para distinguir o caráter moral da vítima de estupro legítima de mulheres que são consideradas degradadas moralmente ou, de outra forma, responsáveis por sua própria vitimização (CRENSHAW, 1993, *on-line*).

Para além desta discussão, é importante salientar que a violência de gênero é potencializada ao estar restrita a um espaço privado, fechado e familiar. De acordo com Marcia Tiburi (2020, p. 106), “o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência”. Enquanto os homens estão mais sujeitos a mortes violentas, como acidentes de trânsito ou assassinatos, as mulheres estão mais expostas a violência doméstica. Sendo assim, surge o slogan “o pessoal é político”, visando reinterpretar algumas desigualdades que haviam sido até então negligenciadas e construir uma política inerente à experiência, que indica “a necessidade da tomada de consciência, visando compreender que problema/s pessoais eram também problemas políticos” (PANTON, 2004 *apud* CYPRIANO, 2019, p. 55). A exclusão da vida privada, doméstica e familiar do entendimento de sociedade civil e o estabelecimento de fronteiras rígidas entre o público e o privado são perspectivas fortemente contestadas pelas autoras da teoria feminista, pois cegam-se “para a experiência cotidiana de pessoas submetidas a diferentes formas de injustiça e a relações de poder” (MAIA, 2017, p. 48). Rayza Sarmiento, Stephanie Reis e Ricardo Fabrino Mendonça (2017, p. 104) complementam essa perspectiva ao dizerem que, quando as mulheres se tornam conscientes das opressões que vivenciam, elas passam a compartilhar experiências e a experimentar um tipo de socialização que impacta diretamente em suas vidas como mulheres e militantes políticas, o que ajuda a compreender o engajamento feminino em mobilizações e confrontos políticos.

De acordo com bell hooks (2019, p. 20-21), a noção “o pessoal é político” foi utilizada pela primeira vez realmente para salientar a necessidade de desenvolvermos uma consciência política, visto que a realidade da mulher é necessariamente política²⁷. Isto é, o conhecimento

²⁷ Destacamos que o espaço público é ainda atribuído aos homens em detrimento das mulheres, fazendo com que algumas discussões com recortes de gênero não sejam “espontaneamente” fomentadas. Por isso, ressaltamos a necessidade da nomeação de diferentes práticas violentas como violências e injustiças e a proliferação de movimentos disruptivos.

só pode surgir quando justamente “examinarmos o pessoal que é político, a política da sociedade como um todo e a política revolucionária a nível mundial”. Já Adriana Piscitelli argumenta que a preposição mapeia um sistema de dominação atuante nas relações de poder entre homens e mulheres, sendo necessário prestar atenção nas experiências femininas compartilhadas através do tempo e das culturas. “Toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública” (PISCITELLI, 2009, p. 124). A mesma discussão é feita por Flávia Biroli (2014), que aponta a necessidade de observarmos as relações de poder que se passam nas esferas comumente entendidas como não públicas e não políticas para entendimento crítico dos arranjos privados.

Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. Se na primeira os indivíduos são definidos como manifestações da humanidade ou da cidadania comuns a todos, na segunda é incontornável que se apresentem em suas individualidades concretas e particulares. Somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos (BIROLI, 2014, p. 32).

Mais do que compreender as consequências políticas dos arranjos privados ou a ampliação das possibilidades de participação das mulheres na sociedade, entender o que passa na esfera privada e doméstica é uma forma de proteger as pessoas mais vulneráveis dos efeitos causados pelas relações de poder. “A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina” (BIROLI, 2014, p. 32) e essa suposta proteção à privacidade da família e do ambiente privado “corresponderia a resguardar um espaço de violência contra as mulheres; não protegeria afetos, mas agressores. [...] A liberdade para violentar, humilhar e manter a mulher em posição de objeto é que seria mantida” (BIROLI, 2014, p. 42).

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra (BIROLI, 2014, p. 33).

Apesar da posterior politização dos testemunhos e manifestações vividos por mulheres advinda da popularização do slogan, sabe-se que “as privações associadas à opressão de gênero podem ter sentidos muito distintos para as mulheres de acordo com sua posição de classe” (BIROLI, 2014, p. 38), assim como a divisão sexual do trabalho e a privacidade do lar. Como mencionado anteriormente, é necessário nos atentarmos para as diferenças entre o público e o privado entre os diferentes subgrupos de mulheres. Enquanto as feministas brancas lutavam pela desprivatização do lar e a conquista do espaço público, as trabalhadoras domésticas e demais operárias, em sua maioria negras de classe baixa, não estavam aprisionadas ao ambiente privado por uma questão de sobrevivência. Mas, vale-se dizer que, embora a luta para o pessoal se tornar político seja de um grupo em particular, ela ainda representa os anseios de um coletivo.

E essas reivindicações feministas - como a luta para eliminação da violência contra a mulher e questões relacionadas à sexualidade e ao aborto - nascem da partilha pública de experiências pessoais, problemas e sentimentos, que antes eram pensados como individuais. Essa é uma das estratégias comunicativas planejadas pelas mobilizadoras do movimento *#ExposedCG*, que utilizam os sites de redes sociais para o compartilhamento e a socialização de experiências íntimas, compreendendo a quebra de silêncio como uma ação política do movimento feminista e como forma de consolidação da máxima de que “o pessoal também é político”. Segundo Ângela Marques e Angie Biondi (2016), trata-se de “nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares e dissensuais que tornam uma condição intolerável” (MARQUES; BIONDI, 2016, p. 168).

O sujeito comum encontrou, nas redes sociais, um espaço propício para declarar a verdade de suas dores bem como para agregar, em torno de si, um conjunto de seguidores e fazer de sua luta, muitas vezes, uma causa legítima a se engajar, aderir, compartilhar, enfim, se solidarizar de algum modo. Nas circunstâncias em que o sofrimento é o mote principal da exposição, os sujeitos partilham do mesmo espaço de visibilidade, e também de construção de narrativas sobre a própria vida, onde a voz principal é a da vítima, pois é ela quem encarna a legítima instância moral e política de suas dores e vivências singulares (MARQUES; BIONDI, 2016, p. 169).

Essas experiências narradas, isto é, escritas e organizadas sob a forma de um relato de si, tem como intuito de “assumir o controle da própria vida, de tornar-se sujeito de si mesmo por meio do trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pelo relato de si” (MARQUES; BIONDI, 2016, p. 172). Como um gesto político, o sofrimento atrelado a fragilidade e a força de superação constitui-se narrativamente e “não pode ser pensado tendo como única referência a realidade dos fatos. Para que uma dor vivenciada seja partilhada a fim de mobilizar algum tipo de adesão é necessário que haja algum mínimo grau de empatia”

(MARQUES; BIONDI, 2016, p. 181). Ou seja, em pequenos grupos, essas sujeitas aprendem a apreciar o valor da solidariedade e “o que se pensava ser um problema pessoal tem uma causa social e uma solução política” (hooks, 2019, p. 38).

De acordo com Denise Jodelet (2015, p. 325), a consideração do corpo e das emoções é uma peça-chave para estudarmos a produção de significações e de saberes, para pensarmos a subjetividade e a relação do sujeito com o mundo. A constatação dos universos sensíveis, cognitivos, afetivos e estéticos dessas mulheres e “a reivindicação de liberdade fundam todos os protestos contra as imposições e o controle do sistema social que estão na base das subjetivações próprias a tempos e lugares de exercício da atividade particular”.

De certo modo, “a esfera da subjetividade se reporta à experiência vivida engajando o corpo, a sensibilidade e as emoções, ao lado dos saberes adquiridos ou construídos” (JODELET, 2015, p. 325). Isso significa que os processos pelos quais o sujeito passa e seus contextos de vida, possibilitam a apropriação e reelaboração das representações que circulam no espaço comum. Segundo a autora (2015, p. 321), a apreensão desses conhecimentos ocorre por meio de processos comunicativos, baseados na socialização, educação, trocas sociais e o compartilhamento de experiências. Atentamos, portanto, para uma das principais características da *#ExposedCG*: muitas relatoras de casos de abuso ou violência buscaram nos sites de redes sociais um espaço para ganhar apoio e retirar suas vivências da intimidade.

O ato dessas mulheres falarem assume um papel importante em contraposição às relações de poder vigentes e, o compartilhamento das vivências, assim como nos casos das mobilizações feministas em rede discutidas nesta dissertação, permite que elas quebram uma narrativa hegemônica que isola os acontecimentos, que define os comportamentos socialmente aceitos para os indivíduos do gênero feminino e que naturaliza a culpabilização da mulher. O envio do relato para essas mobilizações em rede, como a *hashtag* estudada, “tem como essência romper com o silenciamento que conforma e perpetua a violência contra a mulher, ou seja, romper com uma situação que o sexismo estrutural condiciona o sexo feminino, sendo portanto um ato político que pode ser interpretado como uma atitude feminista” (MALCHER; SOARES, 2017, p. 366).

Entretanto, justamente por contrapor as relações de poder vigentes, identificamos alguns pontos de tensão entre a publicação de experiências narrativizadas e o patriarcado, visto que a estrutura social se organiza para punir demandas de mudança social. Assim como as pesquisadoras Rosane Leal da Silva e Ingra Etchepare Vieira (2020) constataram em seu estudo sobre a prática do “*Exposed*” no âmbito do direito informacional, é possível observar

narrativas de abusos e de violências com riqueza de detalhes e que identificam os supostos agressores na *#ExposedCG*. “A narrativa feita pela vítima ao contar sua história gerará sua própria exposição, assim como gerará a exposição (quicá desnecessária) de dados pessoais do suposto agressor que ficaria, inclusive, sujeito a ações de violência desencadeadas por outros internautas” (SILVA; VIEIRA, 2020, p. 126). Nesse sentido, uma das preocupações relacionadas à prática do “*Exposed*” é justamente a proteção das denunciante, algo que buscaremos responder no capítulo seguinte.

2.3 Nova geração política e campanhas feministas virais

Essa nova geração política de jovens feministas, que discute conceitos como interseccionalidade, sororidade²⁸ e lugar de fala nas redes sociais, expõe um conceito antigo criado por Fraser, denominado como contrapúblicos subalternos. Segundo Júlia Silveira de Araújo, trata-se da ressignificação do discurso público pelos grupos socialmente subordinados. “Em sociedades marcadas por múltiplas desigualdades, os contrapúblicos subalternos possuem uma função contestatória, atuando tanto como espaços de reagrupamento quanto como base para mobilizações direcionadas a públicos mais amplos” (ARAÚJO, 2018, p. 70).

Em especial nos casos de temáticas ligadas ao corpo e ao assédio sexual, a contestação se dá através de campanhas e ações virtuais voltadas para o compartilhamento de relatos pessoais, fazendo com que o slogan “o pessoal é político” ganhe novos contornos. Por meio das *hashtags* feministas,

Há um processo de identificação pontual, uma política de coalização, que une temporariamente as mulheres através do compartilhamento das vivências individuais que se relacionam, do sofrimento e das restrições sociais que são compartilhadas, dos assédios e humilhações que se assemelham, do desejo de viralizar e potencializar as ações ciberfeministas de cunho mais generalista e de vínculos mais amplos e efêmeros (ARAÚJO, 2018, p. 128).

Nesse sentido, as narrativas pessoais provocam a sensação de que determinada situação “poderia ter acontecido com qualquer uma, ou pelo menos de que o que aconteceu deveria concernir a qualquer uma. Está em jogo a percepção de um problema comum”

²⁸ De acordo com bell hooks (2019), a essência da sororidade é baseada na união de mulheres com base em seus pontos fortes e em seus recursos. Isto é, “irmãs unidas por interesses e crenças, unidas pela nossa valorização da diversidade, unidas na nossa luta pelo fim da opressão sexista, unidas pela solidariedade política” (hooks, 2019, p. 52). A autora também faz uma crítica ao modelo de sororidade construído pelas feministas brancas, que se tornou um escudo contra a realidade, onde a mulher burguesa “deveria ser protegida de tudo o que a perturbasse ou incomodasse e deveria ser defendida das realidades negativas que levassem ao confronto” (hooks, 2019, p. 35), sem reconhecer seus privilégios de raça e classe.

(BOGADO, 2018, p. 37). Mais do que isso, essas mobilizações expõem “uma empatia que não se dá através de laços estreitos e íntimos, preestabelecidos por relações de proximidade e convívio anteriores ao evento da manifestação, mas por uma paradoxal pessoalidade impessoal” (BOGADO, 2018, p. 36).

A autora compreende que as “pautas prioritárias são as denúncias de diversas formas de violência contra a mulher, a crítica a valores conservadores e a afirmação de uma diversidade estética e comportamental” (ARAÚJO, 2018, p. 135), além de mapear outros seis pontos em comuns entre as iniciativas que ajudam a compreender as estratégias políticas e comunicativas dos fenômenos estudados:

1. Envolvem a publicação de narrativas íntimas; 2. Constituem uma memória digital que pode ser buscada e acessada; 3. São virais; 4. São movimentos datados, de curta duração; 5. São campanhas espontâneas, desinstitucionalizadas, criadas ou impulsionadas por coletivos; 6. Podem ou não culminar em ações no espaço offline, não sendo este um pré-requisito para sua valorização entre as ativistas (ARAÚJO, 2018, p. 160-161).

Sendo assim, como uma nova forma de ação política, os movimentos feministas começaram a utilizar as *hashtags* a partir de 2014 e culminaram no objeto de estudo deste trabalho, as estratégias político-comunicativas da *#ExposedCG*. “Nascidas por geração espontânea e amplamente disseminadas, as manifestações organizadas a partir de *hashtags* muitas vezes acontecem sem formar coletivos, criar blogs ou sites, nem mesmo montar um perfil próprio nas redes sociais” (COSTA, 2018, p. 47-48). Observamos neste trabalho que práticas como a *#ExposedCG* nascem de forma espontânea e disseminam-se nos sites de redes sociais por meio de estratégias comunicativas, como a indexação em uma *hashtag*, a utilização de memes, o compartilhamento em outras mídias, entre outras.

Com essa ferramenta, a adesão ao movimento pode ser comparada como uma avalanche feminista nas redes, “a qual o importante não é quem fala, mas o que se fala” (BELIN; RIZZOTTO; SARAIVA, 2021, p. 4). Para as autoras, as *hashtags* permitem amplificar uma demanda coletiva, por meio do compartilhamento de histórias e relatos pelas usuárias que não necessariamente se entendem como ativistas. Elas são capazes de gerar empatia, resistir a estruturas de dominação e tornar “a esfera pública ‘menos masculina’” (BELIN; RIZZOTTO; SARAIVA, 2021, p. 20).

Dessa forma, neste tópico, apresentaremos uma revisão bibliográfica e histórica acerca das principais mobilizações feministas que se apropriaram das plataformas digitais, por meio das *hashtags*.

Começamos com a campanha *#NãoMereçoSerEstuprada*, criada em 2014, após a divulgação da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”, do Instituto de

Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Ao todo, 58,5% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase "Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros" e 65,1% concordaram totalmente ou parcialmente com a frase "Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". Segundo Cristiane Costa (2018, p. 50), a jornalista Nana Queiroz foi uma das responsáveis pela ação devido a postagem de "uma foto com os seios cobertos pelos braços, nos quais se lia: 'Não mereço ser estuprada'". Em uma semana, a *hashtag* possuía 592 postagens e quase 3 mil comentários.

Na sequência, entre 11 de maio e 3 de junho de 2015, surge a mobilização espontânea *#NiUnaMenos*, que além das ações virtuais, levou milhares de mulheres às ruas na Argentina e contagiou ativistas da América Latina e da Espanha. A ação nasceu em virtude do feminicídio de Chiara Páez:

Reconstruindo o processo, o *tweet* inicial de uma jornalista de rádio tendo em vista a notícia de 11 de maio de 2015, em destaque na primeira página dos jornais, de uma menina Chiara Páez, grávida de 14 anos, assassinada pelo namorado de 16 anos e enterrado no pátio de sua casa em Santa Fé dizia: "Atrizes, políticos, artistas, empresárias, referências sociais... mulheres, todas, bah, não vamos levantar a voz? ESTÃO NOS MATANDO" (NI UMA MENOS, 2015). A interpelação emocional, dirigida a potenciais destinatários de campos muito diversos, mas incluídos no grupo "mulheres", gerou uma resposta imediata dos companheiros seguidores da conta do *Twitter* que, depois de surpreender os outros, geraram trocas entre 10 *tweeters*. Lá eles decidiram lançar uma ação de protesto contra os feminicídios na cidade de Buenos Aires com data e local precisos: dia 3 de junho, às 17h, na praça em frente ao Congresso Nacional, símbolo de uma das três potências republicanas e local emblemático de inúmeras concentrações históricas (LAUDANO, 2019, p. 154).

Enquanto o *Facebook* foi considerado uma instância facilitadora de contato e de encontro entre os interessados pelo tema, o *X/Twitter* foi criado após seis dias da convocação com intuito de centralizar a divulgação. Segundo Claudia Nora Laudano (2019, p. 159), a chamada "Amanhã vamos *tuitar* *#NiUnaMenos* para torná-lo um *trending topic*" produziu "um evento inédito na história do *Twitter* em espanhol: um tema da agenda do movimento de mulheres e do feminismo conseguiu liderar as tendências da conversa nacional e, posteriormente, a global".

Já no Brasil, ainda em 2015, a campanha *#MeuPrimeiroAssédio* foi criada pelo *Think Olga*²⁹ e replicada mais de 82 mil vezes, entre *tweets* e *retweets*, gerando propostas similares como a *#FirstHarassment* na Inglaterra e nos Estados Unidos, conforme explica Cristiane Costa (2018, p. 48). A ação surgiu em apoio a Valentina Schulz, na época com 12 anos, alvo de comentários de cunho sexual da internet durante a participação no reality de culinária *MasterChef Júnior*. "Sabendo que assédios às meninas são muito comuns e que compõem as

²⁹ Disponível em: <https://thinkolga.com>. Acesso em: 12 julho 2023.

primeiras experiências sexuais ou eróticas de boa parte das mulheres brasileiras, [o blog] pediu no *Twitter* que as mulheres contassem qual foi seu primeiro abuso, usando a *hashtag* primeiro assédio” (ENGEL, 2017, p. 10).

De acordo com os dados disponibilizados o portal³⁰, constatou-se que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos e, a partir de uma nuvem de palavras geradas pela análise de conteúdos das postagens, encontra-se a “recorrência de expressões como ‘pai’, ‘tio’, ‘vizinho’, ‘irmão’, ‘amigo’ e ‘avô’, indicando que grande parte dos relatos analisados fazia referência a parentes e conhecidos das vítimas e/ou de suas famílias” (ARAÚJO, 2018, p. 99). Ainda segundo Araújo (2018, p. 96), as “narrativas pessoais, espontaneamente publicizadas, evidenciavam que o que ocorrera em relação à Valentina poderia ser pensado não como um caso isolado, mas um problema recorrente e estrutural”.

Em seguida, a campanha *#MeuAmigoSecreto*, mencionada 170 mil vezes no *X/Twitter*, foi inspirada na *hashtag* anterior. Criada em outubro de 2015 pelo coletivo feminista Não Me Kahlo³¹, composto por cinco mulheres, a iniciativa surgiu em referência ao Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres, celebrado em 25 de novembro.

Devido à proximidade das festas de fim de ano, havia também um paralelo com a brincadeira típica “amigo oculto”, na qual familiares e amigos sorteiam um nome para presentear e, no dia das festividades, falam sobre a pessoa a ser contemplada de forma implícita para que a identidade possa ser adivinhada pelos demais participantes. Assim como a campanha que a inspirou, *#MeuAmigoSecreto* logo extrapolou o *Twitter*, onde se originou, e repercutiu em diversas redes sociais, como o Facebook e o Instagram (ARAÚJO, 2018, p. 100).

Costa (2018, p. 49) reforça que “a ideia era tornar públicos os relatos de assédios realizados por homens próximos, sem identificá-los. Ficou claro que a necessidade de falar não vinha de um desejo de constranger determinada pessoa, e sim de divulgar comportamentos abusivos”.

No ano seguinte, a campanha *#EuEmpregadaDoméstica* reunia relatos de abusos sofridos pelas profissionais no ambiente de trabalho. A iniciativa foi criada por Joyce Fernandes, também conhecida como Preta-Rara, a partir da divulgação do seguinte relato em seu perfil no *Facebook*:

"Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmitta e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa" (Patroa Jussara, em Santos 2009 - meu último emprego como doméstica) *#EuEmpregadaDoméstica* (EFRAIM, 2016, s/p *apud* ARAÚJO, 2018, p. 113).

³⁰ Disponível em: <https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio>. Acesso em: 03 setembro 2022.

³¹ Disponível em: <https://naomekahlo.com>. Acesso em: 12 julho 2023.

Em 12 horas, a criadora já havia recebido mais de 150 relatos de experiências de outras trabalhadoras. “Já que as mulheres participantes da campanha corriam o risco de sofrer retaliações nos seus ambientes de trabalho ou mesmo perder o emprego, muitas enviavam o relato para outras mulheres, que o publicavam em primeira pessoa” (COSTA, 2018, p. 51). Vale ainda ressaltar uma observação da autora em relação a dupla opressão de classe e de gênero, visto que “a campanha não alcançou nem de longe a mesma exposição daquelas em que a classe média estava envolvida” (COSTA, 2018, p. 52).

Além das campanhas virais mencionadas, as *hashtags* #ChegaDeFiuFiu (2013), #AgoraÉQueSãoElas (2015), #distratinglysexy (2015), #MulheresContraCunha (2015), #PeloFimDaCulturaDoEstupro (2016), #CarnavalSemAssédio (2016), #EstuproNuncaMais (2016), #BelaRecatadaEDoLar (2016), #MeToo (2017), #NãoÉNão (2017), #MexeuComUmaMexeuComTodas (2017), #EleNão (2018), #TimesUp (2018), #DeixaElaTorcer (2018), #DeixaElaTrabalhar (2018), #QuemMandouMatarMarielle (2018), #JustiçaPorMariFerrer (2019), #EstuproCulposoNãoExiste (2020) e #NemPenseEmMeMatar (2021) também ganharam repercussão e relevância nacional e internacionalmente. No mesmo período, Araújo (2018, p. 63) ressalta que “foram realizadas também ações coletivas em mídias sociais, como os grupos ‘Indique uma Mina’ e ‘Vamos Juntas’, que estabelecem relações solidárias a partir de contatos profissionais e companhia para o deslocamento em espaço público”.

Foi neste mesmo ambiente virtual, com a emergência de mobilizações feministas por meio do *X/Twitter*, que surgiu a prática do “*Exposed*”, advinda do termo em inglês “exposto”. De acordo com Júlia Pessoa Vargas (2022, p. 4), este tipo de *e-protests* é um reflexo de movimentos como o #MeToo, ligado à denúncias de abusos sexuais por homens poderosos da indústria cinematográfica, e ações similares no Brasil, como a #MeuPrimeiroAssédio. A proposta utiliza os sites de redes sociais para divulgar casos de assédio sexual e moral, relacionamentos abusivos, agressões e estupros, além de alcançar apoiadores para o movimento feminista ou em prol do combate à violência contra a mulher, especialmente por meio do apoio de indivíduos da sociedade civil e do reconhecimento acerca da necessidade de diálogo pelas instituições públicas.

Entre maio e julho de 2020, o movimento #Exposed, somado ao nome da cidade em que as relatoras moram, ganhou adeptas de diversos municípios brasileiros. Além de Campo Grande (MS), houve participantes de Dourados (MS), Brasília (DF), Florianópolis (SC),

Joinville (SC), Curitiba (PR), Londrina (PR), São Paulo (SP), São José dos Campos (SP), Porto Seguro (BA), Aracaju (SE), etc.

A *hashtag* local chegou aos assuntos mais comentados do país no *X/Twitter*, em 2 de junho de 2020, e se tornou uma das mobilizações pioneiras nesse sentido no estado. Segundo a reportagem “*#ExposedCG: relatos de assédio estimulam debate na internet*”³², publicada pela Revista Badaró, foram contabilizados mais de 20 mil *tweets* com alcance de cerca de 14 milhões de contas até 5 de junho do mesmo ano. Na capital de Mato Grosso do Sul, o movimento teve início de forma espontânea, a partir da publicação de uma jovem insatisfeita com o excesso de questionamentos e a culpabilização das relatoras de abuso sexual, de acordo com a matéria “*Meus pais estão orgulhosos*”, diz pioneira do *#exposedcg*”³³, do ciberjornal *Campo Grande News*.

A publicação dos relatos de assédio sexual, abuso sexual infantil, estupro, violência psicológica e depoimentos sobre relacionamentos abusivos foi realizada tanto pelo compartilhamento de relatos em perfis pessoais quanto pela criação de contas destinadas exclusivamente para divulgação de casos de forma anônima. Neste cenário, verificou-se que vários perfis criados para compartilhar as experiências de meninas e mulheres foram excluídos, como é o caso da principal conta desta mobilização no *X/Twitter*, com o *username* *@exposedcg20*.

Figura 6: *#ExposedCG* nos *Trending Topics* Brasil em 2 de junho de 2020



Fonte: *Printscreen* de *tweet* do perfil *@mariaursinhopoh*, 2020.

³² Disponível em:

<https://www.revistabadaro.com.br/2020/06/07/exposedcg-relatos-de-assedio-estimulam-debate-na-internet>.
Acesso em: 3 setembro 2022.

³³ Disponível em:

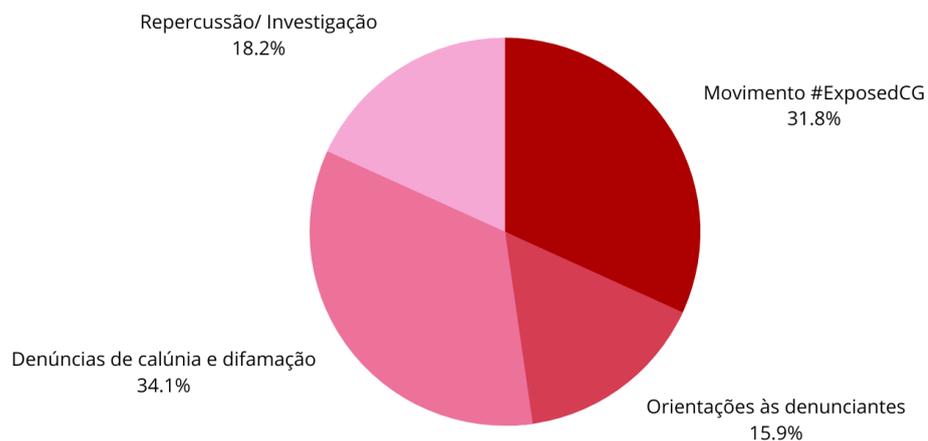
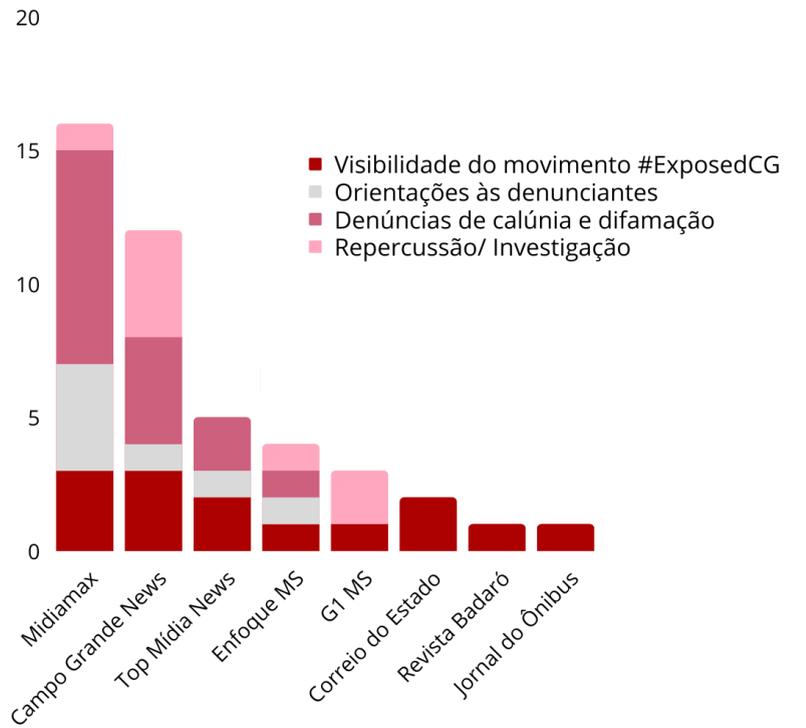
<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/meus-pais-estao-orgulhosos-diz-pioneira-do-exposedcg..>
Acesso em: 3 setembro 2022.

A partir da pesquisa pelo termo *#ExposedCG* na ferramenta de busca em portais de notícias da capital, foram contabilizadas: 16 notícias no ciberjornal *Midiamax*, 12 no ciberjornal *Campo Grande News*, cinco no portal *Top Mídia News*, quatro publicações no veículo *Enfoque MS*, três no portal *G1 MS*, duas na versão on-line do jornal *Correio do Estado*, uma na *Revista Badaró* e uma no *Jornal do Ônibus*, totalizando 44 notícias (Figura 7). A maior parte das publicações da mídia local (34,1%) abordaram as denúncias de calúnia e difamação realizadas por um grupo de homens identificados nos *tweets* indexados à *hashtag*³⁴, seguido por matérias de divulgação do próprio movimento (31,8%) e publicações relacionadas a repercussão e investigação dos casos (18,2%). Além disso, 15,9% das notícias estavam ligadas a órgãos oficiais, como a Delegacia de Defesa da Mulher (Deam), e a fala de especialistas com orientações para as denunciantes que participaram da mobilização.

³⁴ Constatação que reflete a ideia de que a objetividade jornalística, expressada por seus valores-notícia, tem raça e gênero. Isto é, constitui-se a partir das estruturas epistêmicas do sistema mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno e reproduz ideologias, como o machismo e o racismo (SILVA; MORAES; 2019, p. 1).

Figura 7: Teor das matérias publicadas em relação a #ExposedCG por veículo

Teor das matérias publicadas em relação a #ExposedCG por veículo



Fonte: Elaborado pela autora.

A relevância do tema também foi medida pela plataforma *Google Trends*, que calcula o pico de popularidade de determinados termos de busca e os categoriza de 0 a 100. O assunto

“#*exposedcg*” atingiu o valor máximo entre 31 de maio e 6 de junho. Além disso, a expressão “*exposed*” gerou interesse de pesquisa em todo o país entre 17 de maio e 8 de agosto de 2020.

Mais tarde, em 21 de outubro de 2021, a *hashtag* ganhou novamente evidência convidando os internautas a exporem relações de trabalho abusivas, tal como a experiência com seus chefes. Entretanto, para fins de observação desta pesquisa, foram coletados manualmente 2.060 *tweets* que utilizaram a #*ExposedCG* durante a mobilização de denúncias de violência sexual em 2020, printados entre 12 e 16 de abril de 2021. No próximo capítulo, buscaremos analisar o conteúdo dessa manifestação, bem como compreender as estratégias comunicativas utilizadas pelas relatoras.

3. JUNHO OUTRA VEZ: A CONSTRUÇÃO DOS ATIVISMOS FEMINISTAS E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-COMUNICATIVAS EMPREGADAS NA #EXPOSEDCG

Nos capítulos anteriores, apresentamos o percurso teórico desta pesquisa, que nos permitiu conhecer a mobilização #ExposedCG, delimitar o nosso *corpus* de investigação e escolher o método de análise, a fim de elencar as estratégias político-comunicativas empregadas em manifestações ativistas e feministas no X/Twitter. Sendo assim, nesse primeiro momento, buscamos elucidar de forma sucinta para a leitora ou leitor quais foram os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos³⁵ no dia 28 de abril de 2023.

A primeira fase desta investigação refere-se a uma análise exploratória, realizada por meio do levantamento quantitativo de *tweets* públicos ainda disponíveis na rede, com intuito de estabelecer um contato inicial como pesquisadora com o objeto de estudo. O conteúdo indexado à #ExposedCG no ano de 2020 e disponível no Apêndice 1³⁶ foi extraído de forma manual, durante o período de 12 a 16 de abril de 2021, visto que o X/Twitter possibilita apenas coletas em tempo real ou retroativas em, no máximo, sete dias após a publicação. Ainda que a amostra coletada não reflita os números reais de *tweets* desta mobilização, ela nos fornece informações importantes sobre as estratégias empregadas pelas participantes. Através do recurso de “busca avançada”³⁷, disponibilizado pela plataforma, reunimos 2.060 publicações, sendo que cerca de 92.13% dos *tweets* estavam concentrados entre os dias 1º e 3 de junho de 2020 (Figura 8).

Nesse sentido, nossa observação inicial se depara com a repetição de palavras emblemáticas tanto no conteúdo visual (Figura 9) quanto no conteúdo textual (Figura 10). A partir deste material, visualizamos a repetição de termos como “casa”, “escola”, “meninas” “amigo”, “festa” e “medo” nas imagens compartilhadas, o que reforça que tais territórios, considerados possivelmente seguros em diferentes contextos, são violentos quando analisamos os dados acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, por exemplo,

³⁵ O parecer de aprovação, identificado pelo número 6.028.606, pode ser conferido na Plataforma Brasil, pelo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 67927623.8.0000.0021.

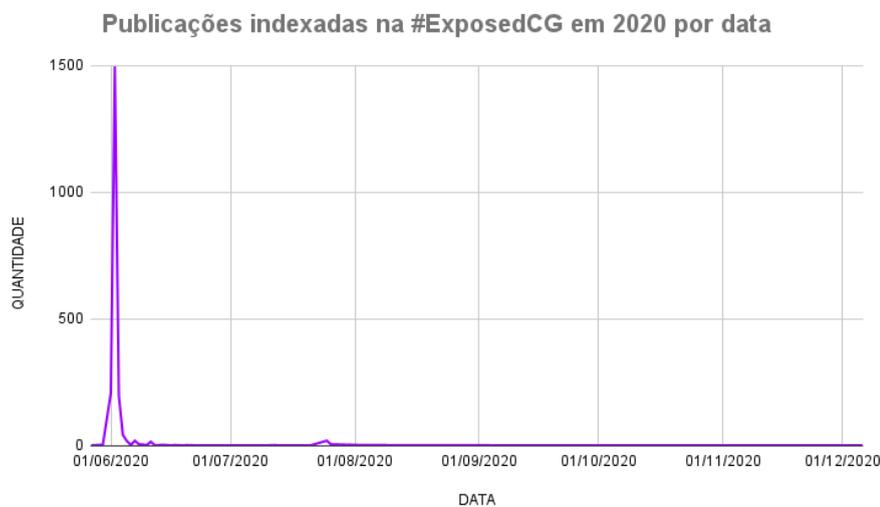
³⁶ Acesse o levantamento completo em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1V4DrW2nM6RucYbYmhOOLEiG9Ea2zbxxi/edit?usp=sharing&ouid=110481847659967092190&rtfpof=true&sd=true>.

³⁷ Segundo a própria plataforma, as interfaces de programação da aplicação (APIs) do X/Twitter permitem o amplo acesso a dados públicos que os usuários escolheram compartilhar com o mundo. Essa busca pode acontecer por palavras-chave específicas ou por uma amostra de *tweets* de uma conta específica. Vale mencionar que os métodos que trazem informações disponíveis no site de rede social para qualquer visitante (não logado) não requerem autorização, assim como o método *trends*, que indica as palavras que são tendências (muito faladas) no X/Twitter, havendo a possibilidade do filtro por localidade. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-api>. Acesso em: 5 junho 2023.

ainda mais em um contexto de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. Segundo mapeamento publicado em 2022 pela organização não governamental (ONG) *Childhood Brasil*³⁸, em 82% das denúncias registradas em 2019 pelo Disque-Denúncia do atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, as vítimas eram meninas e, em mais de 50%, possuíam entre 12 e 17 anos. Ainda segundo o relatório, 64,7% dos suspeitos pertenciam ao grupo familiar dessas crianças e adolescentes e 37,26% dos eventos tiveram caráter de repetição.

Figura 8 - Publicações indexadas na #ExposedCG em 2020 por data



Fonte: Elaborado pela autora.

³⁸ Disponível em:

<https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/dadosviolenciasexualcontracriancaseadolescentes2020-final.pdf>. Acesso em: 13 junho 2023.

Outro aspecto relevante, identificado nesta fase inicial, diz respeito à inserção de imagens e à prática de conversação na rede social. Do total de *tweets* coletados, 243 continham imagens, 67 eram *retweets* de outros conteúdos e 30 revelaram-se como comentários, conforme indica a Tabela 1. É importante mencionar a prática de publicação de relatos em forma de *printscreen* do bloco de notas, o que reforçou duas hipóteses: (1) o formato permite burlar a limitação de caracteres característica do *X/Twitter* e (2) o compartilhamento de experiências por meio de imagens impossibilita que os nomes mencionados encontrem as publicações por meio da busca pela plataforma, visto que essa exposição direta pode implicar em ameaças de processos por difamação.

Tabela 1: Levantamento de *tweets* por tipo de conteúdo

Possui conteúdo extra?	Tipo de conteúdo		Número de <i>Tweets</i>
Sim	Imagem	Relatos escritos em bloco de notas	160
		Prints de conversas	37
		Materiais jornalísticos	17
		Fotos e/ou <i>printscreen</i> das redes sociais de acusados	5
		Mensagens de apoio ao movimento	5
		Materiais institucionais	5
		Memes ou GIFs	5
		Imagens informativas	3
		Outros	6
	<i>Retweet</i>		67
Comentário		30	
Não			1.817
Total			2.060

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse levantamento preliminar, optamos pela combinação entre a Análise de Conteúdo (AC) e entrevistas semiestruturadas em profundidade, visando compreender as estratégias comunicativas das mobilizações, por meio da identificação das características em comum do material coletado e como se constituem em uma lente interseccional de gênero, raça, classe social e sexualidade.

Segundo Laurence Bardin (1977, p. 37), a AC é um conjunto de técnicas que permite “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção”, mediante descrição do conteúdo das mensagens e a recorrência de indicadores quantitativos (ou não), atentando-se para um construção de um *corpus* de pesquisa homogêneo, objetivo, pertinente, que esgota a totalidade do texto e que tenha elementos de conteúdo exclusivos no sentido de categorização. Inclusive, essa categorização trata-se de “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”, onde se reúnem unidades de registro sob um título genérico em razão das características em comum destes elementos (BARDIN, 1977, p. 111).

De acordo com a autora, a análise dos temas permite descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação, “cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 99). Isto porque, recorta-se o texto em ideias constituintes, com enunciados isoláveis. Desta forma, a proposta de protocolo de análise temática utilizada neste trabalho leva em consideração as contribuições de pesquisas anteriores, como é o caso da publicação de Henrique Antoun e Fábio Malini (2013) acerca da *#spanishrevolution* e de Marlon Dias e Viviane Borelli (2018), a respeito da mobilização “Eu não mereço ser estuprada”.

No caso da mobilização espanhola, os autores classificam a produção social da *hashtag* em quatro grandes grupos de *tweets*: informativos, opinativos, testemunhais e convocatórios ou apelativos (ANTOUN, MALINI, 2013, p. 225). Os informativos foram muito usados para divulgar os acontecimentos em tempo real nas manifestações e os opinativos veicularam as opiniões dos perfis participantes ou sensibilizados com a mobilização. Diferentemente, os testemunhais abrangeram as mensagens publicadas por participantes sobre suas experiências na rua, dentro da atividade política, enquanto os convocatórios foram criados como forma de convite à participação.

Com uma proposta semelhante, o protocolo de análise semiológica elaborado por Marlon Dias e Viviane Borelli (2018) apresenta cinco categorias: (1) Mobilização,

subdividida em estratégias discursivas de chamamento e de incitação; (2) Pedagogização, com elementos de explicação e de marcação identitária; (3) Sororidade, com subdivisões de aconselhamento e empoderamento; (4) Experiência, apresentando discursos de expurgação da dor e de ajuda; e (5) Mídiação, dividida em visibilidade, resistência à oferta midiática tradicional e discordância do sistema.

Diante deste cenário, fizemos uma adaptação nos protocolos usados como referência levando em consideração a metodologia da Análise de Conteúdo e os aspectos locais da *hashtag* estudada. As cinco categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa foram empregadas em um recorte de 1.705 *tweets* publicados nos dias 1º e 2 de junho e estão descritas a seguir:

- **Convocação:** os ativismos criam uma cultura na qual todos os participantes são convidados a tomar a iniciativa, a participar e a se envolver (BOYD; MITCHELL, 2013, p. 101). Nesse sentido, essa categoria refere-se aos convites à participação e à denúncia, geralmente com a utilização de verbos no imperativo, como “Denunciem”, “Exponham”, “Não se cale” ou “Entre em contato”, por exemplo.
- **Experiência:** trata-se de pequenos relatos íntimos disseminados nas redes, onde se sobressaem aspectos de fragilidade, desamparo e dor, que se qualificam pelo teor testemunhal e pelo modo em que as atrizes e atores sociais trabalham suas linguagens e se expressam politicamente. Segundo Ângela Marques e Angie Biondi (2016, p. 165), “a experiência tem seu acontecimento marcado por uma história, por uma série de vivências mediadas por discursos sociais que provocam transformações em nossos modos de sentir, de perceber o mundo e de sermos por ele atingidos”. A partir dessas experiências narradas, as relatoras se autodeclaram e se enunciam como vítimas, tomando para si sua condição de vulnerabilidade. Sendo assim, essa categoria relaciona-se com a publicação de (a) “Relatos Pessoais”, escritos em primeira pessoa seja por texto ou com a utilização de imagens, e da (b) Expressão do desejo em participar do movimento, pela indicação do desejo ou do medo³⁹ em relatar casos de assédio ou abuso sexual.
- **Mídiação:** a partir do que foi exposto pelo referencial teórico, a mobilização implica dar visibilidade a uma causa, seja pela construção de um movimento viral, pelo agendamento da imprensa ou pelo tensionamento entre o que é debatido pelo

³⁹ Tendo em vista a perspectiva comunicacional do local de fala proposta por José Luiz Braga (2000) e considerando que “toda fala é uma interpretação interessada de uma situação-problema, complexamente composta de fatos de natureza social, fatos físicos, questões psicológicas” (BRAGA, 2000, p. 170), inferimos nesta dissertação que o ato de denúncia de casos de violência sexual está vinculado a descredibilização e culpabilização das relatoras.

movimento feminista e a representação da violência de gênero no jornalismo convencional. Isto porque “o fenômeno da midiatização reconfigura os processos de mobilização social, os modos de se legitimar como movimento social, os vínculos entre os atores e as maneiras de enunciar a dor a partir de ações midiáticas” (DIAS; BORELLI, 2018, p. 855). Dessa forma, nossa pesquisa categorizou os *tweets* em três subcategorias: (a) Visibilidade do movimento, quando o conteúdo apresenta informações sobre o crescimento e a visibilidade da *hashtag* no *X/Twitter*; (b) Agendamento da mídia convencional, quando há o compartilhamento de notícias veiculadas em jornais locais e nacionais; e (c) Discordância dos enunciados jornalísticos, quando esse compartilhamento é acompanhado de críticas à cobertura do movimento.

- **Opinião:** as pessoas se tornam mais propensas a participarem de questões políticas quando elas sabem que suas opiniões serão levadas em consideração (MAIA, 2017, p. 55) e a interação é uma das formas elencadas pelo “Caderno de comunicação para o ativismo” que agregam valor a experiência do participante em uma mobilização social. Assim como a publicação de frases prontas como “Se eu sou amiga do seu agressor, me avise!!! Estamos juntas *#exposedcg*”, ações que exigem pouco esforço do participante e tem baixo custo de execução, como o envio de e-mails, abaixo-assinados e tuitaços, acabam por ter maior adesão na internet (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 13). Entretanto, conforme Raquel Recuero (2009, p. 37) explica, as relações nas redes sociais “não precisam ser compostas apenas de interações capazes de construir, ou acrescentar algo. Elas também podem ser conflituosas ou compreender ações que diminuam a força do laço social”. Nesse sentido, essa categoria subdivide-se nas seguintes subcategorias: (a) Apoio ao Movimento, que reúne *tweets* que apresentam apoio e empatia pela situação sofrida; (b) Críticas ao Movimento, que agrupam *tweets* hostis em relação a *hashtag*; e (c) Opiniões Eventuais, quando o conteúdo publicado não tem nada contra e nem nada à favor do movimento.
- **Pedagogização:** nestes casos, os *tweets* pertencentes a essa categoria buscam explicar didaticamente os motivos que unem os participantes de uma determinada mobilização e as principais pautas pelas quais lutam (DIAS; BORELLI, 2018, p. 855), visto que “as campanhas que trabalham com a mudança do fator ‘relevância cultural’ tendem a buscar mudanças culturais que só podem ser feitas a partir de um longo trabalho de

comunicação e conscientização” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 10). Por vezes, esse conteúdo utiliza-se de dados, exemplos e analogias, como forma de convencer quem lê a aceitar como verdadeiro aquilo que está sendo dito (DIAS, 2016, p. 123). No caso da *#ExposedCG*, categorizamos os *tweets* em (a) Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia e (b) Aprofundamento de pautas do movimento feminista.

Ainda dentro dessa proposta, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com duas mobilizadoras que participaram do movimento de divulgação de relatos de abuso e assédio sexual de Campo Grande (MS) no *X/Twitter* em 2020, com o intuito de verificar as estratégias que favorecem (ou não) a adesão à *hashtag* e seus próprios entendimentos acerca de feminismos e ativismos. Esta etapa foi realizada por meio de plataformas digitais, com duração de, no máximo, duas horas, em um ambiente que garantiu o sigilo das informações gravadas em áudio e vídeo para posterior análise dos resultados.

Segundo Antonio Carlos Gil (2022), é comum em pesquisas qualitativas o uso de entrevistas para a reconstrução de eventos vivenciados e a obtenção de dados em profundidade, além de possibilitar “o conhecimento da experiência interna das pessoas, relacionada a suas crenças, sentimentos e valores. Pode-se dizer que ela [a entrevista] penetra diretamente na fonte de informação, possibilitando a compreensão do fenômeno sob a perspectiva dos participantes” (GIL, 2022, p. 96). Além disso, as entrevistas individuais permitiram maior liberdade de expressão (GIL, 2022) e reduziram a pressão social e/ou constrangimentos que poderiam vir a ser causados por grupos focais com participantes de uma mobilização para denúncia de casos de violência contra a mulher, seja ela física, sexual ou psicológica.

Sendo assim, essas mobilizadoras foram escolhidas de forma intencional devido a relevância que tiveram para a *hashtag* e contribuíram para a identificação de estratégias político-comunicativas presentes em ações no *X/Twitter*. Dessa forma, os critérios utilizados para inclusão de participantes nesta pesquisa basearam-se na (1) experiência vivida das entrevistadas com a mobilização feminista no *X/Twitter*; (2) acessibilidade às entrevistadas, visto que o objeto de estudo é um tema sensível para as participantes da *#ExposedCG*; e (3) a habilidade delas para expressar suas ideias, vivências e emoções sem inibição. Já entre os critérios utilizados para exclusão de mobilizadoras estavam a (1) impossibilidade ou recusa em participar da entrevista em profundidade por meio de plataforma digital dentro do período

estipulado; e (2) as participantes da *#ExposedCG* serem menores de 18 anos no momento da entrevista.

Como o anonimato das mobilizadoras foi uma das formas encontradas para minimizar os potenciais riscos às participantes e assegurar a confidencialidade das informações coletadas durante as entrevistas em profundidade, optamos por identificá-las por meio de paralelos com as personagens Merida, do filme *Valente*⁴⁰, e Elena, da série *Elena de Avalor*⁴¹. Essa comparação se deve, sobretudo, à similaridade entre os sites de redes sociais e os desenhos animados como importantes espaços e formas culturais para a transmissão e popularização de conhecimentos e tensionadores de relações de poder.

Assim como as duas princesas que protagonizaram importantes batalhas enquanto estavam envolvidas em uma trama de autoconhecimento, nossas entrevistadas tiveram um papel de destaque na *#ExposedCG*, considerado um movimento de combate e enfrentamento da cultura do estupro em Campo Grande (MS). Os perfis e comparativos com as personagens, dispostos a seguir (Tabela 2), foram construídos com base em aspectos identificados durante as entrevistas para além da coleta de informações como idade, gênero, orientação sexual, raça/etnia, escolaridade, redes sociais que utiliza e a frequência.

Tabela 2: Perfil comparativo entre as entrevistadas e as personagens Merida e Elena

Imagem ⁴²	Personagem	Perfil das entrevistadas
<p data-bbox="284 1328 539 1361">Figura 11 - Merida</p>  <p data-bbox="308 1637 512 1671">Fonte: <i>Disney+</i></p>	<p data-bbox="608 1328 928 1637">Merida é a filha teimosa do Rei Fergus e da Rainha Elinor, uma princesa corajosa que desafia estereótipos de gênero, ao ser uma</p>	<p data-bbox="951 1328 1430 1581">Assim como Merida, identificamos que a mobilizadora 1 desenvolveu aspectos de liderança dentro do movimento <i>#ExposedCG</i>, relatando durante a entrevista certa coragem e</p>

⁴⁰ A animação da *Disney* e da *Pixar*, disponível na plataforma de *streaming Disney+*, foi lançada em 2012. A produção apresenta a história de Merida, considerada a primeira princesa da *Disney* a não ter um interesse amoroso; a primeira a ter irmãos; e a primeira a não ser inspirada em alguma figura histórica ou personagem de livro; sendo também a primeira animação da *Pixar* a ter uma protagonista feminina adolescente. Disponível em: <https://www.disney.com.br/novidades/5-curiosidades-sobre-valente-e-a-princesa-merida>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁴¹ A série, que está disponível no *Disney+*, foi lançada em 2016 e também apresenta uma pioneira entre as histórias de princesas da franquia. Elena de Avalor é a primeira princesa latina da *Disney*, sendo considerada uma jovem corajosa e que valoriza a família. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/cultura/1422573848_649795.html. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁴² Disponível em: <https://www.disneyplus.com>. Acesso em: 30 jun. 2023.

	<p>arqueira e não apresentar interesses amorosos ao longo da animação.</p> <p>A personagem é conhecida por sua bravura e por apresentar comportamentos impulsivos.</p>	<p>impulsividade para o pontapé inicial da <i>hashtag</i> local.</p> <p>Atualmente, com 22 anos, ela é autodeclarada branca, bissexual e possui ensino superior incompleto, fazendo uso diário de sites de redes sociais como o <i>Instagram</i>, <i>X/Twitter</i>, <i>WhatsApp</i> e <i>YouTube</i>.</p>
<p>Figura 12 - Elena</p>  <p>Fonte: <i>Disney+</i></p>	<p>Elena é descendente do trono do reino de Avalor. A personagem é muito apegada às tradições e luta para se tornar uma rainha corajosa e generosa, com a ajuda de sua família e amigos.</p>	<p>Assim como Elena, a mobilizadora 2 relatou durante a entrevista sua relação com a sua família e o seu processo corajoso de reelaboração da violência sofrida após a participação na <i>#ExposedCG</i>.</p> <p>Atualmente, com 23 anos, ela é autodeclarada branca, bissexual e possui ensino superior completo, fazendo uso diário de sites de redes sociais como o <i>Instagram</i>, <i>WhatsApp</i> e o <i>X/Twitter</i>.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ainda mencionar que o questionário das entrevistas foi desenvolvido a partir de uma base epistemológica feminista e com base no referencial teórico utilizado nesta pesquisa (GONZALEZ, 2022; LUGONES, 2019; CARNEIRO, 2019; hooks, 2019; AKOTIRENE, 2019; COLLINS, BILGE, 2021; SAFFIOTI, 2011; BIROLI, 2014; ARAÚJO, 2018; BOGADO, 2018; COSTA, 2018; BANDEIRA, 2019). As perguntas foram divididas em dois blocos centrais: (a) ativismo e a *#ExposedCG* e (b) estratégias comunicativas, podendo ser conferidas no Apêndice 2.

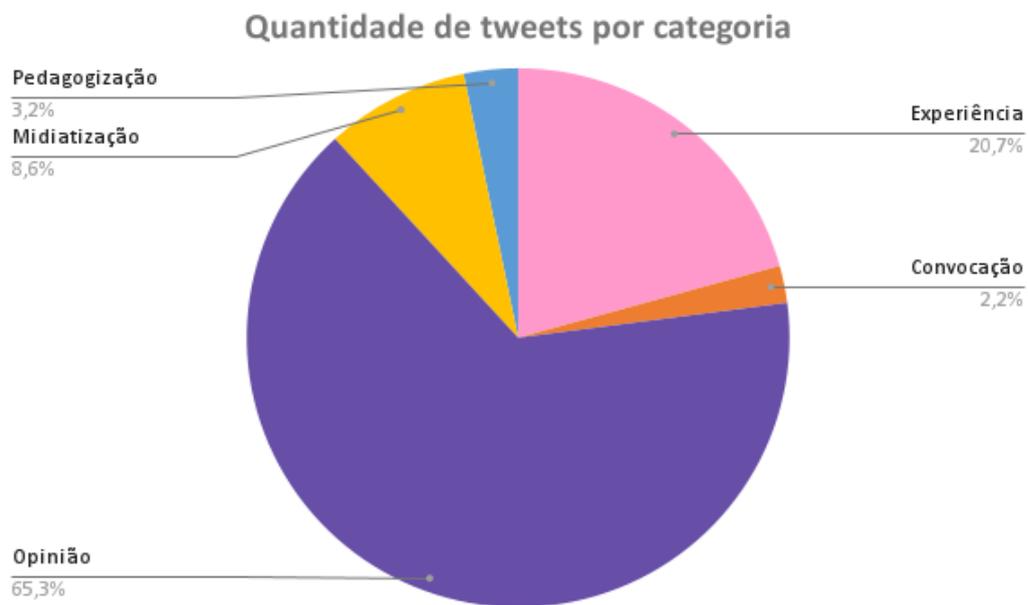
Partindo disso, o tópico a seguir se dedica a análise dos dados e inferências sobre as estratégias político-comunicativas empregadas na *#ExposedCG*.

3.1 Mapeando o cenário: dados e inferências sobre os *tweets* indexados à *#ExposedCG*

A seguir, apresentaremos os dados quantitativos e qualitativos produzidos a partir da análise de 1.705 *tweets* indexados à *#ExposedCG* nos dias 1º e 2 de junho de 2020, que concentram a maior parte do material coletado. Além da categorização do conteúdo, o levantamento apresenta uma discriminação do conteúdo textual e visual, o uso de recursos extras como comentários e *retweets*, o nome do usuário ou usuária e a data da publicação (ver Apêndice 1).

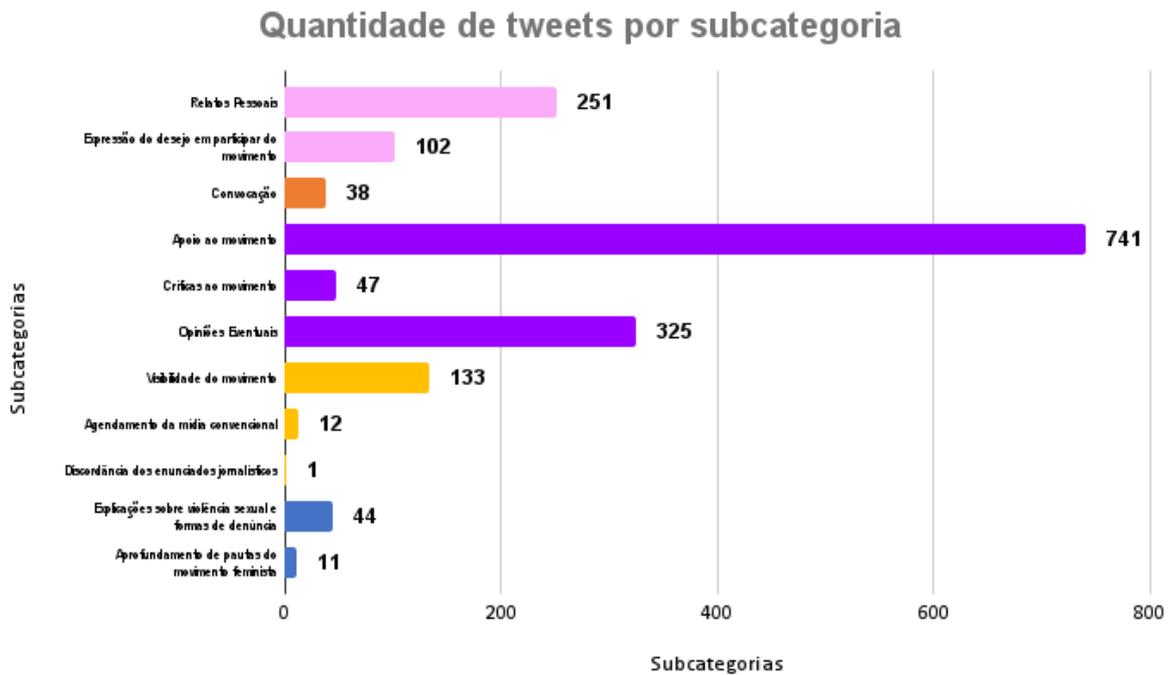
Ao todo, reunimos 1.113 *tweets* na categoria Opinião (65,3%), 353 *tweets* na categoria Experiência (20,7%), 146 *tweets* na categoria Mídiaatização (8,6%), 55 *tweets* na categoria Pedagogização (3,2%) e 38 *tweets* na categoria Convocação (2,2%). Veja abaixo o detalhamento das subcategorias:

Figura 13 - Quantidade de *tweets* por categoria



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 14 - Quantidade de *tweets* por subcategoria



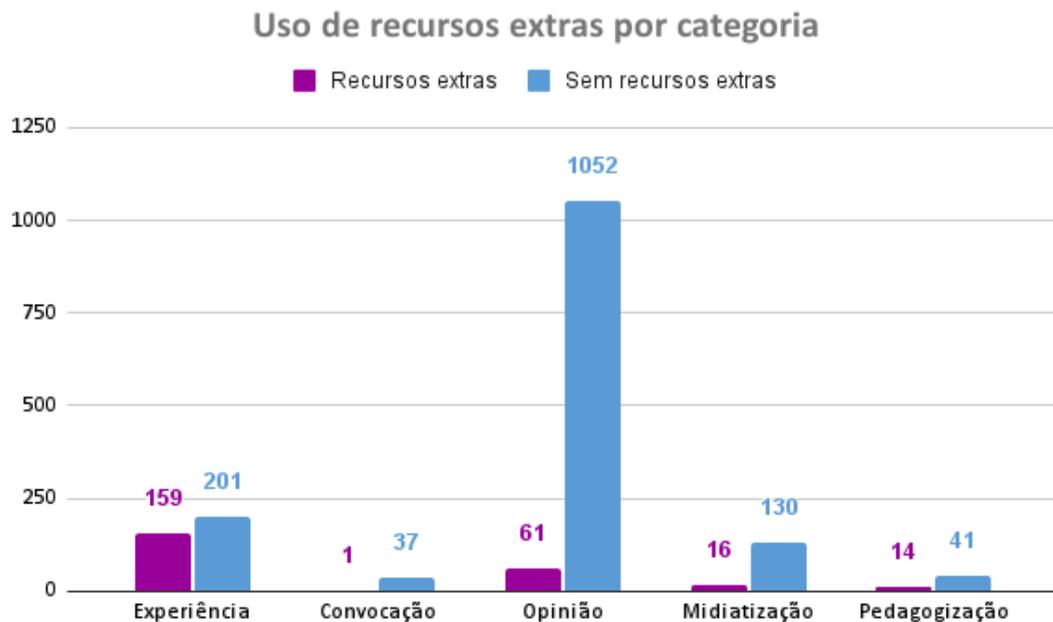
Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria Opinião, por meio das subcategorias “Apoio ao Movimento” e “Opiniões Eventuais”, reúne cerca de 62,52% do total de *tweets* analisados neste período, refletindo a facilidade em que as pessoas têm de se engajar de uma causa de forma on-line, com baixos custos, como é o caso de um comentário opinativo que demonstre apoio (ou não) a uma luta, algo que reforça o argumento de Merida a respeito da adesão às mobilizações em sites de redes sociais:

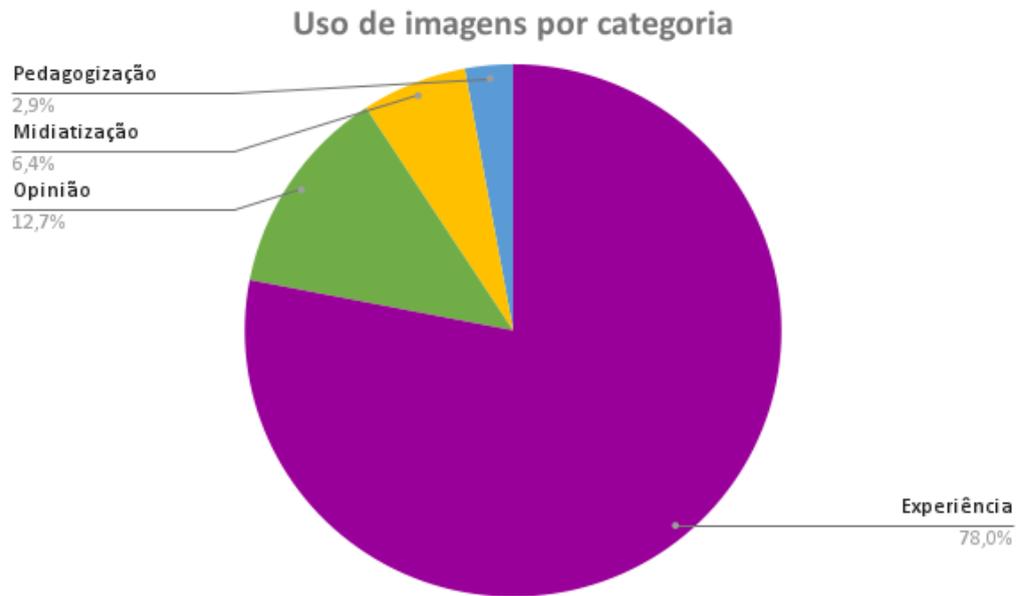
Felizmente ou infelizmente, você fala o que bem quiser na internet. Então, você pode entrar e sair de um assunto quando você quiser, você pode participar e sair, nunca mais falar de outras coisas em específico. Então, na internet, muitas pessoas que não são tão politizadas assim, no sentido de estarem organizadas politicamente, podem também falar sobre política e é por isso que se espalha muito mais fácil, porque se você propõe uma conversa presencialmente a respeito de um assunto político, a adesão é sempre muito pequena, isso na experiência de movimento estudantil e movimento sindical. A adesão presencial é sempre muito menor que a adesão na internet, por N questões, porque você pode participar de onde você quiser, no momento que você quiser e blá, blá, blá. Então, eu acho que a adesão na internet funciona muito melhor por pessoas que não necessariamente estão envolvidas em contexto político muito intenso e muito organizado. E é por isso que algumas coisas, alguns movimentos, alguns assuntos e a *hashtag* do *Exposed* explodiram tão rápido (MERIDA, 2023).

Além disso, também identificamos um maior uso de recursos extras na categoria “Experiência”, tendo em vista que 63,34% dos *tweets* com imagens, comentários e *retweets* foram enquadrados nas subcategorias “Relatos Pessoais” e “Expressão do desejo em participar do movimento” (Figura 15). Entretanto, a categoria se destaca principalmente pela quantidade de imagens, com um total de 135 (78%) publicações com o uso de *printscreens* de relatos escritos, de conversas em outras plataformas como o *WhatsApp* ou das redes sociais dos supostos agressores. Ainda desses 135 *tweets*, cerca de 103 publicações utilizam a captura de tela do bloco de notas do celular (Figura 16).

Figura 15 - Uso de recursos extras como imagens, comentários e *retweets* por categoria



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 16 - Uso de imagens por categoria

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo com a análise, também verificamos a frequência de publicações pelas usuárias. Curiosamente, entre as contas com o maior número de postagens entre os dias 1º e 2 de junho, quatro são de mulheres e uma é de um homem, sendo que uma delas é a responsável pelo pontapé inicial da mobilização, com 50 publicações, seguida de uma usuária altamente engajada nas categorias de Convocação e Opinião, com 26 *tweets*. A terceira colocada apresenta 14 publicações, sobretudo na categoria Experiência. Na sequência, o único usuário do gênero masculino entre os cinco mais engajados dispõe de 12 publicações, alternando entre opiniões de apoio ao movimento, *tweets* com intuito pedagógico, compartilhamento de notícias da mídia convencional e convocações para a adesão de novas participantes. Por fim, a quinta usuária também se coloca em 10 *tweets*, distribuídos nas categorias Convocação e Opinião. Vale ressaltar que optamos por não divulgar o *user* dos perfis visando garantir à proteção à imagem e à integridade física desses mobilizadores.

Desse modo, nos próximos itens, nos dedicamos a analisar as nossas cinco categorias, compondo um paralelo entre os dados coletados e o universo teórico desta pesquisa, apresentado nos capítulos 1 e 2, complementando com as informações adquiridas por meio das entrevistas semiestruturadas em profundidade.

3.1.1 Convocação

A categoria Convocação (Figura 17) é a que possui o menor número de *tweets* indexados à *hashtag* no período analisado, correspondendo a 38 publicações. A palavra “denuncie” aparece 15 vezes, a expressão “não se cale” é repetida outras quatro vezes, assim como a palavra “exponham”, que é indicada em outras três publicações. No geral, essa categoria se vale principalmente de chamadas de ação, um conceito advindo do marketing no qual é possível notar a presença de um verbo imperativo que indica uma instrução ao público, criada para provocar uma resposta imediata, como é o caso desse convite para outras mulheres aderirem ao movimento.

Esse ponto foi elencado por Merida em uma das entrevistas realizadas para compreensão das estratégias comunicativas utilizadas pela mobilização: “eu só publiquei e as coisas aconteceram, mas eu vi outras meninas postando, postava a *hashtag* e falava ‘vamos gente, compartilha, compartilha, compartilha, a gente não pode ficar calada’, assim, umas palavras de ordem, a solicitação mesmo para que as pessoas compartilhassem” (MERIDA, 2023).

Figura 17 - Materiais vinculados à categoria Convocação



Fonte: X/Twitter (2020).

3.1.2 Opinião

A segunda categoria elencada nesta dissertação refere-se aos *tweets* com caráter opinativo. Visualizamos que 741 das 1.113 publicações enquadradas na categoria Opinião referem-se a apoio ao movimento, 47 a críticas ao movimento e 325 apresentam-se de forma eventual, sem nada contra ou à favor do movimento. No caso das postagens em que encontramos apoio para as relatoras, foi possível visualizar a repetição de frases como “uma por todas e todas por uma”, “você não está sozinha”, “força”, “estamos juntas” e “se eu sou amiga do seu abusador, me avise” (Figura 18).

Figura 18- Materiais vinculados à subcategoria “Apoio ao Movimento”



Fonte: X/Twitter (2020).

Para Elena, uma das mobilizadoras entrevistadas, a conexão entre mulheres que já passaram por situações de violência foi um dos fatores que aumentou a adesão de vítimas de abuso e assédio sexual na *hashtag*:

Eu acho que quando uma mulher fala “aconteceu isso também comigo e ele também fez isso” e daí vem outra e fala a mesma coisa, e daí vem outra e fala... Porque eu lembro que eu percebi que na época eram diversos casos, mas casos parecidos. Acontecia a agressão verbal, física, psicológica, sexual, e depois as mulheres eram que nem esponjas, pegavam a culpa para elas. Quando vem outras mulheres relatando a mesma coisa, um monte de mulheres falando “aconteceu isso também comigo e eu peguei a culpa para mim”, “eu também achei que era culpada”, “eu tentei resolver e não consegui”, eu acho que isso foi o que me deu força e eu acho que foi o que deu força para outras meninas também, de ir atrás, de denunciar, saber que aconteceu com outras pessoas também e que não estavam sozinhas (ELENA, 2023).

A participante, que sofreu um caso de violência física, teve contato com a *hashtag* a partir do *X/Twitter*, após um amigo ter sido exposto por outra mulher. Nesse sentido, recapitulamos aqui o nosso referencial teórico que aponta a necessidade de um grau mínimo de empatia para gerar uma mobilização, seja pela partilha de uma dor ou pela apreciação da solidariedade, como força e potência política.

Quando eu conversei com ela e que eu soube dos detalhes, pareceu que eu estava sendo amiga de um monstro, que ele parecia a pior pessoa, parecia que ele era a mesma pessoa, parecia que era o meu agressor. Então, eu acho que a empatia é sobre você se colocar no lugar da pessoa, é você entender, tanto que depois eu não falei mais com a pessoa, eu cortei contato completamente. Entender o lado da outra faz você... Eu não sei explicar como eu me senti, mas eu senti que aquele meu amigo era o meu agressor (ELENA, 2023)

Em complementaridade, Merida aponta que: “eu vi que tem pessoas que foram muito impactadas por isso, no sentido de lidar com os traumas delas, e eu fui mais impactada no sentido mais político” (MERIDA, 2023). Conforme elenca o nosso referencial teórico, trata-se de uma ligação na qual sujeitos conectados possuem interações empáticas, ainda que estejam dispersos geográfica e temporalmente (GERMANO *et. al.*, 2019, p. 504) e, são campanhas como essas, que incitam uma atitude de empatia e solidariedade, que marcam os ativismos contemporâneos construídos no âmbito das *hashtags*, mesmo que essas usuárias não se reconheçam como ativistas e independentemente de suas filiações (ou não) a organizações e coletivos formalmente constituídos.

Entretanto, nem tudo são flores, muito menos em uma mobilização repleta de tensões e embates entre os envolvidos. Somente em 31 das 741 postagens analisadas que integram a subcategoria de apoio à *hashtag*, é possível identificar a presença visível de marcadores do gênero masculino, a partir da utilização de pronomes ou da flexão de gênero por meio da

linguagem. Nesse sentido, Merida problematiza a participação masculina durante o movimento:

Eu vi muitos homens prestando apoio no sentido de compartilhar, de dar palavras de sensibilidade ou então eu vi várias publicações meio padronizadas do tipo “se eu sou amigo do seu abusador, me deixe saber ou me fale” e coisas assim, mas do fundo do meu coração, eu não acredito muito no que eles estão falando, de algumas experiências pessoais, de ver essas mesmas pessoas que estavam prestando apoio ainda assim acompanhados e rodeados de pessoas que tinham sido expostas. Eu acho que foi um discurso um pouco hipócrita. Mas no geral, naquele momento, eles prestaram apoio compartilhando e mostrando apoio com palavras (MERIDA, 2023).

Paralelamente, visualizamos a repetição de palavras como “mentira”, “invenção”, “boato”, “calúnia” e “difamação” nas publicações pertencentes à subcategoria “Críticas ao Movimento” (Figura 19), algo que se repete em 34,1% das matérias jornalísticas levantadas anteriormente (ver imagem 7). No caso de um dos exemplos dispostos abaixo, a publicação indexada à *hashtag* distorce e propõe uma narrativa equivocada de que mulheres praticam mais casos de violência doméstica do que homens, minimizando os altos índices de feminicídio no estado e no país. Ainda que não seja possível associar a publicações desta categoria a autores do gênero masculino, entende-se a sua ligação com processos de calúnia e difamação decorrentes da exposição de fotos, nomes e outras informações que permitem à identificação dos envolvidos nas publicações indexadas à *hashtag* e que, de certa forma, revitimizam as relatoras.

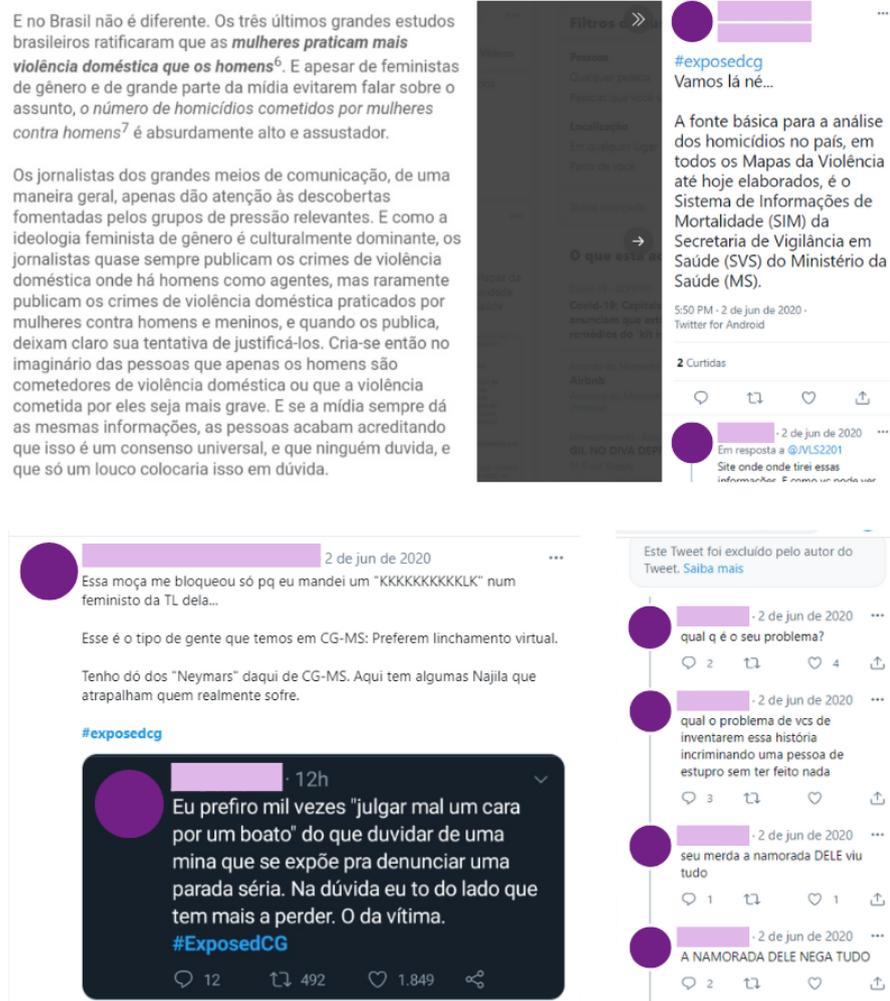
Ademais, vale mencionar que apenas uma dessas críticas refere-se à ausência de representatividade da comunidade LGBTQIAPN+⁴³, algo constatado também nas próprias palavras de Merida e Elena a respeito da mobilização:

Eu nunca falei que o *Exposed* era só para mulheres, mas como é um reflexo da sociedade, a maioria esmagadora de pessoas abusadas eram mulheres, mas existiram casos de homens que também mandaram relatos de abuso sexual, existiram casos de mulheres que mandaram relatos de abuso sexual sofridos por outras mulheres. Então, não era assim necessariamente abusos sexuais em um contexto de homem abusando uma mulher, qualquer pessoa poderia mandar, mas essa realidade é mais latente (MERIDA, 2023).

Eu acho que a *hashtag* não tem o intuito de só ajudar as mulheres, eu acho que as mulheres sofrem mais na sociedade, mais abusos, mais violências física, psicológica, de relacionamento, de tudo, mais preconceito. Então, eu acho que predominou mulheres falando justamente por causa disso (ELENA, 2023).

⁴³ A sigla LGBTQIAPN+ abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais, de forma a aderir todas as pessoas não-cis que não se consideram trans e todas as outras orientações que não são hétero. Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Figura 19 - Materiais vinculados à subcategoria “Críticas ao Movimento”



Fonte: X/Twitter (2020).

3.1.3 Experiência

Em relação a categoria Experiência, das 353 publicações, cerca de 251 referem-se a relatos pessoais (Figura 20) e outras 102 indicam o desejo de participar do movimento (Figura 21), geralmente escritas com alto teor narrativo e com riqueza de detalhes. Deste total, 41 *tweets* foram publicados por apenas uma usuária - Merida -, em nome de mulheres e homens que desejavam participar da *hashtag* de forma anônima, assim como ocorreu na *#EuEmpregadaDoméstica* descrita no capítulo anterior.

Estava tendo o *exposed* de várias cidades e de Campo Grande não. E eu pensei “gente, se fizer aqui em Campo Grande, vai ser uma loucura, né?!”, não só por ter a experiência empírica de viver em Campo Grande e saber a gravidade que é a violência contra a mulher na minha pele e nas peles de quem eu conheço, mas Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tinha na época, não sei se tem ainda, um dos maiores índices de violência contra a mulher do Brasil e não à toa que a primeira Casa da Mulher foi instalada em Campo Grande por conta da demanda, enfim... Sabia que se tivesse um *#ExposedCG*, a repercussão seria grande. Ai eu decidi postar de uma vez após dois relatos muito próximos de duas amigas minhas que tinham sido abusadas sexualmente e as duas vieram conversar comigo (MERIDA, 2023).

Figura 20 - Materiais vinculados à subcategoria “Relatos Pessoais”

The figure displays three tweets from the #ExposedCG hashtag, each with a purple profile picture and a pink name. The tweets are as follows:

- Tweet 1:** "Eu nem sei o nome do cara que tirou a minha roupa enquanto eu dormia e veio pra cima de mim e começou a me beijar e passar a mão. Ainda bem que acordei, todos sabemos o fim que ia levar se eu n tivesse acordado. Sei que ele fez espm e não nasceu aqui no MS [#exposedcg](#) +
12:11 PM - 2 de jun de 2020 - Twitter for iPhone"
- Tweet 2:** "Eu não sou de CG, me mudei pra cá com 13 anos, e comecei a passar por constrangimentos machistas e assédios q nunca imaginei passar.. só me senti a vontade de voltar a mostrar as pernas e usar decote depois q comecei a namorar (meu atual marido). [#exposedcg](#)
1:46 AM - 2 de jun de 2020 - Twitter Web App"
- Tweet 3:** "Fui assediada meses por um professor, todos achavam graça, e eu me sentia constrangida mas o medo e a sensação de ser culpada era tão grande, que deixei pra lá, hoje, depois de tudo isso os meninos da minha antiga sala e que presenciaram tudo isso, vieram pedir desculp [#exposedcg](#)
2:14 AM - 2 de jun de 2020 - Twitter for iPhone"

On the right side, there is a light blue box containing a summary of the tweets:

Meu primeiro contado com abuso eu tinha 10 anos quando eu percebi oq estava acontecendo mas creio que aquilo n era de hj. Fui abusada pelo meu avô por 1 ano (como eu disse quando eu percebi que estava sendo abusada) Meu segundo contato fui assediada pelo meu treinador de hipismo Meu terceiro contato foi um amigo meu em uma festa que ficou me forçando a beijar ele (até que umas meninas da festa viram e me tiraram de lá)

Detalhe não deu nd pra ninguém

Fonte: *X/Twitter* (2020).

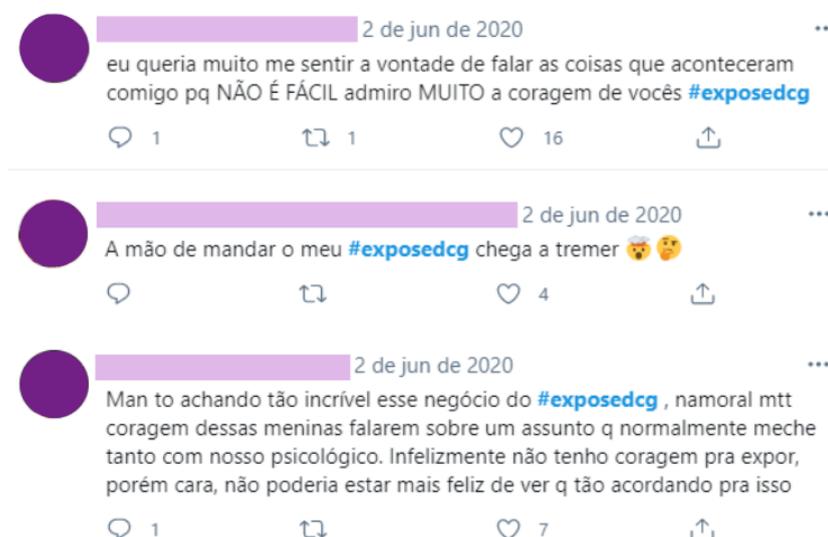
Quando a perguntamos a respeito de suas motivações, foi possível perceber o papel dos marcos emocionais, principalmente da raiva, como fator desencadeador da criação da *hashtag* no âmbito local e, sobretudo, como pontapé inicial para uma mobilização que chamasse a atenção sobre injustiças e insatisfações sociais de jovens mulheres a respeito da cultura do estupro. O sentimento, que já havia sido retratado como incitador da ação conforme elenca Manuel Castells (2013) e Katarini Miguel (2015), está presente também na fala de Merida:

Em Campo Grande, eu estava inserida em um contexto de classe média alta. Nesse contexto de pessoas que têm um dinheiro, que têm um certo poder e uma certa influência em Campo Grande, eu sempre vi essas pessoas fazendo todas as piores coisas possíveis e não sendo responsabilizadas por nada que elas faziam e foram pessoas que cresceram sem consequências. Sem consequências de nada. E aí, eu já tinha essa raiva, porque eu já via acontecendo o tempo inteiro e essas pessoas vivendo a vida normal, sem as pessoas saberem. Não tem aquela frase lá, tipo, “por que toda mulher conhece outra mulher que foi estuprada, mas nenhum homem conhece um estuprador?”. E aí, eu falei “não, gente. Tá bom, se vocês querem passar pano para as pessoas, pelo menos que todo mundo saiba que vocês estão passando pano para essas pessoas”, porque, assim eu não sou nenhum poder jurídico, então não teria como eu fazer essas pessoas pagarem pelo o que elas fizeram. Eu queria que essas pessoas fossem expostas pelo o que elas fizeram. Era esse contexto que eu tinha raiva de que as coisas aconteciam e todo mundo fingia que não acontecia, tudo era acobertado, e me sensibilizei muito pela minha amiga, porque eu fiquei muito mal com o que tinha acontecido com ela de fato, e fora a minha posição de ser mais combativa e fazer as coisas. Eu fui um pouco, bastante impulsiva na hora de fazer a *hashtag*. Eu não tinha a menor ideia do que ia virar e foi então, a maneira que eu, *Merida*, de 19 anos, consegui lidar com os meus sentimentos naquele momento e assim eu não me arrependo, mas eu teria feito bastante diferente se eu tivesse a minha cabeça de hoje em dia (MERIDA, 2023).

Apesar da intensa participação na *hashtag*, a intenção de Merida era apenas lançar a *#ExposedCG* para que outras mulheres pudessem compartilhar de seus próprios perfis pessoais. Mas a mobilizadora esbarrou justamente na complexa articulação entre questões de natureza social, física e psicológica que regem a perspectiva comunicacional do local de fala descrita por Braga. Como o ato de denúncia de casos de violência sexual está vinculado a descredibilização e culpabilização das relatoras, além de sentimentos como medo de represálias e vergonha, as mobilizações que fazem uso do anonimato acabam por chamar mais a atenção dessas relatoras, reforçando também um dos aspectos dessas mobilizações apontado por Castells (2013): a espontaneidade.

A minha intenção inicial era só lançar a *hashtag* para as próprias pessoas usarem, mas como é um assunto delicado, muitas pessoas usaram a *hashtag* em seus próprios perfis e também deram muita repercussão, mas a maioria não queria colocar o rosto para fazer uma denúncia dessas. Então, da noite para o dia, foram criados inúmeros perfis que eram chamados de *Exposed CG* e não eram controlados por mim, eu não faço a menor ideia de quem estava por trás, de quem estava postando, eu não tenho ideia de nada, mas inúmeros perfis desses foram criados, alguns conseguiram mais de 10 mil seguidores da noite para o dia de tanto que estava assim inflamado, de tanto que as pessoas queriam saber e foram postando, postando, postando. No meu perfil mesmo, foram menos de 100 que eu postei, mas eu recebi mais de 400, quase 500 assim, mas que eu postei foram menos de 100 por conta da recomendação da minha advogada e eu parei, mas continuou e aqueles outros perfis continuaram, as pessoas continuaram e foi virando uma coisa que não mais a *Merida* está fazendo isso, era uma coisa mais orgânica. Então eu parei de postar e as pessoas continuaram usando, mas a minha intenção era só lançar a *hashtag* para que as pessoas usassem e eu postei no nome da minha amiga, porque eu também queria que alguma coisa fosse feita a respeito do que tinha acontecido com ela (MERIDA, 2023).

Figura 21 - Materiais vinculados à subcategoria “Expressão do desejo em participar do movimento”



Fonte: *X/Twitter* (2020).

Isso porque, conforme aponta Júlia Pessôa Vargas, a formação dessas redes que compartilham experiências e medos não só encoraja mulheres a relatarem uma violência, mas também estabelece coletivamente a possibilidade de construir culturas de resistência (VARGES, 2022, p. 13). Tendo em vista essa construção, a narrativa central para o ativismo de *hashtag* consiste na criação de histórias de forma coletiva e que facilmente poderão ser reconhecidas pelo público, em que a adesão gera “uma ‘performance narrativa pública’ na qual o importante não é quem fala, mas o que se fala” (BELIN; RIZZOTTO; SARAIVA, 2021, p. 4).

Segundo Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 18), as narrativas “são estruturas que preenchem de sentido a experiência e instituem significação à vida humana”. Isso porque elas não são apenas representações da realidade, mas sim uma forma de organização das ações sociais em função de estratégias culturais e comunicativas de um determinado contexto. Sendo assim, “a narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis” (MOTTA, 2013, p. 71). E da mesma forma que percebemos durante a mobilização da *#ExposedCG*, a comunicação narrativa pressupõe um grau mínimo de empatia e um universo compartilhado entre os interlocutores e as interlocutoras.

Nesse sentido, a partir das narrações, os sujeitos e sujeitas interpretam os acontecimentos e as posições de poder e de forças. Esses discursos são construídos por meio de estratégias comunicativas, que recorrem a operações e modos linguísticos e extralinguísticos como forma de alcançar os objetivos pretendidos. “A organização narrativa do discurso, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória: realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados)” (MOTTA, 2013, p. 82).

Isto é, mesmo que não intencionalmente, as mobilizadoras utilizaram-se de estratégias comunicativas, de modo a aumentar o engajamento ativista na *hashtag*. Uma delas seria, portanto, a narrativização dos acontecimentos, percebida nos relatos pessoais pela identificação do conflito, a riqueza de detalhes e, até mesmo, a performatização dos acontecimentos a partir da apresentação de personagens com papéis bem definidos entre vítimas e vilões.

Dessa forma, assim como Vera Sirlei Martins (2019, p. 39), percebe-se que essas mulheres utilizam os sites de redes sociais como forma de reelaboração acerca de seus entendimentos sobre os acontecimentos que lhes afetaram. Como a autora coloca, “suas narrativas, ao recuperar histórias, dão novos nomes aos acontecimentos e experiências das mulheres, e com isso novos lugares e papéis para as pessoas de suas relações” (MARTINS, 2019, p. 40).

Seguindo com a análise, a mobilizadora Merida aponta outros quatro aspectos que, na sua visão, fizeram parte dos relatos pessoais indexados à *#ExposedCG*: o medo, a culpabilização, o sentimento de impunidade e a indisposição para seguir com o processo formal de denúncia.

Elas majoritariamente começavam o texto implorando para que eu não falasse quem elas eram, tipo “por favor, não poste meu nome”, um medo muito grande pela identificação; os relatos eram sempre muito ricos em detalhes, então claramente eram relatos que eram traumáticos mesmo, porque as pessoas lembravam exatamente o que tinha acontecido, alguns não lembravam tão bem quando contavam coisas mais longínquas, tipo coisas de infância e tals, mas os relatos recentes eram todos muito ricos em detalhes e eu acho que isso foi uma das coisas que chocou muito as pessoas, porque quando a gente fala de qualquer violência sexual, a gente tem sempre a medir muito as palavras, falar muito por cima porque é um assunto muito delicado, mas eu sinto que quando é um relato que vem da pessoa que passou por isso e não há essa peneira das palavras e fala exatamente o que aconteceu, existe um choque e eu sinto que muitas pessoas disseram detalhes muito sórdidos do processo delas; muitas também relataram que nunca tinham falado disso com ninguém, escreveram pela primeira vez sobre isso; que mais? Muitas também pontuavam que a pessoa, o agressor ou abusador delas, sabia o que tinha feito ou então que elas tinham tido algum tipo de contato com eles e eles não tinham sido responsabilizados por isso ou então que não tinham acreditado nelas. Então, é um padrão que a gente já conhece, né? A mulher é culpabilizada, então eram pessoas

que eram culpabilizadas, que tinham medo da identificação, das consequências que a própria violência poderia gerar para elas novamente. A maioria não queria envolver a polícia, eu mandei mensagem para mais de 400 pessoas e eu acho que no final eram umas 50, no máximo, que foi para essa reunião da assessoria [jurídica], então a maioria não queria envolver a polícia por N motivos, por achar que é ineficaz, por não querer ter que passar por aquele processo de falar para estranhos, enfim todo aquele processo horrível que é de denunciar um abuso sexual (MERIDA 2023).

Ainda a respeito da inibição da denúncia formal, a mobilizadora Elena complementa que “o *#ExposedCG* me deu essa coragem, de ir até lá, de procurar ajuda, mas a própria Casa da Mulher, em Campo Grande, me tirou essa coragem e eu acabei voltando atrás, eu acabei indo para casa e não fazendo o B.O.” (ELENA, 2023). Isso porque, mesmo dentro de uma delegacia especializada no atendimento à mulher, a relatora sentiu-se desmoralizada e expôs sua descrença no sistema judicial e nas autoridades.

Foi por causa de tantas mulheres expondo que eu resolvi expor, que eu entendi que muitas das coisas que aconteceram comigo, eu não tinha culpa. Foi por causa disso, dessa união de várias mulheres, eu entendendo e lendo o caso de cada uma, que eu percebi dentro de mim “poxa vida”. Na verdade, eu sofri abusos com vários relacionamentos, mas um deles eu tentava lutar contra, falar sobre, expor sobre, mas eu tinha muito medo de ir em delegacia, esse tipo de coisa, e depois que teve o *Exposed CG*, que muitas pessoas começaram a falar, eu me senti confortável para poder falar sobre o meu caso. Antes parecia que eu batia sozinha na parede, parecia que eu estava gritando com a parede e ali, naquela época, eu me senti ouvida (ELENA, 2023).

Cabe então pensarmos, assim como pontua Vera Sirlei Martins (2019, p. 33), se o silêncio dessas mulheres deve-se à impossibilidade de fala ou se é resultado dos procedimentos de escuta. Marcia Tiburi (2020, p. 56) também faz reflexões sobre o lugar de escuta, considerado um desejo político que surge no lugar de fala. Isso porque a problematização da escuta, conforme a autora, perturba a hegemonia de fala, pertencente a um sistema social com privilégios de raça, gênero, sexualidade, idade e classe social. À vista disso, as campanhas ativistas por *hashtag* apresentam um grande potencial, justamente pelo deslocamento da escuta para espaços mais horizontalizados, ainda que estejam imbricados pela lógica algorítmica dos sites de redes sociais.

3.1.4 Mdiatização

A quarta categoria analisada refere-se a forma em que determinadas causas são propagadas e se tornam públicas por meio da mídia. Neste caso, a maioria dos *tweets* vinculados a categoria Mdiatização remetem à “Visibilidade do Movimento” (Figura 22),

subcategoria associada a comentários em relação ao posicionamento da *hashtag* nos *Trending Topics* do *X/Twitter*. Quanto a isso, para uma das mobilizadoras entrevistadas, a viralização da *hashtag* deveu-se, sobretudo, ao momento da primeira publicação, uma sexta-feira à noite de pandemia⁴⁴.

O *Exposed* não era nada planejado, inclusive não foi e por não ter sido planejado foi um caos. Não foi nada planejado, o *timing* não foi planejado, mas quando eu olho para trás, eu fiz a postagem numa sexta-feira de pandemia, era o auge da pandemia. Numa sexta-feira de pandemia todo mundo estava em casa, porque as únicas coisas que as pessoas faziam eram trabalhar ou ficar em casa, em tese. Foi um dia em que estava todo mundo na internet, explodiu de uma maneira assustadora porque todo mundo estava falando sobre aquilo, porque não tinha mais nada para fazer, nem para falar. Então, acho que se fosse uma *hashtag* de hoje em dia, com cada um vivendo sua vida normalmente de novo, não teria o impacto que teve. Já teve outras *hashtags* que teve o mesmo teor e foram bem sucedidas, mas eram sempre *hashtags* maiores. Essa como foi uma *hashtag* com um marcador de local específico, que era uma cidade, Campo Grande, ter a repercussão que teve, acho que foi 100% influenciado pelo *timing* de ser numa sexta-feira, num fim de semana de uma pandemia (MERIDA, 2023).

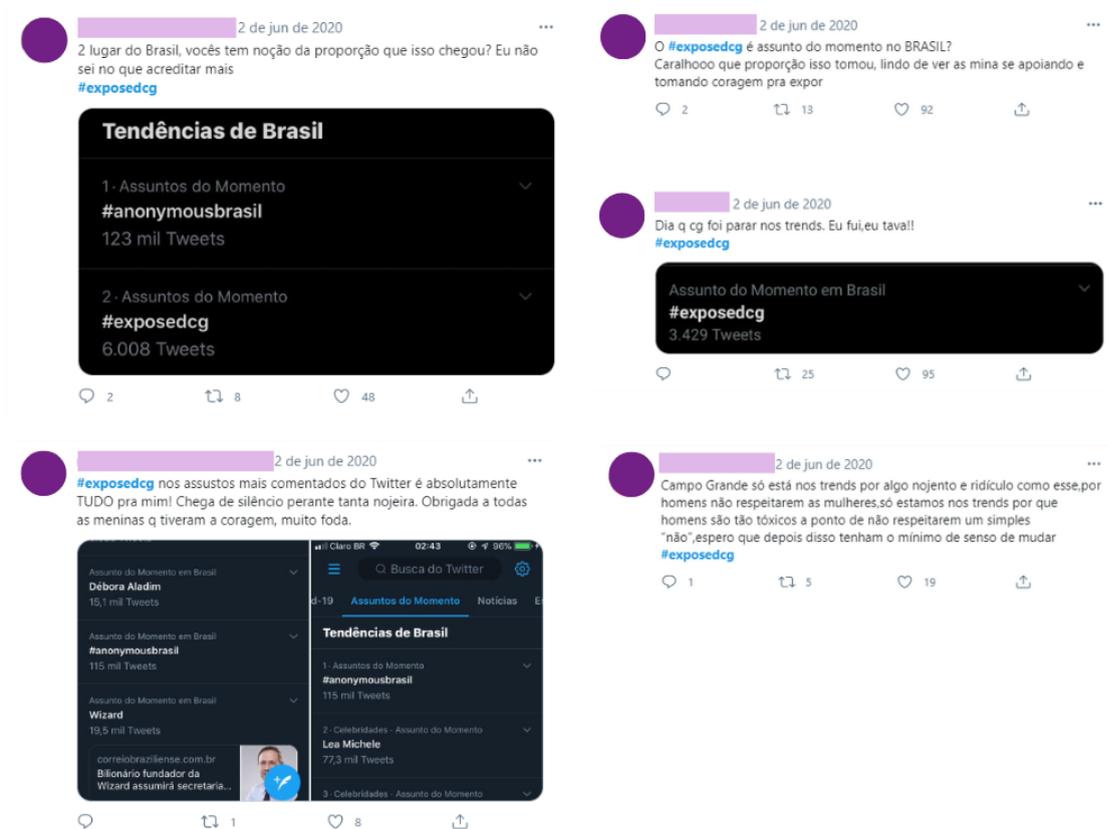
Além do espaço geográfico e temporal bem delimitados, conforme apresentado anteriormente, a *hashtag* alcançou o *Trending Topics* da plataforma em um momento acalorado de debates em relação ao movimento Vidas Negras Importam (*#BlackLivesMatter*) e a divulgação de dados sigilosos do ex-presidente (*#AnonymousBrasil*).

Eu lembro que quando eu postei e fui olhar meu feed tinha, tipo assim, 10 milhões de *hashtags* diferentes, sabe? Eu lembro que eu pensei “nossa, ninguém vai nem olhar o que eu postei” porque tinha acabado de acontecer a situação do George Floyd e tals. E eu fiquei tipo “Meu Deus, muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo”. Talvez tenha sim o contexto político e essa inflamação política das pessoas estarem mais sensibilizadas também com a pandemia. Enfim, era um momento muito sensível e as pessoas levaram mais a sério ou tiveram um outro olhar por conta dessa sensibilidade que estava generalizada (MERIDA, 2023).

Conseqüentemente, no período analisado, foram levantadas 133 postagens com este teor, 12 a respeito do agendamento da mídia convencional (Figura 23) e apenas uma em discordância dos enunciados jornalísticos (Figura 24). Aqui ressaltamos o choque e o orgulho dos participantes ao tuitar a respeito do destaque da *hashtag*, reconhecendo a importância da territorialidade quando assuntos locais, de um estado fora do eixo Sul-Sudeste do país, alcançam o cenário nacional.

⁴⁴ Segundo o Boletim Epidemiológico da Covid-19, publicado exatamente no dia 2 de junho de 2020, Mato Grosso do Sul havia registrado até então 1.646 casos confirmados de Covid. Nesse mesmo mês, os municípios passaram a ser obrigados a seguir o Programa Prosseguir do Governo do Estado, que previa medidas restritivas para as cidades de acordo com a escala de contágio da doença. Dentre elas estava o toque de recolher, da zero hora até às 5h. Disponível em: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/boletim-coronavirus-covid-19-79/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Figura 22 - Materiais vinculados à subcategoria “Visibilidade do Movimento”



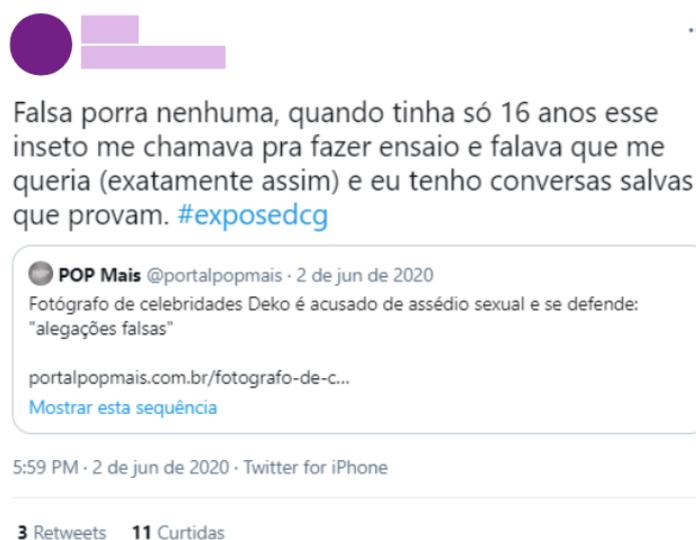
Fonte: X/Twitter (2020).

Figura 23 - Materiais vinculados à subcategoria “Agendamento da mídia convencional”



Fonte: X/Twitter (2020).

Figura 24 - Materiais vinculados à subcategoria “Discordância dos enunciados jornalísticos”



Fonte: *X/Twitter* (2020).

No que tange ao uso dos sites de redes sociais para mobilizações de mulheres, vale também acionar o nosso referencial teórico como apoio para identificação das brechas encontradas frente às mídias convencionais e hegemônicas, com gênero, raça e classe social bem definidos. Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) fazem uma reflexão sobre o papel que o jornalismo tem tido como reprodutor de valores dominantes de um mundo capitalista, patriarcal, ocidental e moderno. Para as autoras, a objetividade jornalística, permeada por um ideário falacioso da neutralidade, reforça a noção de um sujeito universal (homem, branco e heterossexual). “Lutas e reivindicações situadas e específicas têm nas redes uma condição de disputar versões da realidade e de nomear opressões e opressores” (MARTINS, 2019, p. 38). Isto porque, de acordo com Angela Cristina Salgueiro Marques e Ricardo Fabrino Mendonça (2018, p. 42), a prática comunicacional constitui e redefine as sujeitas, suas formas de ocupar as cenas públicas e de agendar suas pautas em veículos de comunicação tradicionais.

Uma das mobilizadoras entrevistadas aponta a importância da cobertura jornalística como forma de expansão deste debate para além do público atingido pelo *X/Twitter*, geralmente mais jovem⁴⁵.

⁴⁵ Uma das escassas pesquisas encontradas sobre os dados demográficos do *X/Twitter* apontam que pessoas entre 18 e 29 anos são substancialmente mais propensas a usar essa plataforma. É importante ressaltar que o site de rede social restringe o uso de usuários com menos de 13 anos. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2021/04/07/social-media-use-in-2021>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O *Twitter* tem um público-alvo e a cobertura da imprensa faz com que leve esse tipo de coisa para pessoas que não utilizam esse tipo de rede social. O jornal local não é só jovens que utilizam o *Twitter* que leem, são pessoas mais velhas, são mulheres mais velhas, casadas, com filhos, que sofrem também. Então, eu achei muito importante a cobertura da imprensa para que pessoas que não estavam no começo da mobilização que aconteceu no *Twitter* terem o sentimento validado, né?! (ELENA, 2023).

Entretanto, problematizamos essa representação feminina no jornalismo, à vista do resultado de pesquisas anteriores realizadas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS e pelo grupo de pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede”, a qual a pesquisadora que vos escreve pertence, como Souza (2018), Jara (2019) e Jara *et. al.* (2022). “O jornalismo é parte estratégica dessa rede de disseminação de ideias, porém, esbarra na contradição de ser parte constituinte de uma sociedade estruturalmente machista, para além das demandas comerciais e mercadológicas do sistema capitalista” (JARA *et. al.*, 2022, p. 8). O silenciamento das vozes de diversos grupos, identificado pela não-representação de mulheres em suas diferentes localidades sociais, remonta a uma desconfiança de algumas mobilizadoras frente ao conteúdo que será publicado pelos veículos de comunicação:

Eu tive muito cuidado e eu só falei só com quem as pessoas que eu confiava, que era daquele coletivo feminista, falaram “*Merida*, essa pessoa é uma pessoa séria, é uma pessoa que não vai distorcer o que você está falando”. Então, eu conversei com dois jornalistas, se não me engano, teve um que é da Revista Badaró⁴⁶ [...] Eles foram incríveis, assim, eu achei que foi uma entrevista, uma reportagem ilustrada, muito legal, e a outra foi, não sei se foi do *Campo Grande News*⁴⁷, alguma dessas de Campo Grande assim, e ela também foi muito responsável. Foi uma mulher, então foi bom (MERIDA, 2023).

Paralelamente às publicações destacadas pela entrevista (Figuras 25 e 26), Merida destaca a dificuldade do jornalismo contestar as estruturas de opressão nas quais as mulheres sul-mato-grossenses participantes da *hashtag* estavam imbricadas e em complexificar os fenômenos estruturais que perpassam a vida cotidiana, tais como machismo e racismo.

Eu lembro que apareceu na televisão naqueles programas sensacionalistas, sabe? Não lembro se foi na Record ou qual a emissora que falou de maneira bem sensacionalista sobre isso, com aquelas músicas de fundo sabe e aparecendo meu *tweet*, *pop-up* do meu *tweet*, e falando coisas, aquela coisa meio Datena assim, que eu achei bem irresponsável, mas também foi divulgado. Então, foi divulgado até nesses confins da imprensa (MERIDA, 2023).

⁴⁶ Disponível em:

<https://www.revistabadaro.com.br/2020/06/07/exposedcg-relatos-de-assedio-estimulam-debate-na-internet/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/meus-pais-estao-orgulhosos-dizpioneira-do-exposedcg>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Figura 25 - Reportagem publicada na *Revista Badaró*



Fonte: Revista Badaró (2020).

Figura 26 - Matéria publicada no ciberjornal *Campo Grande News*

Capital

'Meus pais estão orgulhosos', diz pioneira do #exposedcg

Por Izabela Sanchez | 03/06/2020 16:30



Quem diz que as revoluções não estão nas redes sociais desconhece o #exposed. Em apenas três dias, as milhares de publicações com relatos, por vezes chocantes, de assédio sexual e estupro contra mulheres de todas as idades são o assunto do momento. Em Campo Grande, as quase 20 mil publicações com a tag #exposedcg no Twitter já chegaram à Deam (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher), que investiga o primeiro caso.

Fonte: *Campo Grande News* (2020).

3.1.5 Pedagogização

A última categoria diz respeito ao caráter pedagógico de uma mobilização e é aqui, especialmente, que os movimentos sociais apresentam de forma mais evidente sua busca pela transformação de uma realidade. No caso da *#ExposedCG*, foram levantados 55 *tweets* com esse teor, sendo 44 relacionados a explicações sobre violência sexual e formas de denúncia (Figura 27) e 11 publicações vinculados ao aprofundamento de pautas do movimento feminista (Figura 28), como as questões sobre a autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo, a ausência da educação sexual das escolas, o machismo estrutural e os índices de violência sexual no Brasil.

Para além da divulgação de leis, pesquisas, notícias, cartilhas e telefones importantes, identificamos uma tática do movimento feminista contemporâneo em se incorporar não apenas das vivências pessoais, já trabalhadas anteriormente na categoria Experiência, mas também de outros produtos midiáticos, como séries, filmes, livros e podcasts, com intuito de estimular o interesse por tais debates e ganhar novas adeptas.

Um exemplo foi a indicação da minissérie *Inacreditável*, disponível na plataforma de *streaming* Netflix⁴⁸, inspirada em um acontecimento real e relatado no artigo “Uma História Inacreditável de Estupro”⁴⁹, vencedor do prêmio Pulitzer em 2016. Com oito episódios, a obra retrata a história de uma das vítimas de um estupro em série, que cometeu diversos crimes entre 2008 e 2012 nos Estados Unidos, descredibilizada pela família adotiva e por policiais locais.

Nesse sentido, a precursora da *hashtag* em Campo Grande destaca o papel essencial da internet para popularização dos feminismos e de outras pautas importantes para os movimentos sociais:

Eu acho que hoje em dia, [a internet] é o canal principal para popularizar absolutamente qualquer coisa. Eu comecei a entrar em contato com isso lá por 2015, então era um pouco mais rudimentar do que é hoje em dia. Era mais textos, textos corridos e sei lá, sites de pesquisa mesmo e, hoje em dia, eu acho que é muito mais estranho. Está em todos os lugares, qualquer pessoa fala, qualquer pessoa faz. É tudo muito bonito e colorido, vídeos... Enfim, está muito mais sofisticado hoje em dia, mas eu acho que é o canal mais forte orgânico hoje em dia. Eu acho que é isso, porque o boca a boca funciona muito bem, só que não é tão eficiente que você ter o material no seu celular, por exemplo (MERIDA, 2023).

⁴⁸ Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80153467>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.propublica.org/article/false-rape-accusations-an-unbelievable-story>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Figura 27 - Materiais vinculados à subcategoria “Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia”

motivada pelo #exposedcg, trago com a ajuda de amigas uma thread de COMO IDENTIFICAR E DENUNCIAR ASSÉDIO, ABUSO E OUTRAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS. peço pra que deem RT pra que mais mulheres possam ficar informadas. a denúncia é mais importante que a exposição, tá? denunciem!

10:23 PM · 2 de jun de 2020 · Twitter Web App

229 Retweets 6 Tweets com comentário 329 Curtidas

2 de jun de 2020
Em resposta a @msa_la
ASSÉDIO NÃO É PAQUERA/FLERTE/MENIDA
PAQUERA é quando as pessoas envolvidas estão confortáveis com a troca de charas e estão uma atordoadas ou... ASSÉDIO é não aceitar o "NÃO", grosseria, ofensa, insistência de forma invasiva.

2 de jun de 2020
"Incorar, esfregar a genitália, "moubar beijo", passar a mão/apalpar as partes íntimas ou outro local com alguma conotação sexual, egualar no corpo da mulher é CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, e tem a pena prevista de 01 a 05 anos.
se o beijo for forçado, constitui crime de estupro.

2 de jun de 2020
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, dá cadeia. flagrante ou não: a ação penal é pública, ou seja, a mulher não precisa autorizar o início (nem o final) da investigação e do processo. Não precisa de violência física contra a mulher para caracterizar o crime.

2 de jun de 2020
CANTADAS podem ser consideradas crime: "Proferir palavras vulgares e pejorativas para alguém sem anuidade tende a ser considerado crime de injúria - (art. 140,CP) pena de 1 a 6 meses de detenção e multa.

2 de jun de 2020
Fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudes sem autorização a CRIME previsto no art. 216-B, CP. Pena: 6 meses a 1 ano de detenção, e multa.

2 de jun de 2020
Agor vamos as definições dos crimes onde há violência e/ou grave ameaça:
Estupro: art. 213, CP – constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: 5 a 10 anos de reclusão.

2 de jun de 2020
Se a vítima for menor de 18 anos e maior de 14 anos, pena de 8 a 12 anos de reclusão

2 de jun de 2020
Estupro de vulnerável: art.217-A, CP – ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Pena: 8 a 15 anos de reclusão.

2 de jun de 2020
Estupro coletivo: art 226, IV, CP – mediante concurso de 2 ou mais agentes: a pena do crime será aumentada de 1/3 a 2/3

2 de jun de 2020
Estupro corretivo: art 226, IV, CP – para controlar o comportamento social ou sexual da vítima: a pena do crime será aumentada de 1/3 a 2/3 (cont.)

2 de jun de 2020
[Lei: porque se quer "corrigir" uma característica da vítima, como sua orientação sexual ou identidade de gênero – "você vai virar mulher de verdade"; "você vai conhecer um homem de verdade e aprender a gostar disso"]

2 de jun de 2020
Assédio sexual: art. 214-A, CP – constringer alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena: 1 a 2 anos de detenção.

2 de jun de 2020
Em casos de ESTUPRO, existe a LEI DO MINUTO SEGUINTE:
- Toda vítima de violência sexual tem o direito ao atendimento emergencial, integral, multidisciplinar e gratuito na rede pública de saúde visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos – sem a necessidade

2 de jun de 2020
de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido.
- BASTA A PALAVRA DA VÍTIMA para que o sistema de saúde seja obrigado a dar acolhimento imediato com amparo médico, social e psicológico, além do diagnóstico e do tratamento das lesões físicas

2 de jun de 2020
ou procure a DEAM ou outra delegacia para registrar boletim de ocorrência e, sempre que possível, leve a amiga ou alguém que presenciou o crime, prints de conversas, fotos, vídeos, tudo que identificar o agressor.

Orientações sobre serviços disponíveis:
Início
@naoescaleg.ms.gov.br

2 de jun de 2020
tudo dessa thread foram informações passadas pelo NUDÉM (Núcleo de Defesa da Mulher) do Ministério Público do MS. se informem, não se caíem e denunciem.

[fim da thread]

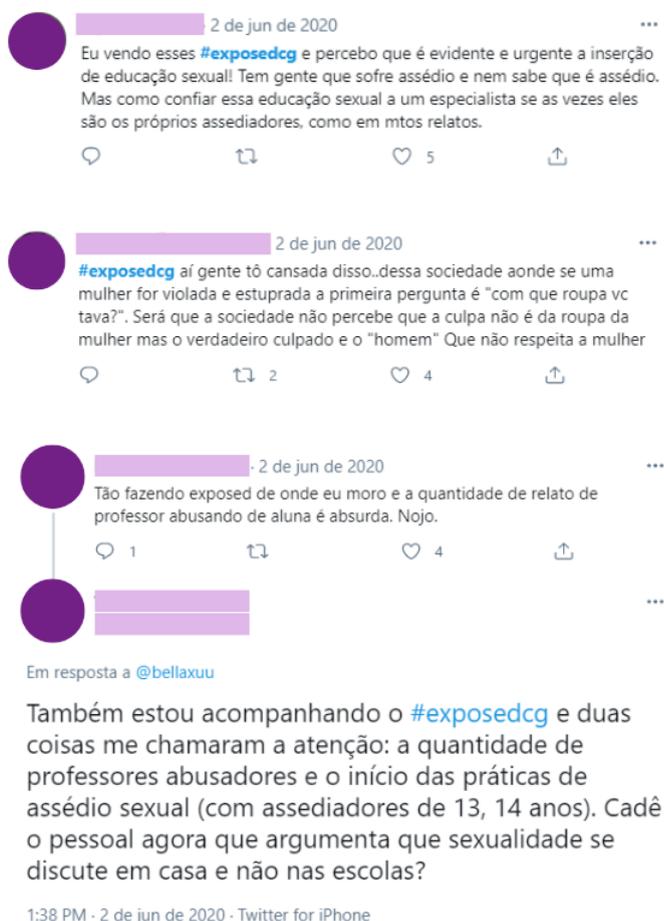
3 de jun de 2020
VOLTEI COM ALGO MUITO IMPORTANTE
PRESCRIÇÃO DE CRIME, ou seja, o tempo em que você pode denunciar uma pessoa sobre um crime sexual é de VINTE ANOS, se o ocorrido foi durante a menoridade, o tempo corta a partir dos 18 anos.

2 de jun de 2020
e fornecer os medicamentos necessários para evitar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (profilaxia da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis - DSTs).
- Em CG buscar UPAs e CRS – imediatamente, o mais rápido possível – para que os medicamentos tenham eficácia.

2 de jun de 2020
ONDE DENUNCIAR CASOS DE VIOLÊNCIA:
EMERGÊNCIA - 190
DENÚNCIA - 180
CASA DA MULHER BRASILEIRA – (67) 2020-1300
DEFENSORIA PÚBLICA – 129 ou pelo site defensoria.ms.def.br
DELEGACIA VIRTUAL devir.pc.ms.gov.br
MINISTÉRIO PÚBLICO 0800 6471127
(+)

Fonte: X/Twitter (2020).

Figura 28 - Materiais vinculados à subcategoria “Aprofundamento de pautas do movimento feminista”



Fonte: X/Twitter (2020).

Em resumo, finalizamos assim a nossa categorização dos *tweets* indexados à #ExposedCG, com a identificação de estratégias comunicativas baseadas na convocação, acionamento de marcos emocionais, construção de narratividades, agendamento da mídia convencional e mediação pedagógica.

No mais, conforme o que Manuel Castells detalhou em suas pesquisas sobre os movimentos sociais, ainda que a mobilização se transformasse em uma atriz ou ator político, num partido ou em outra forma de agência, o movimento iria se dissolver em suas atuais condições de existência assim como quaisquer outras manifestações da história. Sendo assim, cabe a nós destacarmos as mudanças culturais que o #ExposedCG produziu com a sua ação.

Trata-se do que o autor aponta como uma batalha pela construção de significados na mente das pessoas, sem necessariamente concretizar as esperanças dos agentes da mudança social, causada pela mudança do ambiente comunicacional. Ressaltamos a necessidade de ir além, a partir da construção de um novo espaço público que não se limite à internet ou aos meios de comunicação de massa, constituídos pelos interesses das elites dominantes e dos sujeitos universais (CASTELLS, 2013, p. 15). Ademais, essa rota de mudanças perpassa pela influência do movimento sobre os programas do governo em geral e pela conscientização das e dos cidadãos.

No caso da *hashtag*, identificamos a criação de um grupo no *WhatsApp* para organização política, sob orientação jurídica do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública (Nudem)⁵⁰, evidenciando que, no caso da *#ExposedCG*, nem todo debate acerca da violência sexual permaneceu público, mas permaneceu ativo. A ferramenta funcionou de junho de 2020 a fevereiro de 2021, com intuito de promover o encaminhamento das situações expostas para órgãos competentes e responsáveis para a geração de denúncias, conforme destaca uma das mobilizadoras:

Eu acho que o grupo foi mais no sentido de organizar para essa movimentação jurídica. Ali a gente compartilhou muitas experiências, organizou essas coisas mais jurídicas, algumas que estavam no processo compartilhavam como estava sendo esse processo e a gente se juntou bastante no movimento de justiça por Mariana Ferrer. A gente se organizou ali para colaborar com essa *hashtag* em específico e fazia coisas mais coordenadas nesse sentido. A gente também organizou uma manifestação. Teve uma manifestação presencial pedindo justiça pela Mariana Ferrer no final de 2020 ou em 2021, agora eu não tenho certeza, e a gente estava lá, mas a gente não se colocava como uma organização ou de um coletivo de fato. A gente nunca teve esse sentido de se oficializar, era mais no sentido de se apoiar e falar a respeito desse assunto (MERIDA, 2023).

Apesar da memória ser um dos obstáculos enfrentados ao optarmos por entrevistas em profundidade, acreditamos ser importante realizarmos a triangulação dos dados com o acréscimo de outras fontes, tais como os *tweets* levantados e informações publicadas pelos jornais locais. Segundo a matéria “Grupo organiza manifestação pacífica em apoio a Mari Ferrer em Campo Grande”⁵¹, escrita por Nathalia Pelzl e publicada em 5 de novembro de 2020 no portal Top Mídia News, a manifestação a qual Merida se refere foi realizada no dia 8 de novembro do mesmo ano, nos Altos da Avenida Afonso Pena.

Cabe fazer um adendo em relação a efervescência deste caso. Em 2018, o empresário André de Camargo Aranha foi acusado de estupro a influencer em uma festa e o processo

⁵⁰ Disponível em: <https://www.defensoria.ms.def.br/menu-nucleos/nucleo-nudem>. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁵¹ Disponível em:

<https://www.topmidianews.com.br/cidades/grupo-organiza-manifestacao-pacifica-em-apoio-a-mari-ferrer-em-ampo/137064/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

correu em segredo de justiça mesmo com a coleta de material genético e imagens das câmeras de segurança. No ano seguinte, como forma de pressionar a continuidade das investigações, Mariana tornou o caso público por meio das redes sociais, mas foi somente em setembro de 2020 - três meses após a onda de *exposeds* -, que o caso foi a julgamento. Ainda segundo informações da *The Intercept Brasil*⁵², o acusado foi inocentado, visto que “ não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’” (ALVES, 2020, *on-line*). Ainda que o termo utilizado trata-se de uma técnica jornalística para resumir a alegação ao público leigo, *hashtags* #justiçapormariferer e #naoexisteestuproculposo alcançaram os *Trending Topics* do X/Twitter e ganharam as ruas em diversas cidades do país⁵³.

Nesse sentido, mais do que o encaminhamento judicial para os relatos pessoais indexados à *hashtag* local, identificamos que a #ExposedCG tem como legado a construção de um debate ainda que incipiente sobre o enfrentamento da cultura do estupro, evidenciado pelo entusiasmo das participantes em outras mobilizações, pela realização de *lives*⁵⁴ sobre o tema (Figura 29) pela publicação de diferentes notícias pela imprensa local, além de uma cartilha educativa sobre os crimes contra a dignidade sexual. O material⁵⁵ inspirado na *hashtag* é resultado de uma parceria entre as Coordenadorias Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, trazendo não apenas esclarecimentos sobre o que é considerado um crime e os canais de denúncia, como também relatos de vítimas de abuso sexual de diferentes idades.

Além disso, quando perguntamos às mobilizadoras entrevistadas qual foi o legado da *hashtag*, elas destacam dois pontos essenciais: (1) o apoio para ressignificação do trauma vivenciado e (2) o papel da mobilização como instrumento de autocrítica.

A *hashtag* me ajudou psicologicamente, me ajudou a perceber que eu não estava sozinha, que tinha outras mulheres comigo, que eu tinha apoio, mas que realmente eu não tenho o apoio da sociedade, de profissionais, de policiais, da delegacia, da Casa da Mulher, de psicólogos. Eu precisei garimpar até achar uma psicóloga.

⁵² Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁵³ Posteriormente, foi sancionada a Lei Nº 14.321, de 31 de março de 2022, que tipica o crime de violência institucional, de forma a punir agentes públicos que causarem sofrimento desnecessário a vítimas de crimes de violência sexual.

⁵⁴ É importante destacar a explosão das transmissões ao vivo como medidas alternativas de comunicação no contexto de pandemia, principalmente por plataformas como o *Instagram* e o *YouTube*.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/estaticos/violencia-domestica/cartilhaCrimesSexuais.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Então, por mim, teve seu lado positivo, para mim me ajudou psicologicamente, mas perante a sociedade, eu acho que a gente tem muito o que mudar ainda (ELENA, 2023).

Eu acho que ver os relatos e ver o que isso causa nas mulheres, a partir de uma perspectiva masculina, ver o que isso causa numa mulher, talvez tenha gerado muitas autocríticas do tipo “cara, talvez eu já tenha feito isso” ou “eu vejo acontecendo, mas não é ok”. Então, eu acho que foi educativo nesse sentido para vários homens e foi muito libertador para muitas mulheres porque elas conseguiram tirar de dentro de si coisas que machucavam. Eu acho que foi um movimento importante de mobilização e também das mulheres entenderem que elas não têm que ficar caladas e que elas têm que conversar mesmo entre si e com outras pessoas, e que talvez colocar o nome da pessoa na internet não é a melhor estratégia porque tem processos jurídicos decorrentes disso, mas que elas não têm que ficar quietas, porque isso acontece muito mais do que a gente imagina (MERIDA, 2023).

Merida ainda discute sobre o papel da *hashtag* para a desconstrução do estereótipo maniqueísta do agressor como um homem desconhecido e mau e da vítima classificada na condição de “Outra”:

Serviu para mostrar para as pessoas o quão frequente era isso, porque a gente acha e olha para a violência contra a mulher e a gente imagina o que em relação a violência doméstica? Ah, pessoas mais velhas, homens que agredem mulheres, é sempre os nossos pais, os nossos avós e, em relação a estupro e assédio sexual, é sempre um estranho, na rua que vai te pegar e tals. E aí que para a minha faixa etária da época foi importante ver que não está distante da gente, pessoas da nossa idade estão fazendo isso, pessoas da nossa idade estão sofrendo isso, pessoas conhecidas estão fazendo isso, pessoas da nossa família, nossos professores estão fazendo. Então, acho que foi um grande sinal de alerta e acho que isso foi importante nesse sentido, porque girou uma chavinha na cabeça de várias pessoas e na minha também (MERIDA, 2023).

Figura 29 - Figuras políticas e organizações realizam transmissões ao vivo sobre a *hashtag*

#FiqueSeguro Casa Satine @casasatinems · 3 de jun de 2020

Na próxima terça (09), nosso Satine em Casa estará mais que especial. Percebendo a dimensão do movimento **#exposedcg** e a grande demanda de relatos de situações de abuso e violência, decidimos ceder o nosso espaço para contribuir e orientar o movimento. +



TERÇA 09 JUNHO 19 HORAS

SATINE EM CASA

ENTREVISTA: DELEGADA MAIRA MACHADO

1 44 98

Luiza Ribeiro @Luiza_RibeiroG · 11 de jun de 2020

Uma imersão de histórias narradas por mulheres sobre abusos e violência sexual praticadas em CG foram reveladas na **#exposedcg**. Vamos falar sobre o assunto e construir caminhos que fortaleçam todas essas mulheres.

#exposedcg
#ElasPorElas
#LuizaRibeiro



#exposedcg LIVE

DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL EM CAMPO GRANDE

12/06 (sexta) às 18h

1 2

Graziele Carra Dias @grazielecdias · 17 de jun de 2020

É hoje ! Importante, meninas ! **#exposedcg**



É HOJE!

EXPOSED

LIVE #Exposed em Debate

ANA LARA CARRASCO CASTRO - Procuradora de Justiça
THAÍS DOMINATO SILVA TEIXEIRA - Defensora Pública

17/06 às 19h

Via plataforma zoom

@ANALARACASTRO
@THAISDOMINATO

0:01 467 visualizações

1

Fonte: X/Twitter (2020).

Dito isto, no próximo tópico, seguimos nossa constelação de dados a partir de duas considerações importantes acerca dos resultados descritos acima.

3.2 O que os números revelam?

Na terceira parte deste capítulo, a partir do que foi discutido anteriormente e com base no referencial teórico desta dissertação, vamos analisar os resultados da AC e das entrevistas em profundidade, especialmente no que se trata ao acionamento das lentes analíticas interseccionais e das estratégias político-comunicativas que podem contribuir para uma maior eficácia das campanhas voltadas para o enfrentamento da violência de gênero.

Nesse sentido, inicialmente faremos uma breve reflexão, a partir do conteúdo manifestado nos *tweets*, sobre a presença dos marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade, classe social e demais questões relacionadas à maternidade e ao padrão corporal, bem como sobre a ausência de tais marcadores como indicador dos privilégios das participantes desta mobilização.

3.2.1 Marcadores sociais

Conforme destacado no capítulo 2, partimos do pressuposto de que a violência sexual perpetuada no nosso país indica a impossibilidade de se pensar no Brasil sem nos atentarmos para a hipersexualização da mulher latino-americana advinda da herança colonial e pelo atravessamento de inúmeras avenidas identitárias nas quais as vítimas de abuso e assédio sexual estão situadas. Assim como debate Fernanda Carrera (2021, p. 5), buscamos identificar os marcadores sociais da diferença baseados em gênero, raça, classe social, sexualidade e padrão corporal como fator de justiça social, visto que esse reconhecimento marca as desigualdades e os privilégios, além de servir como base para o enfrentamento de injustiças e opressões estruturais. Desta forma, este tópico visa discutir a multiplicidade de vozes do movimento estudado a partir do que foi manifestado nas publicações, tendo em vista o nosso compromisso político para refutação da ideia universal de mulher.

Considerando que as atrizes e os atores sociais são o primeiro elemento dos sites de redes sociais e como partes de um sistema, eles “atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais” (RECUERO, 2009, p. 25), precisamos pontuar a importância de entender como são construídos esses espaços de expressão e como as conexões entre eles são estabelecidas (RECUERO, 2009, p. 27). Nesse sentido, quando perguntamos para Merida o quão diversa a mobilização havia sido, a

entrevistada respondeu enfaticamente a existência de um recorte específico de classe social, diferente de Elena que reconhece um recorte geracional:

Eu acho que foi voltado para uma classe social específica. Primeiramente, pessoas que usam o *Twitter*, então já é uma classe, já é um recorte e, como eu falei, eu estava inserida num meio de classe social média/alta, então também as primeiras pessoas atingidas foram essas e depois saiu do meu controle, então eu não sei. O meu, as pessoas que me mandaram, eram mais restritas a esse meio, mas depois virou algo muito maior, foi para a galera do Ensino Médio, então teve um *Exposed* das escolas. Eu nem sei, não tenho informações sobre isso, já era um outro pessoal (MERIDA, 2023).

Portanto, apesar dos feminismos contemporâneos compreenderem a importância da pluralização de pautas e de englobarem uma maior quantidade de vivências, não podemos nos permitir recair em um movimento que reforce a condição de Outra ou da “forasteira de dentro”⁵⁶. Ou seja, também é papel desta dissertação refletir sobre até que ponto houve a construção de um discurso branco tido como universal, visto que “não se pode analisar isoladamente os problemas que afetam as mulheres, muito menos universalizá-los, isto é, os discursos de feminilidades assumem significados específicos a partir das diferentes trajetórias” (MARCINIK; MATTOS, 2021, p. 3).

Posto isso, no que diz respeito aos números, dos 1.705 *tweets* levantados, apenas 453 apresentam marcadores de gênero visíveis, ou seja, identificam-se a partir da linguagem, por meio da flexão de substantivos, adjetivos e pronomes. Além disso, 64 publicações manifestam a idade, referindo principalmente ao momento em que se passa a violência sofrida; 29 fazem referência à sexualidade, seja ela heterossexual, bissexual ou homossexual; 20 fazem referência à classe social; dois apontam aspectos relacionados ao padrão corporal especificamente na subcategoria “Relatos Pessoais”; dois *tweets* categorizados enquanto “Apoio ao Movimento” manifestam questões vinculadas a maternidade; e apenas uma publicação, pertencente à subcategoria “Críticas ao Movimento” faz menção à raça. Por fim, outras 1.240 publicações não manifestaram questões de gênero, raça, idade, sexualidade, classe social, padrão corporal ou a maternidade em seus conteúdos (Figura 29), correspondendo a 72,72% dos *tweets* analisados, o que pode ter sido causado por uma forma de autoproteção das mobilizadoras e/ou pela limitação de caracteres característica da plataforma.

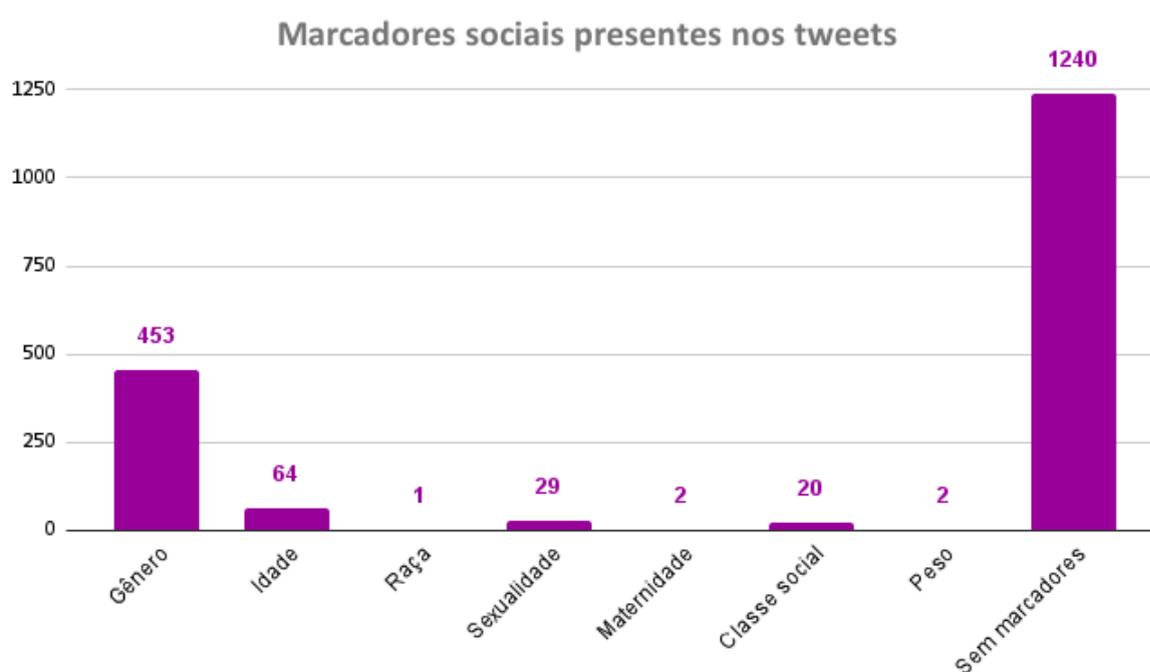
Outra questão relevante faz menção às categorias nas quais os *tweets* com os marcadores manifestados estão situados. Enquanto Convocação, Mídiação e

⁵⁶ *Outsider Within* é um termo mobilizado pela pesquisadora Patricia Hill Collins, cuja tradução livre significa “forasteira de dentro”.

Pedagogização apresentam pouca variação, Experiência (Figura 30) e Opinião (Figura 31) são mais impactadas pela identificação do lugar de fala dessas participantes. As primeiras estão vinculadas principalmente a gênero, com somente uma aparição no marcador de idade (subcategoria “Discordância dos enunciados jornalísticos”) e uma de classe social (subcategoria “Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia”).

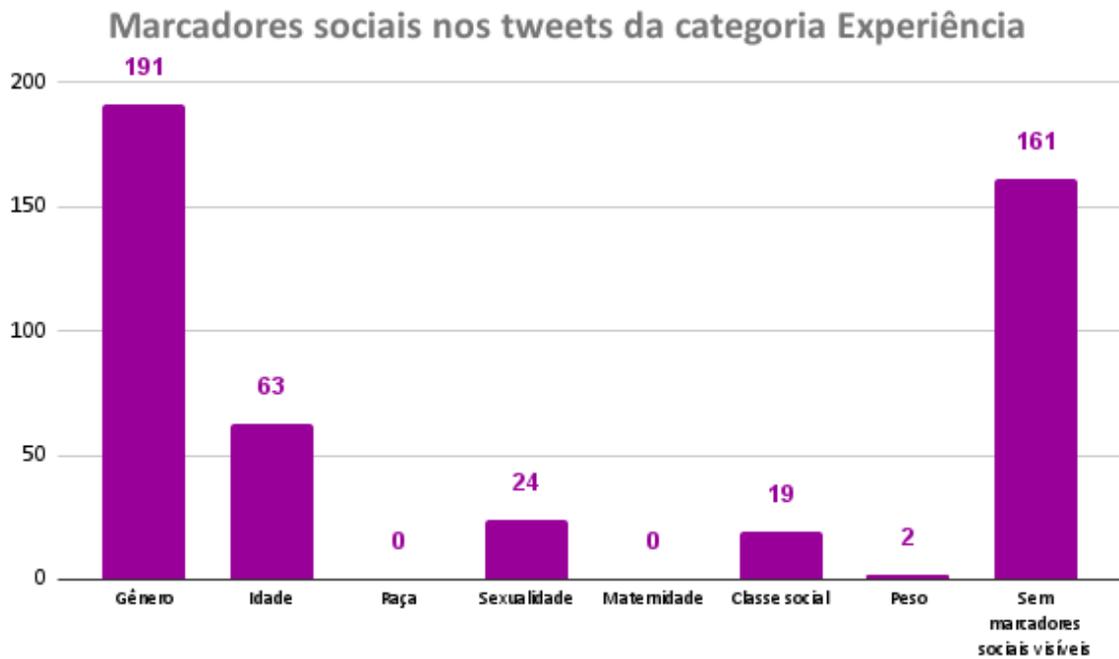
É importante ressaltar que esses dados não podem ser considerados fechados, visto que (1) não refletem a totalidade dos *tweets* indexados à *hashtag* e (2) a ausência de manifestação desses aspectos não representa a inexistência de trajetórias e vivências atravessadas por diferentes locais sociais por parte das mobilizadoras. Entretanto, pode nos trazer importantes reflexões a respeito do lugar simbólico de privilégios aos quais alguns grupos estão submetidos socialmente. Cida Bento nos aponta para uma prerrogativa que define a pessoa branca como sujeito universal, a quem não é necessário a identificação nem quanto a gênero, nem quanto a raça, e a qual propicia “a naturalização de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação” (BENTO, 2022, p. 50). Ainda que não seja o caso, soluções viáveis para evitar a invisibilização destas questões poderiam ser trabalhadas por meio do caráter pedagógico do movimento, juntamente com outros aspectos a serem apresentados no tópico a seguir.

Figura 30 - Marcadores sociais presentes nos *tweets*



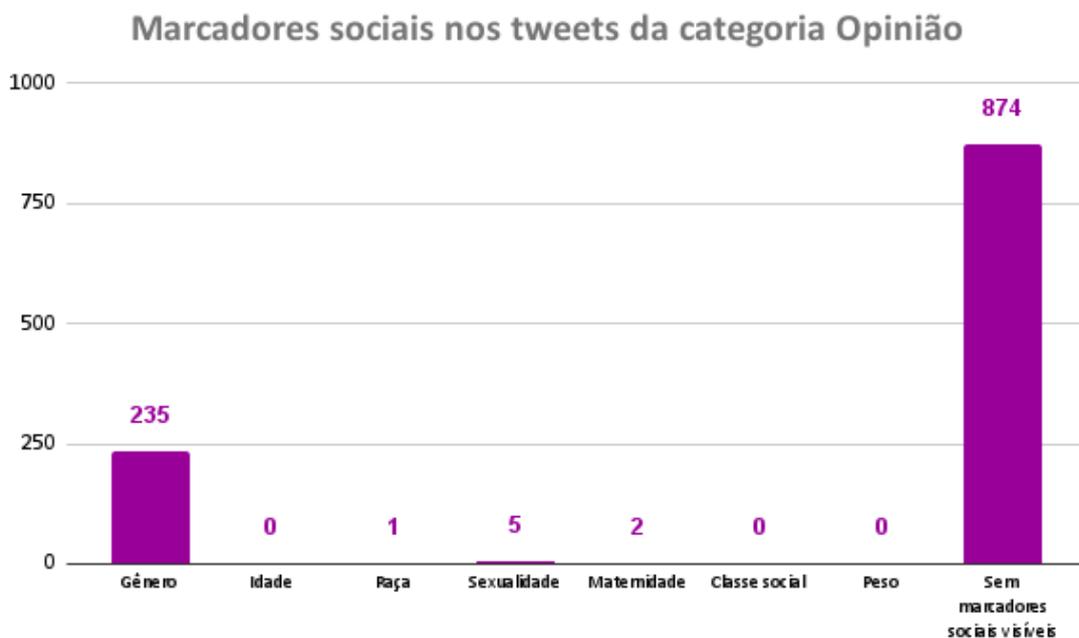
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 31 - Marcadores sociais presentes nos *tweets* da categoria Experiência



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 32 - Marcadores sociais presentes nos *tweets* da categoria Opinião



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 Desenhando novas campanhas e mobilizações para o enfrentamento da cultura do estupro

Chegando ao final desta dissertação, neste tópico, buscamos contribuir para o mapeamento de algumas estratégias comunicativas presentes nesta manifestação no *X/Twitter* que estimulou a adesão das participantes e que podem ser utilizados para a formulação de novas campanhas para o enfrentamento da cultura do estupro. Nesse sentido, perguntamos às duas mobilizadoras entrevistadas o que não poderia faltar em uma campanha ou mobilização com a temática da violência contra a mulher e obtivemos as seguintes respostas:

Eu acho que não tratar o assunto com floreios, porque como eu falei, eu acho muito ruim a gente ficar tentando deixar o assunto leve ou usar palavras ou construções que deixem as coisas leves, porque não são. Acho que elas tem que falar, tem que chocar, tem que ser como é, tem que causar o sentimento [...] Acho que tem que endereçar muito as coisas e eu sinto que em campanhas frequentemente fica muito vago assim, muito “quem que é o responsável por isso?” e tanto que o *Exposed* é justamente sobre responsabilizar as pessoas. Então, eu acho que tem que endereçar as coisas e falar de maneira dura, porque eu acho que é essa dureza, é esse não cuidado com as palavras no sentido de não suavizar as coisas que choca de fato. É diferente você ler o relato de uma mulher que fala “ah, eu fui abusada em uma festa com tantos anos” e essa mulher relatando “com tal idade, eu estava com tal pessoa e em sequência isso, em sequência isso, em sequência isso comigo e como eu me senti a respeito”. Então, eu acho que, no *Exposed*, o que causou a comoção não foi só os números, porque todo mundo já conhecia os números, os números não foram chocantes, o que foi comovente foi a perspectiva de quem realmente estava sofrendo a agressão. Então, saiu de um número, tipo “Mato Grosso do Sul é o estado que mais violenta mulher” para “quem são essas mulheres? O que aconteceu com essas mulheres?” e eu acho que foi isso que foi a força que gerou tamanho impacto (MERIDA, 2023).

Não pode faltar profissionais qualificados envolvidos. Eu acho que o erro da *hashtag* foi apenas jovens falando com jovens. Eu acho que profissionais qualificados na área falando sobre o assunto e mobilizando, começando a mobilizar a sociedade a fazer algo do tipo, é muito mais fácil você ter ganhos do que apenas jovens falando com jovens. [...] Então, eu acho que muitas das pessoas preferem ouvir de profissionais qualificados do que ouvir da própria pessoa que sofreu o abuso e quer falar (ELENA, 2023).

Assim como Merida, o Caderno de Comunicação para o Ativismo aponta que é necessário ultrapassar a apresentação de números e fatos. “No campo do ativismo, é preciso disputar a história que está sendo contada. O papel principal da comunicação ativista é a disputa pela narrativa, pelo imaginário das pessoas” (ESCOLA DE ATIVISMO, 2013, p. 21). Por isso, elencamos nove sugestões que podem colaborar para o desenvolvimento de uma cultura ativista que gere resultados positivos no que se refere a criação de mobilizações com a perspectiva feminista por meio dos sites de redes sociais:

1. **Crie narrativas:** vá além dos dados estatísticos, de forma a humanizar a história e gerar empatia, a partir da publicação de narrativas mais densas e detalhadas que

compreendem a relatora para além da situação de violência a qual viveu. Percebemos com a *#ExposedCG* que as campanhas que utilizam-se de relatos em primeira pessoa e que prezam pela sensibilidade, tendem a apresentar de forma mais complexa as sujeitas e sua relação com o mundo, de forma a gerar comoção e/ou identificação com outras participantes.

2. **Gere emoções:** os marcos emocionais são imprescindíveis e decisivos para a conquista de apoio em uma mobilização realizada na internet. Identificamos durante as entrevistas em profundidade e por meio do nosso referencial teórico que a conexão emocional entre as mobilizadoras as fizeram ser capazes de apoiar e compartilhar momentos de vulnerabilidade, independente da distância física. Além da humanização, podemos despertar sentimentos uns nos outros ao conhecer a dor do nosso público ou quando trabalhamos com uma comunicação empática, isto é, fugindo de imagens e chamadas sensacionalistas.
3. **Conheça o universo referencial das pessoas:** como elencamos na sugestão anterior, é interessante gerarmos conexões umas com as outras para que uma ação tenha mais chances de ganhar visibilidade de forma espontânea. Ou seja, vá além dos números. Conheça as histórias de mulheres que passaram por algum tipo de violência de gênero, explicitando os marcadores sociais da diferença e as camadas de opressão nas quais são situadas; identifique o que elas têm em comum; entenda em quais canais estão presentes e o que veem ou leem. Somente com essa sensibilidade, entendendo quais aspectos estruturais perpassam a vida de mulheres e que geram desconfiança diante às instituições, que poderemos alcançá-las por meio da comunicação ativista.
4. **Seja sensível:** conforme Castells (2013) apontava há 10 anos, precisamos estar atentas às demandas, facilidades e dificuldades das quais mulheres vítimas de violência estão sujeitadas, nos mostrando dispostas a apoiá-las e acolhê-las. Para além de informar os caminhos de denúncia, a comunicação ativista tem o papel de incentivar o companheirismo entre atrizes sociais, algo que podemos perceber pela incidência de frases como “Você não está sozinha!” e “Estamos juntas!” na *#ExposedCG*.
5. **Utilize os sites de redes sociais e a mídia convencional como aliados:** se você já conhece o universo referencial dessas mulheres, aproveite as potencialidades da internet e dos demais meios de comunicação. Isto é, faça uso de memes e de *hashtags* em alta; indique séries, filmes, livros, podcasts e outros materiais audiovisuais e comunicativos que possam auxiliar na compreensão da temática; aprenda com os

movimentos anteriores; envie sugestões de pauta para os jornais; e usufrua da viralização de temáticas para abordar a perspectiva transversal de gênero.

6. **Promova o diálogo:** assim como apontou uma das mobilizadoras, é importante conectar as vítimas de violência com a agenda das políticas públicas. Esse aumento da visibilidade de uma causa pode ocorrer com o apoio de organizações relacionadas a essa temática e por meio de um debate qualificado, a partir da discussão sobre a cultura do estupro com especialistas desta área. Sobretudo, o agendamento de pautas na imprensa e o uso de influenciadores pode ser emblemático para amplificar os casos e torná-lo um processo político. Além disso, trata-se também de propor um diálogo mais privado entre as envolvidas, até de forma presencial, como percebemos na *#ExposedCG*.
7. **Incentive a participação:** a interação entre as pessoas é uma das formas elencadas pelo Caderno de Comunicação para o Ativismo para agregar valor à experiência dos participantes. Sendo assim, interaja com o público e faça convites, utilizando verbos no interativo, tais como “Participe!”, “Envie seu relato!”, “Denuncie!”, compondo um diálogo entre as participantes tanto nas redes quanto nas ruas.
8. **Dê nome ao crime, contextualize o episódio e incentive as denúncias:** assim como apontou uma das mobilizadoras, o movimento *Exposed* foi uma mobilização voltada para a responsabilização de agressores. Dessa forma, compreendemos que, quaisquer produtos comunicativos que busquem o enfrentamento da violência contra mulher, devem evitar a romantização dos atos, a individualização dos casos ou o uso da voz passiva e são importantes incentivadores da materialização das denúncias. Assim sendo, identificamos que a publicação de *tweets* com caráter pedagógico na *#ExposedCG* foram importantes não somente para a explicação sobre o que é a violência de gênero, como também para indicar formas de como denunciá-la, soluções de como combatê-la, e promover a desnormalização do problema.
9. **Reflita se o seu feminismo é interseccional:** por fim, já em 2013, Manuel Castells discute que os movimentos sociais em rede eram autorreflexivos. Nesse sentido, propomos um cuidado para que haja multiplicidade de vozes e de experiências, incluindo recortes de raça, geração, sexualidade e classe social nas mobilizações diferentes dos considerados universais, de forma a promover a justiça social, como aponta Fernanda Carrera (2021). A partir do momento em que identificamos os nossos

locais de fala e nos mostramos dispostas a ouvir opiniões distintas, é possível que o debate se torne mais diversificado.

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

É junho, outra vez. Assim como a série de mobilizações em massa que ocorreu simultaneamente em diversas cidades do Brasil em junho de 2013 e os protestos conhecidos como “Ni Una A Menos” que ganharam as ruas da Argentina e de outros países da América Latina em 3 de junho de 2015, a *#ExposedCG* também compartilha desta mesma efervescência do mês de junho. Com uma diferença de sete anos entre as Jornadas de Junho e o dia 2 de junho de 2020, quando a *hashtag* local alcançou os *Trending Topics* do *X/Twitter*, identificamos que uma centelha de indignação continua possibilitando o encontro de atrizes sociais com os mesmos interesses, ampliando as redes de contato, além de permitir a reelaboração de narrativas e a compreensão de condições estruturais da nossa sociedade.

Assim como acreditávamos no início desta pesquisa, a divulgação de relatos pessoais construídos em primeira pessoa integra uma das estratégias comunicativas das mobilizações feministas baseadas em *hashtags*. Trata-se de um movimento, ainda que nem sempre consciente por parte das mobilizadoras, para assumir o controle das narrativas perante as opressões e violências que atravessam, modelam e delimitam as experiências de diferentes mulheres, que gera marcos emocionais e que incentiva a participação dessas sujeitas em ações voltadas para o compartilhamento de experiências na internet.

Nesse sentido, entendemos que os ativismos contemporâneos não só acarretam uma gama de possibilidades para atuação dessas mobilizadoras e para a popularização dos feminismos, como também verificamos certa apropriação dos sites de redes sociais enquanto espaços públicos, com intuito de desafiar a dominação, quebrar e/ou romper vozes hegemônicas, empoderar sujeitas e manter o anonimato, algo importante em uma localidade extremamente violenta. À vista disso, verificamos a construção da solidariedade política, considerando que muitas dessas mulheres puderam se identificar e se enunciar enquanto vítimas de violências físicas, morais, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou simbólicas pela primeira vez por meio do movimento estudado.

Dessa forma, tendo em vista a base epistemológica feminista da qual estivemos envoltas ao longo de todo o percurso de pesquisa, retomamos os capítulos desta dissertação a fim de refletir sobre o problema investigado. No capítulo 1, iniciamos a discussão percorrendo sobre o paralelo entre as potencialidades democráticas da comunicação em rede e as barreiras digitais, buscando versar sobre a internet enquanto espaço privilegiado para a experimentação política na atualidade. Ainda que o debate sobre a redefinição da arena pública seja muitas vezes considerado ultrapassado após 10 anos das Jornadas de Junho e a análise de seus

desdobramentos na política do país, acreditamos que as negociações, tensionamentos e os arranjos causados por mobilizações, tais como a estudada, fazem emergir momentos de esfera pública (MIGUEL, 2014).

Assim como aponta Daniel Cefaï (2017), essa arena pública (Figura 32) constitui-se temporalmente, a partir da manifestação de apoio de pessoas, grupos, organizações e instituições que se mobilizam em lugares e momentos diversos, ainda que não seja possível atribuir-lhes fronteiras. Essa construção dos problemas sociais não só contribui para os processos de transformação e legitimação dos movimentos, como também influencia na capacidade do público de se apoderar de uma insatisfação coletiva e encontrar soluções e/ou oportunidades de ação.

Figura 33 - Identificação das estratégias políticas empregadas na *#ExposedCG* a partir da aplicação do conceito de arena pública de Daniel Cefaï (2017)



Fonte: Elaborado pela autora.

No caso da *#ExposedCG*, o compartilhamento entre amigas de uma dor causada por uma violência sexual foi o pontapé para identificação e reconhecimento de um distúrbio e, conseqüentemente, a transformação desse distúrbio em problema, a partir da problematização a respeito da culpabilização das vítimas e a profunda desconfiança em relação às instituições públicas, como o sistema judicial. Com a publicização do primeiro relato, a mobilização ganhou vida, seja a partir da identificação de culpados e a enunciação das vítimas, seja pelas explicações e interpretações geradas a partir da determinação desse problema público ou pela denúncia de negligências do Estado, por exemplo. Posteriormente, quando a *hashtag* saiu do círculo dessas pessoas envolvidas e assumiu seu caráter viral, ainda que não fosse a intenção inicial, passamos a nos referir a um processo político, que agenda a mídia convencional e que mobiliza tanto a comunidade quanto os formadores de opinião.

Sendo assim, como reconhecemos a criação e cruzamento de constelações de experiências, discursos e ações, tais como aponta Daniel Cefaï (2017), ressaltamos a importância dessa redefinição da arena pública mesmo com o caráter datado de uma mobilização realizada em sites de redes sociais, visto que seus efeitos são refletidos no empoderamento das sujeitas e sujeitos envolvidos, assim como confirmamos nas entrevistas em profundidade descritas no capítulo 3.

Posto isso, as discussões suscitadas no capítulo 2 nos permitem compreender que as desvantagens e vulnerabilidades específicas que atravessam mutuamente as vivências de algumas mulheres, seja a partir do gênero, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, capacidade ou faixa etária, interagem com os problemas vivenciados por esses grupos sociais, especialmente dentro do contexto histórico, político e social em que vivemos. E isso nos permitiria, inclusive, questionar em trabalhos futuros como os impactos das alterações realizadas na plataforma *X/Twitter*, vinculadas aos interesses mercadológicos e as políticas neoliberais, podem afetar a construção de mobilizações feministas, desenvolvidas de forma espontânea, como é o caso do nosso objeto de estudo.

Já no que diz respeito aos resultados da pesquisa, coletamos 2.060 *tweets* indexados à *#ExposedCG* e, deste total, fizemos um recorte de 1.705 publicações, selecionando apenas o conteúdo publicado nos dias 1º e 2 de junho. A partir da coleta do material, criamos cinco categorias analíticas, apresentadas no capítulo 3, que facilitaram a compreensão das estratégias político-comunicativas empregadas na mobilização e que, posteriormente, foram complementadas com as informações decorrentes das entrevistas em profundidade realizadas com duas participantes. Ao todo, reunimos 1.113 *tweets* na categoria Opinião (65,3%), 353

tweets na categoria Experiência (20,7%), 146 *tweets* na categoria Mídiação (8,6%), 55 *tweets* na categoria Pedagogização (3,2%) e 38 *tweets* na categoria Convocação (2,2%), cada qual com suas características e objetivos dentro do funcionamento de uma mobilização realizada a partir dos sites de redes sociais. Apesar da forte incidência de conteúdos opinativos, nos chama a atenção o peso da categoria Experiência e Convocação como forma de incentivo à participação e adesão de mulheres ao movimento. Participação essa que ocorreu por meio de curtidas e comentários na plataforma *X/Twitter*; envio ou publicação de relatos; e a criação de um debate nos sites de redes sociais, nos veículos de comunicação e em outras instâncias da vida cotidiana.

Vale mencionar que apesar do número de entrevistadas refletir uma das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento desta dissertação, em virtude do espaço-tempo discrepante entre a efemeridade destas mobilizações e a construção tanto de uma pesquisa acadêmica quanto de uma pesquisadora, acreditamos que esse diálogo possa ser ampliado em pesquisas futuras e contribuir ainda mais para o desenvolvimento de novas campanhas.

Portanto, a partir desta dissertação, respondemos a nossa pergunta de pesquisa, reconhecendo as potencialidades que as redes sociais oferecem para os movimentos ativistas, tais como: (a) a oportunidade de contrapor e humanizar histórias que gerem comoção e identificação com outras participantes, de forma a pautar também a mídia convencional; (b) a promoção do diálogo com outros agentes públicos e do incentivo a interação, de forma a desindividualizar os casos, experimentar um novo tipo de socialização e promover a tomada de consciência a respeito das opressões e condições estruturais das quais mulheres estão submetidas, ainda mais quando se encontram atravessadas por múltiplos marcadores sociais; (c) além da politização de questões antes vinculadas à esfera privada e a mobilização de mulheres cada vez mais jovens diante das injustiças e insatisfações que as acometem.

Paralelamente, identificamos também suas limitações. Ao contrário da perspectiva entusiasta da qual estivemos envolvidas, verificamos que apesar do movimento estudado ter conquistado a multiplicidade de vozes, essa construção da consciência política alicerçou-se nos dramas, necessidades e demandas vivenciados e compartilhados por alguns subgrupos específicos de mulheres, sem a troca e o diálogo necessário capaz de evitar a universalização dos problemas que afetam essas relatoras. Isto é, sem a discussão a respeito da perspectiva interseccional e das condições que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres. Não apenas isso, cabe a nós enquanto pesquisadoras questionarmos e sugerirmos formas para que mobilizações futuras ganhem visibilidade para além do *X/Twitter*, uma plataforma que

dificulta o acesso a essas discussões e aos recursos para compartilhamento de vivências por mulheres de camadas sociais menos privilegiadas e, sobretudo, de mulheres com recortes geracionais específicos.

Mais ainda, é importante ressaltar que reconhecemos também as limitações de classe e raça, visto que inicialmente atingiu meninas brancas de classe média, e as limitações causadas por um discurso que atribui vítimas e culpados, seja pela exposição direta dos envolvidos, que reverbera ameaças de processos por difamação, ou pelo descompasso entre as mobilizações sociais e órgãos formais de denúncia.

Ainda respondendo nossa pergunta de pesquisa, elencamos nove sugestões para que a comunicação em rede favoreça ainda mais a participação de mulheres campo-grandenses em mobilizações feministas no *X/Twitter*. São elas: (1) Crie narrativas; (2) Gere emoções; (3) Conheça o universo referencial das pessoas; (4) Seja sensível; (5) Utilize os sites de redes sociais e a mídia convencional como aliados; (6) Promova o diálogo; (7) Incentive a participação; (8) Dê nome ao crime, contextualize o episódio e incentive as denúncias; (9) Reflita se o seu feminismo é interseccional.

Com isso, estabelecemos que cumprimos nosso propósito nesta pesquisa e acreditamos ter respondido aos questionamentos de origem, colaborando de maneira propositiva para a construção de uma comunicação mais ativista e para o desenvolvimento de novas ações e campanhas que visem o enfrentamento da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA SENADO. **Sancionada Lei Mariana Ferrer, que protege vítimas de crimes sexuais em julgamentos.** Senado Notícias, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/23/sancionada-lei-mariana-ferrer-que-protege-vitimas-de-crimes-sexuais-em-julgamentos>. Acesso em: 15 julho 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.
- ALVES, Schirlei. Caso Mariana Ferrer e o inédito "estupro culposo": julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de "estupro culposo" e advogado humilhando jovem. **The Intercept Brasil**, [s. l.], [s.p.], 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 30 junho 2023.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Bazar do Tempo, 2019. 400p.
- ARAÚJO, Júlia S. de. **MINHA REDE, MINHAS REGRAS: Hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet.** Orientador: Felipe Trotta. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. 181 p.
- BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto.* Bazar do Tempo, 2019. 400p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELIN, Luciane L.; RIZZOTTO, Carla C.; SARAIVA, Aléxia S. MINHA FOTO NÃO TE AUTORIZA A NADA: dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexisteestuproculposo. *In: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos.* Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/minha-foto-nao-te-autoriza-a-nada--dimensoes-publicas-e-privadas-na-acao-narrativa-no-instagram-em-publicacoes-com-a-has?lang=pt-br>. Acesso em: 28 agosto 2022.
- BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude: introdução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152p.
- BIROLI, Flávia. MIGUEL. Luis F. **Feminismo e política: uma introdução.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOGADO, Maria. Rua. *In: HOLLANDA, Heloisa B. de. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade, p. 23-42, 2018.*
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. *In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas.* ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168. ISBN 85-11-08069-4.
- BOYD, Andrew; MITCHELL, Dave O. **Bela Baderna: Ferramentas para revolução - Edição Pocket.** São Bernardo do Campo: Edições Ideal, 2013. 168 p.

BRAGA, José L.. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. São Leopoldo: Coletânea “**Mídia e Processos Sócio-culturais**”, PPGCOM/Unisinos, 2000.

BRAGA, José L.. Miatização como processo interacional de referência. **Animus**: revista interamericana de comunicação midiática, vol. V, n. 2. Santa Maria: NedMídia, 2006. ISSN 1677-907x.

BRAGA, José L.. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & miatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, 29-52. ISBN 978-85-232-1205-6.

BUENO, Samira; LIMA; Renato S. de; *et al.*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. [s. L.]: [s.E.], 2019. 206 p. Disponível em: http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 25 julho 2022.

BUENO, Samira; LIMA; Renato S. de; *et al.*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. [s. L.]: [s.E.], 2022. 516 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 26 agosto 2022.

CARDOSO, Bia. **Slutwalk**: A Marcha das Vadias. [S. l.]: Blogueiras Negras, 25 maio 2011. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/05/26/slutwalk-marcha-vadias/>. Acesso em: 29 agosto 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 11 julho 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP** [Internet]. 2017; 36 (1). DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

CLAVES para entender el movimiento 15-M. Direção: Adriano Morán. Roteiro: Laura Albor, Laura Pintos, David Tesouro e Adriano Morán. Imagens de David Tesouro e Adriano Morán. [S. l.]: La Información e Medina Media, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Ds7b3pboW4>. Acesso em: 28 agosto 2022.

COLLINS, Patrícia H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: Hollanda, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREIA, Guilherme; DUARTE, Marina; FRAIHA, Mylena. #ExposedCG: relatos de assédio estimulam debate na internet. **Revista Badaró**, Campo Grande, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://revistabadaro.com.br/2020/06/07/exposedcg-relatos-de-assedio-estimulam-debate-nainternet/>. Acesso em: 10 julho 2022.

COSTA, Cristiane. Rua. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**, p. 43-60, 2018.

CRENSHAW, Kimberle W. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. 1993. Tradução de Carol Correia.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, p. 171-188.

CYPRIANO, Breno. As epistemologias dissidentes e o pensamento feminista latino-americano. *In*: MARQUES, Danusa *et. al.* **Feminismos em rede**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

DIAS, Marlon S. M. **A circulação de sentidos em “eu não mereço ser estuprada”**: uma leitura do acontecimento midiaticizado. Orientador: Viviane Borelli. 169 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13205>. Acesso em: 14 junho 2023.

DIAS, Marlon; BORELLI, Viviane. Processualidades do midiativismo no acontecimento “Eu não mereço ser estuprada”. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 838-859.

ELIAS, Maria L. G. G. R. Feminismos interseccionais. *In*: MARQUES, Danusa *et. al.* **Feminismos em rede**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

ENGEL, Cíntia L. As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil. **Texto para discussão**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília : Rio de Janeiro, p. 1-36, out. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8088/1/td_2339.PDF. Acesso em: 13 julho 2022.

ESCOLA DO ATIVISMO. **Caderno de Comunicação para o Ativismo**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Caderno-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-para-o-ativismo.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2022.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

GÉLEDES. **Carta das Mulheres Negras 2015**. [S. l.], 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 30 agosto 2022.

GERMANO, Idilva M. P.; CARNEIRO, Jéssica de S.; LIMA, Aluisio F.; MARQUES, Ana C. B.; NATANSOHN, Graciela. Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede. *In*: COLAÇO, Veriana de F. R.; GERMANO, Idilva M. P.; MIRANDA, Luciana L. *et. al.* **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Unicamp, Campinas, v.16, n.47, p.333-361, maio/ago, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em: 25 agosto 2022.

GOHN, Maria da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 166 p.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. M.; MARQUES, Francisco P. J. A. Introdução. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

GOMES, Wilson. Participação política on-line: questões e hipóteses de trabalho. *In*: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 20 julho 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina S. Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e72429, 2020.

HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42-74.

HABERMAS, Jürgen. Mudança na estrutura social da esfera pública. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 169-212.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

HOLLANDA, Heloisa B. de. Introdução. *In*: Hollanda, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. **Teorias Feministas da Margem ao Centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2019. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.htm?=&t=resultados>. Acesso em: 29 julho 2022.

INSTITUTO LOCOMOTIVA; PWC BRASIL. **O abismo digital no Brasil**: como a desigualdade de acesso à internet, a infraestrutura inadequada e a educação deficitária limitam nossas opções para o futuro, 2022. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/O_Abismo_Digital.pdf. Acesso em: 28 agosto 2022.

JARA, Tainá M. **#NENHUMAAMENOS**: Redes sociais e feminismos nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral. Orientador: Katarini Giroldo Miguel. 2019. 171 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7098>. Acesso em: 21 agosto 2022.

JARA, Tainá M; *et. al.*. Jornalismo, interseccionalidade e as condições de visibilidade das mulheres em Mato Grosso do Sul. *In*: **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 5 a 9 de outubro de 2022, E [recurso eletrônico]: Ciências da Comunicação contra a Desinformação / organizado por Giovandro Marcus Ferreira, Maria do Carmo Silva Barbosa e Norma Maria Meireles Macedo Mafaldo; [realização Intercom e UFPB] - São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0715202209323162d15e5f07c85>. Acesso em: 30 junho 2023.

JERONYMO, Raquel de Souza. **Enquadramento Jornalístico do Impeachment de Dilma Rousseff em Revistas Semanais Brasileiras**: Gênero como Quadro de Referência Primário. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(UFMS), Campo Grande - MS, 2019. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7220>. Acesso em: 18 fevereiro 2023.

JODELET, Denise. Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n.156, pág.314-327, junho de 2015.

LAUDANO, Claudia N. #NiUnaMenos en Argentina: Activismo digital y estrategias feministas contra la violencia hacia las mujeres. *In*: NATHANSOHN, Graciela; ROVETTO, Florencia. **Internet e Feminismos: Olhares sobre violências sexistas desde América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 149-173. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/113126>. Acesso em: 1 agosto 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2019. 400p.

MAIA, Rousiley C. M. M.. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. *In*: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MALCHER, Maria A.; SOARES, Isabella R. M. F. MACHO NA RODA: enfrentamento à violência contra a mulher por meio do ciberfeminismo em Belém-PA. **Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 357-379, Agosto 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3309/11281>. Acesso em: 7 julho 2021.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. “Mais branca que eu?": uma análise interseccional da branquitude nos feminismos”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e61749, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yPs8hzngKrDtKZ39BVwpzRN/?lang=pt#>. Acesso em: 30 junho 2023.

MARQUES, Ângela; BIONDI, Angie. A vítima enunciada em redes: O dissenso como experiência estética. *In*: MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; FILHO, Jorge C. (Org.). **Comunicação e sensibilidade: Pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. ISBN: 978-85-62707-88-9. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-Sensibilidade.pdf>. Acesso em: 26 janeiro 2023.

MARQUES, Angela C. S.; MENDONÇA, Ricardo F. **A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos**. São Paulo: Galáxia, v. 37, p. 41-54, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/gZXnPdQvtFGqwcLqMVfKVsz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

MARIE, Fhoutine; ANDRADE, Daniel P. Neoliberalismo, virada conservadora e a guerra contra as mulheres. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (Org.). **Neoliberalismo, Feminismo e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

MARTINS, Vera S. **"Cria tua casa, cria teu futuro": experiências e práticas sociopolíticas na comunicação em redes das mulheres brasileiras e moçambicanas para dispor de si**. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MIGUEL, Katarini. **Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil**. Orientadora: Elizabeth Moraes Gonçalves. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2014. 267 p.

MIGUEL, Katarini. Entendendo a participação no movimento ambiental: ser ou não ser ativista do Greenpeace. *In: Wilson da Costa Bueno. (Org.). Comunicação Empresarial e Sustentabilidade*. Ied.Barueri: Manole, 2015, v. 1, p. 99-112.

MIRANDA, Cynthia M. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. *In: MARQUES, Daniela et. al.. Feminismos em rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MOTTA, Luiz G.. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254p.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 49-55; jan/abr. 2006.

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. **Pauta das Marchas: A Marcha ano 2015**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243. Acesso em: 30 agosto 2022.

ONU MULHERES. **UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres**, on-line. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/campanhas/unas-e/>. Acesso em: 26 agosto 2022.

OPAS/OMS. OPAS/OMS aborda violência sexual e suas consequências para as vítimas. **OPAS/OMS**, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/25-7-2018-neste-dia-laranja-opasoms-aborda-violencia-sexual-e-suas-consequencias-para>. Acesso em: 2 agosto 2022.

PELZL, Nathalia. Grupo organiza manifestação pacífica em apoio a Mari Ferrer em Campo Grande. **Top Mídia News**, Campo Grande, 8 nov. 2020. Cidades, [s.p.]. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/cidades/grupo-organiza-manifestacao-pacifica-em-apoio-a-mari-ferrer-em-campo/137064/>. Acesso em: 30 junho 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José. (org.). Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148

PIRES, Desirée; CASTRO, Amanda M. Todo espaço é político: ativismo de mulheres nas redes sociais. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-19, Maio/Agosto 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.49604>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/49604>. Acesso em: 26 agosto 2022.

QUEIROZ, Eliani de F. C. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5574/3064>. Acesso em: 20 agosto 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura). 191 p.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 81-94, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/498>. Acesso em: 11 setembro 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANCHEZ, Izabela. ‘Meus pais estão orgulhosos’, diz pioneira do #exposedcg. **Campo Grande News**, 2020. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/meus-pais-estao-orgulhosos-dizpioneira-do-exp-osedcg>. Acesso em: 12 julho 2022.

SANEMATSU, Marisa, *et. al.*. Instituto Patrícia Galvão (Org.). **Dossiê Violência Sexual**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/>. Acesso em: 12 julho 2022.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo F.. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Rev. Brasileira Ciência Política** [Internet], 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172203>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/YF7MhmZPdy5gvSPyDPHMmvh/?lang=pt>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

SARMENTO, Rayza. Ativismo Feminista online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 7, ed. 1, p. 19-37, abril 2021. DOI <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v7i1.20245.g13274>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/20245/13274>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

SILVA, Lynara O. de. **Direitos Humanos no ciberjornal Campo Grande News**: A construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes. Orientador: Katarini Giroldo Miguel. 2018. 225 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/5915>. Acesso em: 30 junho 2023.

SILVA, Marcia V. da; MORAES, Fabiana. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 25 fevereiro 2023.

THINK OLGA. **#PrimeiroAssédio**. [s.a.] [s.l]. Disponível em: <https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/>. Acesso em: 1 agosto 2022.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 126 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Mato Grosso do Sul). **Cartilha Crimes Sexuais**. [S. l.: s. n.], 2020. 16 p. Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/estaticos/violencia-domestica/cartilhaCrimesSexuais.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

UNICEF; FBSP. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Brasil, 2021. 56 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 26 agosto 2022.

VARGES, Júlia P. ‘UM DATE QUE CORREU MAL’: violência sexual, exposeds e agência. *In: ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2022, Imperatriz. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/papers/---um-date-que-correu-mal----violencia-sexual--exposeds-e-agencia?lang=en>. Acesso em: 28 agosto 2022.

VIZER, E. A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. *In: VICENTE, Maximiliano Martins (org.). Mídia e sociedade – perspectivas*. Bauru: Canal 6, 2007.

APÊNDICE 1 - LEVANTAMENTO DE TWEETS DA #EXPOSEDCG

Categorias	Subcategorias	Componentes	Exemplos	Frequências	
				Número de tweets	%
Convocação		Convite à participação e à denúncia, com utilização de verbos no imperativo	<i>“NÃO se cale; NÃO tenha medo; a partir do momento que estiver te machucando e te desrespeitando DENUNCIE #exposedcg”</i>	38	2,22%
Experiência	Relatos pessoais	Relatos, seja por texto ou em imagem, em primeira pessoa	<i>quantas já não foram salvas por alguém batendo na porta? #exposedcg</i> <i>“O ano foi 2015, saí pela primeira vez sozinha com minhas amigas pra um bar, era no escobar, não tinha mt noção de bebida então dei uma exagerada, nisso eu estava ficando com um amigo da minha amiga e depois de sairmos do bar fomos pra casa dele, eu era muito inocente, achei q ele pararia se eu pedisse pois eu era virgem e não queria passar dos beijos, mas não aconteceu, eu estava bem alterada n conseguia me equilibrar mais, foi quando ele me levou pro quarto dele e trancou a porta, começou a tirar minha roupa e eu não tinha força pra parar ele, então fiquei repetindo que não queria e que eu era virgem e ele começou a falar que era mentira, que eu dava pra todo mundo, que eu era safada, vagabunda, rodada, entre outras palavras horríveis e eu negando tudo e</i>	251	14,72%

			<i>pedindo pra ele parar, foi quando ele estava tentando começar algo q minha amiga bateu na porta dizendo p irmos embora, se não fosse isso ele n teria parado e poderia ter acontecido algo pior. Tenho certeza q ele nem se lembra disso e se lembrar acha que não é nada demais, pq depois do ocorrido continuava me mandando mensagem pra sairmos e eu só ignorava. Hoje, por ironia do destino, ele é advogado criminalista”.</i>		
	Expressão do desejo em participar do movimento	Indicação de desejo ou medo em relatar casos de assédio ou abuso sexual	<i>“Queria conseguir expor por tudo que eu passei, mas isso ainda dói muito em mim. Não duvidem da dor de uma menina que já passou por uma situação de abuso, não permitam que ela se sinta culpada ou com medo de contar. Precisamos nos apoiar para superar essa dor. #exposedcg”</i>	102	5,98%
Midiatização	Visibilidade do movimento	Tweets informativos sobre o crescimento e visibilidade da hashtag no X/Twitter	<i>“#exposedcg tá nos trending topics, me orgulho em ver q muitas meninas viram q não estão sozinhas, e se encorajaram a expor esses nojentos”</i>	133	7,80%
	Agendamento da mídia convencional	Compartilhamento de notícias veiculadas pela mídia convencional como forma de dar visibilidade para o movimento	<i>“ROM POM POM POM #exposedcg Exposedcg: vítimas denunciam agressores e estupradores de Campo Grande no Twitter - Jornal Midiamax https://midiamax.uol.com.br/policia/2020/exposedcg-campo-grandenses-vitimas-de-abuso-e-estupro-denunciam-agressores-no-twitter/”</i>	12	0,70%
	Discordância dos enunciados jornalísticos	Compartilhamento de notícias veiculadas pela mídia convencional	<i>“Falsa porra nenhuma, quando tinha só 16 anos esse inseto me chamava pra fazer ensaio e falava que me queria (exatamente assim) e eu tenho conversas salvas que provam. #exposedcg”</i>	1	0,05%

		acompanhadas de críticas à cobertura do movimento	Retweet de @portpopmais Fotógrafo de celebridades Deko é acusado de assédio sexual e se defende: "alegações falsas" https://portpopmais.com.br/fotografo-de-celebridades-deko-e-acusado-de-assedio-sexual/		
Opinião	Apoio ao movimento	<i>Tweets que apresentem apoio e empatia pela situação sofrida, sem a presença de relatos em primeira pessoa no corpo do texto</i>	<i>“Se eu sou amiga do seu abusador me deixe saber. Sem pano pra criminoso. #ExposedCG”</i>	741	43,46%
	Críticas ao movimento	<i>Tweets hostis em relação a hashtag</i>	<i>“#exposed cg pelo amor de Deus galera isso é assunto de polícia parem de querer resolver da maneira de vcs !!!! E se alguém mente o nome de outra pessoa por um simples ódio ! Isso pode custar a VIDA de um inocente !!! DENUNCIE E NA DIVULGUE EM UMA PÁGINA INÚTIL !”</i>	47	2,75%
	Opiniões Eventuais	<i>Tweets opinativos em que conteúdo publicado não tem nada contra e nem nada à favor do movimento</i>	<i>“#exposedcg mds do ceu Campo Grande tá pior do que eu imaginava... Cacete”</i>	325	19,06%

Pedagogização	Aprofundamento de pautas do movimento feminista	Tweets com materiais educativos e informativos sobre feminismos	<p>#exposedcg</p> <p>"Retweet de @gislaynepoletto #manipuladores #homensmanipuladores #relacionamentoabusivo #relacoesabusivas com as imagens descritas</p> <p><i>IMAGEM 1 - Print de story do Instagram Ilustração de um homem com o título Homens Manipuladores e as seguintes características Especialista em mentir, parece charmoso, obsecado consigo, nunca é culpado, castiga com o silêncio, passivo-agressivo, procura sempre alguém vulnerável, nega responsabilidades, é controlador, te afasta do teu entorno íntimo, se acha perfeito, menospreza os sentimentos dos demais @psiquiatra.gislaynebudib</i></p> <p><i>IMAGEM 2: Print de story do Instagram Homens manipuladores Por isso a ex já é ""louca"" no dia que termina o relacionamento. Eles já saem se defendendo sem que haja ataque, sabem quem são e tem medo que descubram, por isso a necessidade de se fazerem de vítimas, de coitados... Correm conta o tempo para se defender e não abalar as aparências de cara bacana, engraçado, atencioso, bom moço... Então, assim que o relacionamento termina a ex é ""louca"", muito ciumenta, perseguia e investigava, brigava ""por nada"" porque ele não fazia ""nada errado"" era um ""santo"" e por aí vai! E da mesma forma que as vítimas demoram a perceber que eles são manipuladores, geralmente depois do 1º ano de relacionamento, as pessoas (conhecidos, amigos, colegas)</i></p>	11	0,64%
---------------	---	---	--	----	-------

			<p><i>demoram muito mais, às vezes nunca, o que deixa as vítimas e de mãos atadas na luta contra as armadilhas, difamações, ameaças, sofrimento, recomeço e superação.</i> @psiquiatra.gislaynebudib</p> <p><i>IMAGEM 3: Print de story do Instagram</i> <i>A primeira ação do homem autor de violência contra a mulher é a negação do seu ato</i></p> <p><i>Ilustração de ciclo com homem agressor em Promessas - Lua de mel - Tensão - Agressão - Negação - Impunidade</i> <i>E ciclo da mulher vítima de violência em Lua de mel - Tensão - Agressão - Perdão</i> @psiquiatra.gislaynebudib</p> <p><i>IMAGEM 4: Print de story do Instagram</i> <i>Imagem de Audrey Hepburn no filme Bonequinha de Luxo com o texto ""Não se esqueça que você pode escolher com quem quer se relacionar!""</i></p>		
	Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia	Tweets com materiais educativos e informativos sobre a violência sexual	<p><i>“motivada pelo #exposedcg, trago com a ajuda de amigas uma thread de COMO IDENTIFICAR E DENUNCIAR ASSÉDIO, ABUSO E OUTRAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS. peço pra que dêem RT pra que mais mulheres possam ficar informadas. a denuncia é mais importante que a exposição, tá? denunciem!</i></p> <p><i>ASSÉDIO NÃO É PAQUERA/FLERTE/MEXIDA</i></p> <p><i>PAQUERA é quando as pessoas envolvidas estão confortáveis com a troca de olhares e existe uma abordagem sutil.</i></p>	44	2,58%

			<p><i>ASSÉDIO é não aceitar o "NÃO", grosseria, ofensa, insistência de forma invasiva.</i></p> <p><i>Encoxar; esfregar a genitália, “roubar beijo”, passar a mão/apalpar as partes íntimas ou outro local com alguma conotação sexual, ejacular no corpo da mulher é CRIME de IMPORTUNAÇÃO SEXUAL e tem a pena prevista de 01 a 05 anos. se o beijo for forçado, constitui crime de estupro.</i></p> <p><i>IMPORTUNAÇÃO SEXUAL dá cadeia, flagrante ou não; a ação penal é pública, ou seja, a mulher não precisa autorizar o início (nem o final) da investigação e do processo. Não precisa de violência física contra a mulher para caracterizar o crime.</i></p> <p><i>CANTADAS podem ser consideradas crime: "Proferir palavras vulgares e pejorativas para alguém sem anuência tende a ser considerado crime de injúria - (art. 140,CP) pena de 1 mês a 6 meses de detenção e multa. F</i></p> <p><i>otografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez sem autorização é CRIME previsto no art. 216-B, CP. Pena: 6 meses a 1 ano de detenção, e multa. agravamos as definições dos crimes onde há violência e/ou grave ameaça:</i></p> <p><i>Estupro: art. 213, CP – constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: 6 a 10 anos de reclusão. + Se a vítima for menor de 18 anos e maior de 14 anos, pena de 8 a 12 anos de reclusão</i></p>		
--	--	--	---	--	--

			<p><i>Estupro de vulnerável: art.217-A, CP – ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Pena: 8 a 15 anos de reclusão. Estupro coletivo: art 226, IV, CP – mediante concurso de 2 ou mais agentes: a pena do crime será aumentada de 1/3 a 2/3</i></p> <p><i>Estupro corretivo: art 226, IV, CP – para controlar o comportamento social ou sexual da vítima: a pena do crime será aumentada de 1/3 a 2/3 (cont.) (ex: porque se quer “corrigir” uma característica da vítima, como sua orientação sexual ou identidade de gênero – “você vai virar mulher de verdade!”; “você vai conhecer um homem de verdade e aprender a gostar disso!”)</i></p> <p><i>Assédio sexual: art. 216-A, CP - constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena: 1 a 2 anos de detenção. Em casos de ESTUPRO, existe a LEI DO MINUTO SEGUINTE:</i></p> <p><i>- Toda vítima de violência sexual tem o direito ao atendimento emergencial, integral, multidisciplinar e gratuito na rede pública de saúde visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos - sem a necessidade de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido.</i></p> <p><i>- BASTA A PALAVRA DA VÍTIMA para que o sistema de saúde seja obrigado a dar acolhimento imediato com amparo</i></p>		
--	--	--	--	--	--

			<p><i>médico, social e psicológico, além do diagnóstico e do tratamento das lesões físicas e fornecer os medicamentos necessários para evitar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (profilaxia da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis - DSTs).</i></p> <p><i>- Em CG buscar UPAs e CRS – imediatamente, o mais rápido possível – para que os medicamentos tenham eficácia.</i></p> <p><i>ONDE DENUNCIAR CASOS DE VIOLÊNCIA:</i></p> <p><i>EMERGÊNCIA - 190</i> <i>DENÚNCIA - 180</i> <i>CASA DA MULHER BRASILEIRA – (67) 2020-1300</i> <i>DEFENSORIA PÚBLICA – 129 ou pelo site</i> <i>http://defensoria.ms.def.br</i></p> <p><i>DELEGACIA VIRTUAL http://devir.pc.ms.gov.br</i></p> <p><i>MINISTÉRIO PÚBLICO 0800 6471127</i> <i>(+) ou procure a DEAM ou outra delegacia para registrar boletim de ocorrência e, sempre que possível, leve a amiga ou alguém que presenciou o crime, prints de conversas, fotos, vídeos, tudo que identificar o agressor.</i></p> <p><i>Orientações sobre serviços disponíveis:</i> <i>http://www.naosecale.ms.gov.br/ tudo dessa thread foram informações passadas pelo NUDEM (Núcleo de Defesa da Mulher) do Ministério Público do MS. se informem, não se calem e denunciem.</i></p>		
--	--	--	--	--	--

			<p><i>[fim da thread] VOLTEI COM ALGO MUITO IMPORTANTE</i></p> <p><i>PRESCRIÇÃO DE CRIME, ou seja, o tempo em que você pode denunciar uma pessoa sobre um crime sexual é de VINTE ANOS. se o ocorrido foi durante a menoridade, o tempo conta a partir dos 18 anos"</i></p>		
Total				1.705	≈ 100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Acesse o levantamento completo em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1V4DrW2nM6RucYbYmhOOLEiG9Ea2zbxxi/edit?usp=sharing&oid=110481847659967092190&rtpof=true&sd=true>

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Informações gerais
<p>Idade:</p> <p>Gênero:</p> <p>Orientação sexual:</p> <p>Raça/etnia:</p> <p>Escolaridade:</p> <p>Quais são as redes sociais utilizadas:</p> <p>Com que frequência:</p>
Ativismo e a #ExposedCG
<ol style="list-style-type: none"> 1. Você se considera como feminista? 2. O que você entende por feminismo? 3. Houve algum acontecimento importante ou decisivo para que você começasse a se identificar com o feminismo? 4. Onde você obtém/obteve conhecimento sobre feminismo? 5. O que é ativismo para você? 6. Você já tinha participado de algum movimento como a <i>hashtag</i> #ExposedCG antes? Presencial ou <i>on-line</i>? 7. Como surgiu/ você descobriu o movimento da #ExposedCG? 8. Qual foi a repercussão da <i>hashtag</i> na sua vida? 9. Na sua opinião, o que faz com que mulheres participem desse tipo de mobilização?
Estratégias comunicativas
<ol style="list-style-type: none"> 10. Foram adotadas estratégias para aumentar a visibilidade da <i>hashtag</i>? Se sim, quais? 11. Você percebe padrões entre as relatoras da #ExposedCG para além do fato de serem mulheres? Se sim, quais? 12. O que você esperava da mobilização? As suas expectativas foram alcançadas? 13. Quais resultados você considera positivos? E negativos? 14. O que você faria diferente? 15. Como você avalia a participação masculina durante o <i>Exposed CG</i>?

16. Na sua visão, o que não pode faltar em uma campanha ou mobilização de enfrentamento à violência de gênero?
17. Você considera a cobertura da imprensa importante para a adesão de mulheres nessas campanhas? Como você avalia a cobertura da *#ExposedCG* pela imprensa?
18. Por último, você acredita que a *#ExposedCG* deixou um legado? Qual?